



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA

BEATRIZ OLIVEIRA DOS SANTOS

**ACESSIBILIDADE NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Brasília – DF

2022

BEATRIZ OLIVEIRA DOS SANTOS

**ACESSIBILIDADE NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Albuquerque Moreira.

Brasília – DF

2022

BEATRIZ OLIVEIRA DOS SANTOS

**ACESSIBILIDADE NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Brasília, 28 de abril de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Albuquerque Moreira
Orientadora - Departamento Planejamento e Administração
PAD (FE/UnB)

Prof.^a Dr.^a Andréia Mello Lacé
Examinadora - Departamento Planejamento e Administração
PAD (FE/UnB)

Prof.^a Dr.^a Letícia Lopes Leite
Examinadora – Departamento de Ciência da Computação
CIC (IE/UnB)

Prof.^a Dr.^a Girlene Ribeiro de Jesus
Examinadora (suplente) - Departamento Planejamento e Administração
PAD (FE/UnB)

Brasília – DF

2022

Dedico este trabalho aos meus pais e à
minha irmã por todo apoio e
encorajamento em seguir meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força, coragem e persistência em concluir minha graduação e seguir meus sonhos.

Aos meus pais e minha irmã, que sempre me incentivaram a seguir os meus objetivos e me apoiaram em todos os momentos.

Aos meus amigos que me forneceram suporte e companheirismo durante toda a minha graduação.

Aos docentes e colegas da Faculdade de Educação por todo o aprendizado.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Albuquerque Moreira pelo auxílio e confiança na realização deste trabalho de conclusão de curso e por toda a competência e dedicação.

RESUMO

O presente estudo estruturou-se a partir da questão central: Qual a percepção dos estudantes com deficiência da Universidade de Brasília (UnB) a respeito da acessibilidade no ensino remoto emergencial? O estudo, então, objetivou analisar as experiências desses estudantes sob os aspectos de adaptação ao ensino remoto, acesso aos recursos de acessibilidade e a percepção sobre as condições de acessibilidade oferecidas pela UnB neste período. A pesquisa levantou, ainda, os desafios encontrados pelos alunos com deficiência para estudar on-line e as estratégias desenvolvidas pela UnB para garantir a acessibilidade durante o período de ensino remoto emergencial. Para o desenvolvimento da pesquisa e sua investigação, buscou-se, inicialmente, compreender os diferentes conceitos e dimensões da acessibilidade, os principais normativos legais que tratam sobre esse direito na educação superior e apresentar a Política de Acessibilidade da UnB, ancorando-se à luz dos autores Bacarin; Garcia e Leonardo (2018), Cury (2020) Sasaki (2005), Scott (2011) dentre outros. O estudo se caracteriza por uma pesquisa de abordagem mista que utiliza instrumentos e procedimentos dos métodos quantitativo e qualitativo, com o encontro de ambas nos resultados e, ainda, técnicas da pesquisa documental. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: questionário on-line – aplicado aos estudantes com deficiência por meio da Diretoria de Acessibilidade (DACES), com a participação de 30 estudantes, e entrevista semiestruturada com a participação de 5 estudantes e das diretoras do Centro de Educação a Distância (CEAD) e da DACES. Os resultados obtidos com a pesquisa mostraram que os respondentes classificam sua experiência com o ensino remoto como ruim e/ou regular devido as dificuldades com os recursos tecnológicos e tecnologias assistivas das disciplinas. Mostraram também que as estratégias de acessibilidade adotadas pela UnB durante o ensino remoto emergencial foram relevantes para a garantia da educação dos estudantes com deficiência, fortalecendo o compromisso institucional de democratização do acesso à Universidade. As considerações finais destacam que a UnB vem trabalhando para o aperfeiçoamento de suas ações e treinamento dos docentes para garantir os direitos desses estudantes a educação no ambiente acadêmico.

Palavras chaves: Acessibilidade; Ensino remoto emergencial; Pessoa com Deficiência.

RESUMEN

Este estudio se estructuró sobre la base de la pregunta central: ¿Cuál es la percepción de los estudiantes discapacitados de la Universidad de Brasilia (UnB) sobre la accesibilidad en la educación de emergencia remota? El estudio tuvo entonces el objetivo de analizar las experiencias de estos estudiantes en los aspectos de adaptación a la enseñanza a distancia, acceso a recursos de accesibilidad y percepción de las condiciones de accesibilidad ofrecidas por UnB en este periodo. La investigación también planteó los desafíos que enfrentan los estudiantes con discapacidad para estudiar en línea y las estrategias desarrolladas por UnB para garantizar la accesibilidad durante el periodo de enseñanza a distancia de emergencia. Para el desarrollo de la investigación y su investigación, inicialmente se buscó entender los diferentes conceptos y dimensiones de la accesibilidad, las principales normas legales que tratan de este derecho en la educación superior, y presentar la Política de Accesibilidad de la UnB, aunque anclada a la luz de los autores Bacarin; García y Leonardo (2018), Cury (2020) Sasaki (2005), Scott (2011) y otros. El estudio se caracteriza por una investigación con enfoque mixto que utiliza estrategias de los métodos cuantitativos y cualitativos, con la reunión de ambos en los resultados e incluso en las técnicas de investigación documental. Las herramientas de investigación utilizadas fueron: Cuestionario en línea - aplicado a estudiantes inscritos en la Junta de Accesibilidad (DACES) con la participación de 30 estudiantes y una entrevista semiestructurada con la participación de 5 estudiantes y los directores del Centro de Educación a Distancia (CEAD) y DACES. Los resultados obtenidos de la investigación mostraron que los estudiantes clasifican su experiencia como pobre y/o regular debido a las dificultades con los recursos tecnológicos y las tecnologías de asistencia de las disciplinas. También demostraron que las estrategias de accesibilidad adoptadas por la OnuB durante la educación a distancia de emergencia eran pertinentes para garantizar la educación de los estudiantes discapacitados, fortaleciendo el compromiso institucional con la democratización del acceso a la universidad. Las últimas consideraciones señalan que UnB ha estado trabajando para mejorar sus acciones y capacitar a los profesores para garantizar los derechos de estos estudiantes a la educación en el entorno académico.

Palabras clave: Accesibilidad; Aprendizaje a distancia de emergencia; Personas con discapacidad.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dispositivos legais referentes a acessibilidade e inclusão no ensino superior.....	26
Quadro 2 - Setores que compõem o núcleo de acessibilidade da UnB.....	34
Quadro 3 - Público atendido pelo DACES/DAC.....	38
Quadro 4 - Ações desenvolvidas pelo DACES/DAC para o ensino remoto emergencial da UnB	48
Quadro 5 - Programas desenvolvidos pelo CEAD.....	52
Quadro 6 - Orientações gerais para o ensino remoto emergencial da UnB.....	56
Quadro 7 - Orientações específicas para o ensino remoto emergencial da UnB.....	57
Quadro 8 - Perfil dos estudantes participantes do questionário.....	60
Quadro 9 - Perfil dos estudantes participantes da entrevista individual.....	61
Quadro 10 - Sugestões dos estudantes com deficiência da UnB para a melhoria das condições de acessibilidade na universidade.....	71

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 - Classificação da adaptação dos estudantes no ensino remoto emergencial da UnB.....	61
Gráfico 2 - Recursos e serviços utilizados pelos discentes com deficiência no ensino remoto emergencial.....	63
Gráfico 3 - classificação da adaptação dos estudantes no ensino remoto emergencial da UnB.	64
Gráfico 4 - Recursos e serviços utilizados pelos discentes com deficiência no ensino remoto emergencial.....	67
Figura 1 - Nuvem de Palavras dos principais desafios enfrentados pelos estudantes durante o ensino remoto emergencial	65

LISTA DE SIGLAS

A3 – Aprender 3

A3M – Aprendizagem para o 3º milênio

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BCE – Biblioteca Central

CCAR – Comitê de Coordenação das Ações de Recuperação

CEAD – Centro de Educação a Distância

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CNE – Conselho Nacional de Educação

CPD – Centro de Processamento de Dados

COES – Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19

DAC – Decanato de Assuntos Comunitários

DACES – Diretoria de Acessibilidade

DDS – Diretoria de Desenvolvimento Social

DEG – Decanato de Ensino de Graduação

DGP – Decanato de Gestão de Pessoas

EAD – Educação à Distância.

ENEM – Exame Nacional no Ensino Médio

FE – Faculdade de Educação

IES – Instituição de Ensino Superior

IL – Instituto de Letras

INFRA – Secretaria de infraestrutura

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NEE – Educando com Necessidades Educacionais Especiais.

ONG – Organização Não Governamental

PAS – Programa de Avaliação Seriada

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PPNE – Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência

PRC – Prefeitura do Campus

PTE – Programa de Tutoria Especial

RIU – Rotas de Inovação Universitária

SAA – Secretaria de Administração Acadêmica

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SESU – Secretaria de Educação Superior

TEA – Transtorno de espectro autista

TEF – Transtornos Funcionais Específicos

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO.....	16
PARTE II – MONOGRAFIA	20
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM BREVE HISTÓRICO	24
1.1 Acessibilidade: Conceitos, Contextos e Dimensões	24
1.2 As Políticas Públicas de inclusão e acessibilidade na educação superior brasileira	26
CAPÍTULO 2 – ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	34
2.1 Política de acessibilidade da Universidade de Brasília	34
2.2 Diretoria de acessibilidade da Universidade de Brasília	37
CAPÍTULO 3 – PERCURSOS METODOLÓGICOS	40
3.1 Tipo de pesquisa	40
3.2 Participantes da pesquisa	42
3.3 Procedimentos para coleta e análise dos dados	43
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCURSÕES	45
4.1 Acessibilidade no ensino remoto emergencial da Universidade de Brasília.....	45
4.1.1 Centro de Educação a Distância da UnB (CEAD/UnB): Ações e estratégias para o ensino remoto emergencial.....	47
4.1.2 Diretoria de acessibilidade (DACES): Ações e estratégias para o ensino remoto emergencial da UnB	50
4.1.3 Guia de acessibilidade: Orientações para a promoção de acessibilidade no Ensino Remoto.	55
4.2 A percepção dos estudantes sobre as condições de acessibilidade durante o ensino remoto emergencial	59
4.2.1 Perfil dos participantes	59
4.2.2 Ingresso e acolhimento na UnB.....	62
4.2.3 Experiência no ensino remoto emergencial da UnB.....	64
4.2.4 Recursos e serviços de acessibilidade	67
4.2.5 Percepção sobre as condições de acessibilidade da UnB	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
PARTE III - PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....	76

REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .	80
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL COM ESTUDANTES	81
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL COM A DIRETORA DO CEAD	82
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL COM A DIRETORA DO DACES	83
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO ON-LINE APLICADO AOS ESTUDANTES	84
ANEXO A – GUIA DE ACESSIBILIDADE	90

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso trata, essencialmente, de uma monografia realizada como requisito para a finalização do curso de Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB). Também inclui um memorial com a trajetória escolar e acadêmica da autora e seus projetos profissionais após a conclusão da graduação em Pedagogia. Assim, o trabalho de conclusão de curso encontra-se dividido em três partes: memorial educativo, monografia e perspectivas profissionais.

A **parte I** corresponde ao memorial educativo, no qual a trajetória educativa da autora é apresentada, mostrando os percursos que a levaram ao ingresso na universidade e consecutivamente a escolha do tema deste estudo.

Na **parte II**, é apresentada a monografia, com o estudo desenvolvido para compreender a acessibilidade no ensino remoto emergencial na universidade de Brasília. Nesta parte também são apresentados o referencial teórico e a metodologia utilizada na pesquisa, juntamente com os métodos e instrumentos utilizados para obtenção dos dados para análise e resultados alcançados. Ao final da parte II, as considerações finais tratam das reflexões da autora considerando as respostas obtidas no estudo.

Na **parte III**, são apontadas as perspectivas profissionais da autora, observando como este estudo contribuiu com a sua trajetória acadêmica e os planos futuros da autora após concluir a graduação.

PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO

MEMORIAL EDUCATIVO

Meu nome é Beatriz, tenho 24 anos e vivo com minha família na Ceilândia. Neste breve relato, irei realizar uma descrição sobre a minha trajetória educativa desde os anos iniciais até os dias atuais.

Antes de iniciar, gostaria de contextualizar um pouco minha infância e vivência familiar, pois, acredito que meu processo educativo começou muito antes de meu ingresso na escola.

Meus pais tiveram filhos ainda muito jovens e, por esse motivo, tiveram que abandonar os estudos para se dedicarem às novas responsabilidades. Meu pai estudou até a oitava série, já minha mãe, concluiu o ensino médio alguns anos depois do nascimento da minha irmã mais velha. A propósito, tenho duas irmãs, uma com 29 anos e outra com 19 anos.

Meus pais, apesar de não terem concluído seus estudos, sempre deram muito valor à educação e sempre fizeram, e ainda fazem, tudo para nos incentivar nos estudos. Eles também revelam, constantemente, que desejam que nós tenhamos as oportunidades que eles perderam quando jovens. Lembro que, desde pequena eles nos colocaram em contato com a escrita e leitura, seja por meio de livros ou revistas infantis. De modo geral, minha infância, e a de minhas irmãs, foi bem tranquila, sempre fomos muito livres para brincar e aproveitar essa fase.

Por falar em leitura, eu sou muito ligada à livros e leituras de modo geral. Adquiri esse hábito ainda muito nova, graças ao incentivo de meus pais. O meu encanto pela leitura se desenvolveu graças aos gibis e revistas infantis que sempre havia em minha casa. Também posso dizer que, ao longo da minha trajetória escolar, encontrei diversos professores que incentivaram a leitura e me influenciaram a ser a leitora que sou hoje em dia. Além da leitura, também dedico boa parte do meu tempo aos meus hobbies (fotografia e ilustrações) que me acompanham sempre que preciso desacelerar um pouco.

Iniciando a minha trajetória escolar, recordo que ao longo desse tempo sempre estudei em escolas públicas na Ceilândia Norte, cidade em que moro com minha família. Ao todo, passei por três escolas diferentes, dos anos iniciais ao ensino médio.

A primeira escola foi a "Escola Classe 27 de Ceilândia" onde tive o contato inicial com a rede de ensino. Ingressei nessa escola aos 5 anos e permaneci até os 9 anos, quando concluí o ensino fundamental I. O que consigo me lembrar dessa época é que todos os

dias tínhamos uma rotina antes de irmos para a sala de aula. Esse ritual consistia em fazer a oração do “Pai nosso” no pátio da escola e, as sextas feiras, tínhamos o momento cívico. Apenas após seguir essa rotina podíamos ir para a sala de aula começar as atividades do dia. Também me recordo que, além das aulas regulares, a escola contava com um apoio escolar no turno contrário para as crianças com dificuldades de aprendizagem. Nesta escola, estudei a maior parte do tempo com as mesmas pessoas, e por isso colecionei boas amizades, algumas que duram até hoje.

A segunda escola em que estudei foi o “Centro de ensino fundamental 20 de Ceilândia Norte” nela estudei da 5ª série até a 8ª série. Ainda lembro que foi um choque mudar de escola, pois, ainda estava acostumada com o modelo da outra que contava apenas com uma professora. Nesta, a cada toque de sinal entrava um professor diferente apresentando uma disciplina diferente, algumas até que eu nunca tinha ouvido falar antes como a disciplina “projeto interdisciplinar”.

Ao longo dos meus anos nessa escola, tive diversos professores que foram verdadeiras inspirações, e a direção da escola também sempre se preocupava em realizar eventos e festivais para tirar os alunos um pouco da sala de aula e para descobrirmos novas formas de aprender. O meu ensino fundamental II, foi essencial para o meu desenvolvimento como estudante e como cidadã. Foi nessa fase que entendi a minha forte ligação com a arte e educação.

O “Centro de ensino médio 02 da Ceilândia Norte” foi a terceira e última escola em que estudei. Lá, estudei do primeiro ao terceiro ano. Ingressei com 15 anos e concluí aos 17. Assim como foi quando fui para fundamental II, no ensino médio também estranhei o modelo escolar pois contava com mais professores e por consequência mais disciplinas para estudar.

Nesses três anos muita coisa mudou, a começar pelas expectativas de futuro, pois, o principal assunto falado pelos professores eram as provas e vestibulares que começaríamos a fazer. Desde o primeiro ano todos os conteúdos das disciplinas da escola eram baseados nos assuntos que iam cair nas principais provas de vestibulares, como o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Lembro que demorei muito para escolher e decidir qual área eu gostaria de seguir carreira e mesmo assim não conseguia encontrar nenhuma que se encaixasse nos meus interesses.

Por muito tempo senti-me muito perdida e pressionada quando tinha que fazer essa escolha e continuei assim até o fim do meu terceiro ano, quando decidi que queria estudar algo relacionado a área da saúde mental ou ciências humanas então minhas opções

eram psicologia, serviço social ou alguma licenciatura na área de humanas como história, artes visuais e filosofia.

Concluí o ensino médio em 2014 aos 17 anos de idade, e quando isso aconteceu eu me senti completamente perdida pois, em consequência de não ter me dedicado tanto para os vestibulares, acabei tendo que adiar os meus planos de ingressar na universidade. Então, permaneci por 1 ano apenas estudando com ajuda de cursinhos populares para o vestibular tradicional da Universidade de Brasília (UnB) para o ENEM.

A princípio, eu me sentia muito incapaz de ingressar na UnB, pois sempre falavam o quanto a prova era difícil e concorrida, então eu achava que jamais iria conseguir ingressar nesta universidade. Mas, tudo mudou no segundo semestre de 2015, quando conheci o cursinho popular chamado “Galt vestibulares”. O cursinho era formado por estudantes da UnB que ofereciam aulas de preparação para o ENEM e para o vestibular tradicional na UnB. As aulas eram oferecidas gratuitamente para estudantes oriundos de escolas públicas. Lá, percebi que sim, eu era capaz de ingressar na UnB e só precisaria de um pouco mais de dedicação para conseguir concretizar este desejo.

Por que Pedagogia? Essa foi a pergunta que mais escutei no meu primeiro semestre na Universidade e, para ser sincera, eu nunca soube bem como responder essa pergunta. Pedagogia nunca chegou a ser minha primeira opção de curso, mesmo que eu gostasse muito de educação. Minha primeira opção era Psicologia e eu tinha interesse em seguir na área de psicologia escolar. A medida em que fui pesquisando sobre a área educacional eu encontrei a Pedagogia e me encantei pela profissão e pela ideia de ser a responsável pela educação de diversas pessoas, e foi assim que decidi que esta seria minha segunda opção de curso.

No segundo semestre de 2016 eu finalmente ingressei na UnB como graduanda de Pedagogia. No início admito que estava com muito receio de não gostar do curso, por não ter sido a minha primeira opção, mas logo no primeiro mês já fiquei encantada pela Faculdade de Educação e com todas as coisas que eu poderia fazer no curso, como projetos de extensão, pesquisas, monitoria e entre outros.

Já no terceiro semestre, consegui o meu primeiro estágio remunerado na educação infantil e bom, não foi uma das melhores experiências que tive. Recordo que era muito decepcionante ver que a prática estava sendo muito diferente da teoria que eu aprendia toda manhã na universidade. Esta fase foi uma das mais confusas na minha graduação, constantemente me questionava se realmente queria seguir com esta profissão.

Depois de muito conversar com minhas colegas do curso, entendi que o estágio na área de educação infantil é realmente muito desafiador para nós que éramos apenas iniciantes. Entendi que não é só porque a escola não atendia as minhas expectativas que eu deveria desistir da profissão, afinal é uma realidade que eu poderia encontrar em qualquer outro lugar ou área de atuação.

Um das coisas que também me ajudou a não desistir foi descobrir, ao longo dos semestres, novas áreas e cargos na pedagogia, além da sala de aula, como a pedagogia empresarial, a pedagogia hospitalar, a orientação educacional entre outros. No meu quarto e quinto semestre tive o privilégio de conhecer mais a fundo o trabalho do pedagogo em classe hospitalar, onde pude entender melhor como atua o professor nesse ambiente e considero essa como uma das melhores experiências da minha graduação dentro da universidade. Através deste projeto, meu interesse por educação especial e inclusiva foi crescendo o que acabou influenciando minhas futuras ações e escolhas dentro do curso.

Em 2018, tive a oportunidade de viajar para fora do país e realizar uma experiência que mudou minha visão em vários aspectos. Trabalhei, por dois meses, em uma Organização Não Governamental (ONG) na Argentina que tinha como objetivo promover uma educação de qualidade para crianças de uma comunidade carente. Essa experiência foi muito positiva para minha vida pessoal e profissional. Uma das primeiras coisas que fiz quando retornei ao Brasil, foi buscar ONGs perto da minha casa para contribuir e retribuir tudo o que vinha aprendendo na universidade.

Ao longo desses meus 4 anos na universidade posso dizer que me desenvolvi em vários aspectos, principalmente na minha consciência social e profissional. Pude participar de diversos projetos sociais, alguns vinculados a universidade e outros de fora, mas todos voltados para a educação, em especial, para pessoas com poucos privilégios na nossa sociedade.

Para concluir esse relato, gostaria de pontuar que meus anos escolares e na universidade foram anos muito importantes para a minha formação como cidadã, e como futura docente. Em todos estes anos, pude desenvolver habilidades sociais e pessoais, junto com diversas pessoas diferentes, com realidades sociais diferentes e crenças diferentes. Além disso, foram nessas instituições que pude conhecer os meus melhores amigos que estão comigo até hoje e muitos professores que foram verdadeiras inspirações para mim profissionalmente falando.

PARTE II – MONOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Desde o início da pandemia mundial da COVID-19, em 2020, provocada pelo vírus SARS-CoV-2, inúmeras medidas estão sendo tomadas na tentativa de prevenir o contágio entre as pessoas e diminuir as consequências devastadoras que a pandemia vem causando. Tais medidas, atingiram o setor educacional (em distintos níveis, etapas, modalidades e tipos de instituições), que sofreu o impacto da suspensão das aulas presenciais e a inesperada implementação do ensino remoto emergencial.

Esse processo suscitou uma série de discussões conceituais, teóricas e práticas. Para Rodrigues (2020), o ensino remoto emergencial se difere da modalidade de educação a distância (EaD), pois as atividades no EaD contam com diferentes recursos tecnológicos e uma equipe multiprofissional preparada e que elabora o planejamento de um curso ou de uma disciplina. Em contrapartida, o ensino remoto emergencial surgiu como alternativa para a manutenção das atividades escolares e acadêmicas durante a pandemia da COVID-19 e para minimizar impactos nas instituições de ensino em decorrência do isolamento social.

Inicialmente, o ensino remoto se caracterizava como uma mudança temporária. Certamente, o que não se previa em março de 2020, quando as instituições de ensino superior brasileiras suspenderam suas atividades presenciais, é que o ensino remoto perduraria por mais de dois anos na maioria das situações.

A Universidade de Brasília (UnB) decidiu por suspender as atividades de ensino presencial em março de 2020, após deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) com base em consultas às unidades acadêmica e nas orientações do Comitê Gestor do plano de contingência em saúde da Covid-19 (COES) da UnB¹. Neste período de suspensão, inúmeras iniciativas foram tomadas em busca de novas estratégias pedagógicas e de tecnologias inovadoras que pudessem auxiliar a comunidade acadêmica, na introdução do ensino remoto emergencial (Moreira et al, 2021).

Diante dessa nova realidade, surgiram dúvidas e preocupações, por parte da comunidade acadêmica da UnB, a respeito da: garantia de adaptação; acesso a tecnologias e redes de internet; permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade e, em especial, aqueles que possuem impedimentos físicos, intelectuais e sensoriais. Tais preocupações, nos levam a refletir sobre as barreiras que limitam e atrapalham a

¹Resolução do CEPE nº 0015/2020 publicado em 23 de março de 2020.

participação destes estudantes nesta nova modalidade de ensino, bem como, a aplicação de seus direitos à acessibilidade.

Em outubro de 2019, a UnB aprovou sua Política de Acessibilidade, fundamental no compromisso da Universidade em promover um espaço inclusivo e acessível para garantir que os estudantes com deficiência disponham de condições iguais no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, a inserção do ensino remoto, associada à política de acessibilidade da UnB, nos leva à questão central da presente pesquisa intitulada “Acessibilidade no ensino remoto da Universidade de Brasília: Desafios e possibilidades” tendo como questão central: Qual a percepção dos estudantes a respeito de sua experiência no ensino remoto emergencial da UnB? Outras questões secundárias também foram elencadas para o estudo: Quais as principais estratégias adotadas pela UnB para o atendimento dos estudantes com deficiência no contexto do ensino remoto emergencial? Quais as dificuldades encontradas pelos estudantes nesse processo?

A partir destas questões, a pesquisa estabelece como objetivo principal analisar a percepção dos estudantes com deficiência, sobre as ações de acessibilidade no ensino remoto da UnB, sob as óticas de: adaptação, acesso aos recursos e serviços de acessibilidade e percepção sobre as condições de acessibilidade oferecidas pela UnB. Já os objetivos específicos, propõem a:

- Levantar as principais políticas públicas que orientam a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior brasileira.
- Apresentar a política de acessibilidade da universidade juntamente com a organização e objetivos do núcleo de acessibilidade.
- Descrever as ações desenvolvidas pela UnB para garantir acessibilidade aos estudantes com deficiência nas atividades acadêmicas durante o ensino remoto emergencial.
- Identificar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência no ensino remoto emergencial.

A importância desta pesquisa, resume-se na necessidade de refletir sobre as condições de acessibilidade oferecidas pela UnB, assim como, entender as possíveis dificuldades enfrentadas por estes estudantes nesta nova realidade. Ao apontar estas dificuldades, será possível promover uma maior reflexão sobre a política de acessibilidade da UnB e trabalhar para seu aperfeiçoamento.

Nesta pesquisa, é utilizado o termo estudante com necessidades educativas especiais (NEE), que segundo Borges (2005), é aplicado a todos os indivíduos cujas necessidades incluem alguma deficiência, seja ela física, intelectual, ou dificuldades de aprendizagem. Entretanto, em alguns momentos também é adotado o termo pessoa com deficiência, definido pela convenção das Nações Unidas como termo oficial e correto para se referir a este público.

A pesquisa se estrutura em 4 capítulos. **O capítulo 1** apresenta um breve levantamento histórico sobre as políticas públicas de acessibilidade na educação superior brasileiro e foi dividido em duas seções. A primeira apresenta os diferentes conceitos, contextos e dimensões da acessibilidade e a segunda apresenta os principais dispositivos legais que tratam sobre o direito de acessibilidade da pessoa com deficiência nas instituições de ensino superior (IES).

O capítulo 2 tratará sobre as políticas de acessibilidade adotadas pela universidade de Brasília bem como a sua organização e gestão da acessibilidade. **O Capítulo 3** compõe-se do que orientou esta pesquisa, no qual será apresentado sua natureza mista – qualitativa e quantitativa –, sua caracterização, público-alvo, bem como os instrumentos para coleta e análise de dados.

As análises dos resultados serão apresentadas no **capítulo 4** que foi dividido em duas sessões. A primeira mostra os relatos das diretoras do Centro de Educação a Distância (CEAD) e da Diretoria de Acessibilidade (DACES) sobre as ações implementadas pelos referidos setores que buscaram garantir a acessibilidade dos estudantes com deficiência da UnB durante o ensino remoto emergencial. Já a segunda, expõe a percepção desses estudantes sobre tais estratégias, como também, sobre suas experiências durante este período. Ao fim dos capítulos, será apresentado as considerações finais da pesquisa e minhas perspectivas profissionais.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRICO POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM BREVE

O presente capítulo apresentará, os diferentes conceitos, contextos e dimensões da acessibilidade. Além disso, trará um breve resgate das políticas públicas, referentes à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior, através de um mapeamento nas legislações brasileiras e em documentos internacionais que destacam e tratam sobre essa temática.

1.1 Acessibilidade: Conceitos, Contextos e Dimensões

Quando nos referimos ao termo acessibilidade, é comum pensarmos primeiro nos aspectos físicos que auxiliam as pessoas com deficiência a acessarem diferentes espaços como: acesso a rampas, piso tátil, banheiros adaptados, dentre outros. Entretanto, a acessibilidade abrange um conjunto de dimensões interdependentes e que não podem ser tratadas de maneira isolada (TAVARES FILHO, 2013).

Embora a acessibilidade tenha um enfoque em pessoas com algum tipo de deficiência, ela abrange toda a sociedade buscando assegurar a participação democrática de todos, independente das suas condições físicas e sociais. Nesse sentido, compreende-se que, falar sobre acessibilidade é falar também sobre a inclusão social, pois a acessibilidade é condição primordial para todo e qualquer processo de inclusão (UFC, 2014).

Segundo Sasaki (2005), o conceito de acessibilidade divide-se em seis dimensões denominadas por: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. O autor acredita que as seis dimensões são muito importantes e que a falta de uma pode comprometer as demais. No referido texto são apresentadas as seguintes definições para cada dimensão:

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas nos recintos internos e externos e nos transportes coletivos.

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social,

cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares, etc.).

Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápis, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.).

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral.

Acessibilidade atitudinal: por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações (SASSAKI, 2005, p. 23).

Para além de conceituarem e exemplificarem a acessibilidade, tais definições são relevantes quando se trata da elaboração de medidas que proporcionem a participação e a igualdade de oportunidade das pessoas com deficiência em diversos campos e contextos.

No campo educacional, e em especial, no contexto acadêmico, as principais dimensões abordadas são: Acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional e acessibilidade metodológica. Estas dimensões, possibilitam a participação ativa e democrática do estudante com deficiência nas instituições de ensino, além disso, podem influenciar e promover a integração e o desempenho destes estudantes (SCOTT, 2011).

A acessibilidade é, ainda, uma questão de direito assegurada pela legislação. O artigo 2º da lei de acessibilidade nº 10.098 de 2000 define o termo como:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

A partir destes breves conceitos, percebe-se a necessidade de compreender e revisar os conceitos e ideias que abordam as dimensões da acessibilidade. No próximo tópico será abordado como estes conceitos, aqui apresentados, se relacionam com o campo acadêmico, a partir de uma breve análise das políticas públicas que tratam sobre essa temática.

1.2 As Políticas Públicas de inclusão e acessibilidade na educação superior

Nos últimos anos, as políticas públicas, referentes à democratização do acesso e permanência de estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE), vêm se desenvolvendo ativamente no Brasil. Em virtude disso, o número de estudantes com deficiência na educação superior vem aumentando consideravelmente, embora estes estudantes ainda sejam minorias no espaço acadêmico.

Menezes (2018) salienta que, as instituições de ensino superior (IES) devem ser consideradas como um espaço democrático de produção e socialização de saberes, pois além de serem multiplicadoras de conhecimento, também devem ser multiplicadoras de práticas educativas e inclusivas.

Contudo, mesmo que a inclusão e a acessibilidade sejam asseguradas por dispositivos legais, os estudantes com deficiência ainda enfrentam muitos desafios no seu cotidiano, especialmente na vida e no ambiente acadêmico. Diante dessa realidade, torna-se fundamental conhecer e entender sobre as políticas públicas referentes à inclusão e acessibilidade de estudantes com NEE no campo da educação superior.

No Brasil, a problematização acerca da educação especial iniciou a partir dos anos de 1990, através da emissão de diversas ações e documentos legais e nacionais. O **quadro 1** apresenta os dispositivos legais, referentes à inclusão e acessibilidade do estudante com deficiência no ensino superior, que serão abordados neste capítulo.

Quadro 1 – Dispositivos legais sobre a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência na educação superior.

Ano – Dispositivos Legais	Conteúdo normativo
1994 – Declaração de Salamanca	Assegura às pessoas com deficiência o direito à educação no ensino regular da educação básica e ensino superior.
1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dedica o seu Capítulo V à Educação Especial.

1996 – Aviso circular nº 277/96	Apresenta sugestões, às IES, voltadas para o processo seletivo de ingresso de pessoas com deficiência, recomendando que as instituições possibilitem a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura.
1999 – Decreto nº 3.298/99	Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção.
2001 – Plano Nacional de Educação – lei nº 10.172/01	Apresenta uma proposta de plena integração do aluno com deficiência em todas as áreas da sociedade. Também recomenda a inclusão de conteúdos específicos que tratem sobre a educação especial nos currículos de formação de professores.
2003 – Portaria nº 3284	Enumera as condições de acessibilidade que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação delas.
2004 – Decreto nº 5.296	Regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, dando prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
2005 – Programa Incluir: Acessibilidade no ensino superior	Determina a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES
2011 – Decreto nº 7.611/11	Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, como a criação de núcleo de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior.
2014 – Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/14	Institui o Plano Nacional de Educação de 2014 – 2024 e apresenta as diretrizes e estratégias da educação básica e superior.

2015 – Lei nº 13.146/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência).
2016 – Lei nº 13.409	Dispõe sobre a criação de cotas para pessoas com deficiência ingressarem em cursos técnicos e na educação superior.
2017 – Portaria MEC nº 20	Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa documental.

Os princípios de inclusão de estudantes com NEE no Brasil, no contexto acadêmico, foram estabelecidos e estruturados a partir de influências internacionais. No ano de 1994, ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca na Espanha. Consolidou-se, nessa conferência, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) onde foi apontado a busca pela melhoria de acesso à educação e o direito de todos a uma educação de qualidade que atenda às especificidades de cada estudante.

Neste mesmo ano, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destacou que os sistemas educacionais devem aprimorar suas ações para que se torne uma instituição que promova uma sociedade inclusiva (UNESCO, 1994). A vista disso, Lima (2021) assegura que:

Para que o aluno com deficiência seja incluído, não basta que a universidade tenha esse olhar, é necessário que todos aqueles que de alguma forma convivem com a diferença coloquem em prática a inclusão no dia a dia, tornando a pessoa com deficiência parte do todo (LIMA, 2021, p.57).

Uma das primeiras iniciativas registradas no Brasil sobre a temática da acessibilidade na educação superior, foi exercida por meio da Portaria nº 1.793/94 adotada pelo Ministério da educação e cultura (MEC) juntamente com a Secretaria de Educação Especial (SEESP). Essa portaria reconheceu a “necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1994).

Essa compreensão surgiu em decorrência da discussão sobre o despreparo dos docentes, que atuam no ensino regular com estudantes com NEE, acusada no Plano Nacional de Educação especial no ano de 1994. O artigo 1º desta portaria recomenda:

Art.1º. Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICO POLÍTICO EDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas (BRASIL, 1994).

A complementar disso, o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº10.172/01 – também trata sobre a importância da preparação dos docentes ao atendimento do estudante com NEE. Esta lei, demarca mudanças significativas nas IES, pois, além de apresentar uma proposta de plena integração do estudante NEE em todas as áreas da sociedade, também recomenda a inclusão de conteúdo específicos que tratem sobre a educação especial nos currículos de formação de professores.

Nota-se que estes documentos expõem uma preocupação com o preparo dos professores que atuam com o atendimento de estudantes com deficiência, entretanto, apenas em 2003 com a portaria nº 3.284, foi mencionado a criação de cargos, cursos e credenciamentos nas IES (como intérpretes de línguas de sinais) em busca de oferecer suporte a alunos com deficiência nas IES.

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96. A presente lei destinou o capítulo V à educação especial e recomenda que todos os sistemas de ensino promovam uma educação igualitária e de qualidade para estudantes com deficiência. Em seu artigo 59 é apresentado os seguintes fundamentos:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

1. currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; 2. terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

3. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

4. educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

5. acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Para atender a esses fundamentos, é essencial que haja alterações tanto na estrutura quanto na organização escolar, a fim de adequar e flexibilizar o currículo de forma geral incluindo as metodologias, os recursos de ensino, as capacitações de docentes, entre outros. A partir desta ação, o ambiente escolar se torna apropriado para atender as especificidades de cada estudante com NEE e possibilita o êxito no processo de aprendizagem desses estudantes (BACARIN; GARCIA; LEONARDO, 2018 p.34).

A partir das mudanças estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), se fez necessário o envio do aviso circular nº 277 MEC/GM8, aos reitores das IES, no qual solicitou, destas instituições, a viabilização de condições de acesso aos candidatos com deficiência em seus vestibulares. Além disso, foi solicitado que as IES possibilitassem a flexibilização nos serviços educacionais em relação à infraestrutura e capacitação de recursos humanos, a fim de garantir o acesso e permanência dos estudantes com deficiência.

O Decreto nº 3.298/99 carrega todas as ações acima destacadas. O referido decreto reitera a importância de fornecer apoio e inclusão de recursos educacionais de qualidade e de acordo com as especificidades dos estudantes com deficiência. Em seu artigo 27 o decreto estabelece que:

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência (BRASIL, 1999).

Destaca-se ainda no referido Decreto, os aspectos anteriormente mencionados na Portaria nº 1.793/94 a respeito da inclusão de disciplinas e conteúdos relacionados aos temas de educação e atendimento educacional especial. Entretanto, por possuírem um caráter recomendativo e não apresentarem nem um tipo de punição às instituições que não implementarem tais conteúdos em seus currículos, se tornou difícil verificar a sua efetivação na prática.

Diante dessa realidade, surgiu o Decreto nº 5.296/04 que passou a exigir das instituições de ensino o cumprimento de algumas determinações de acessibilidade para que pudessem obter a permissão de abertura e funcionamento. Esse decreto, estabelece que as instituições de ensino, de qualquer nível, proporcionem a todos os estudantes

condições de acesso e utilização dos espaços universitários, considerando os espaços arquitetônicos, urbanísticos e comunicativos (BRASIL, 2004).

Esse decreto apresenta também, uma nova forma de conceber a educação, ou seja, “não há mais espaços para as instituições que não forem inclusivas” (BACARIN, GARCIA, LEONARDO, 2018. P, 35).

Em 2005, foi criado o Programa Incluir - Acessibilidade no ensino superior. Este programa, foi desenvolvido em uma parceria entre a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com o intuito de assegurar a inclusão plena de alunos com deficiência nas instituições federais de ensino superior.

Outro documento relevante é o Decreto importante, é o nº 7.611 de 2011, que apresenta as garantias da continuidade do ensino de estudantes com NEE, em todos os níveis e modalidades de ensino, com todos os recursos que lhes forem necessários. Tais garantias foram citadas em seu artigo 1º:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

II – Aprendizado ao longo de toda a vida;

III – Não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV – Garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V – Oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI – Adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII – oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;

VIII – apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, O Plano nacional de Educação (PNE) de 2014 – Lei nº 3.5/2014 – destaca em sua meta 1 e estratégia 1.11 o Atendimento Educacional e Especializado (AEE) ressaltando que as instituições de ensino devem:

1.11) priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as)

com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica. (BRASIL, 2014).

O PNE de 2014 destaca ainda na sua meta 4 sobre a universalização das pessoas com deficiência com idades dos 4 a 17 anos, o direito de acesso e permanência desses estudantes à educação básica e ao AEE, preferencialmente na rede regular de ensino com garantia de seus direitos educacionais (BRASIL, 2014). As estratégias 4.4 e 4.9 destacam que as instituições de ensino devem:

4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno. (BRASIL, 2014)

4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude. (BRASIL)

Ainda em 2015 foi decretado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015. A referida lei tem como base a convenção sobre os direitos das pessoas com Deficiência e estabelece em seu Art. 1º a promoção de condições de direitos, igualdade, inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência. Em relação a educação, o Decreto determina em seu Art. 27º que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Dessa forma, entende-se que o Estado, a família e a comunidade devem fornecer condições especiais e o aprimoramento dos sistemas educacionais a fim de atender e garantir os direitos dos estudantes com deficiência em todos os níveis e etapas de ensino. Na educação superior, a garantia destes direitos se dá a partir do ingresso e permanência destes estudantes com a adoção de medidas como: Atendimento preferencial,

fornecimento de recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva, provas em formatos acessíveis e com duração ampliada, entre outros.

Dentre as políticas públicas mais recentes, referentes a temática de acessibilidade no ensino superior, destaca-se a lei de cotas nº 13.409 de 2016, na qual dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior e técnico mediante apresentação de laudo médico (BRASIL, 2016). Outra política recente é a Portaria do MEC nº 20 de 2017 que exige das IES um plano de garantia de acessibilidade em conformidade com a legislação, ou seja, as IES possuem o dever de pesquisar meios de promover a acessibilidade.

Diante desse breve resgate das políticas públicas, que tratam sobre a temática de acessibilidade de estudantes com NEE na educação superior brasileira, foi possível verificar que houve muitas mudanças importantes e que modificaram as formas de se pensar a educação, especialmente, no âmbito acadêmico. Entretanto, as propostas de fornecer uma educação de qualidade e inclusiva para todos ainda exigem grandes esforços para a sua viabilização e efetivação por parte das IES.

No próximo capítulo, veremos como a política de acessibilidade da Universidade de Brasília (UnB) contribui com a garantia do direito de acessibilidade dos estudantes com deficiência da instituição.

CAPÍTULO 2 – ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Neste capítulo será destacada a política de acessibilidade da Universidade de Brasília (UnB), mostrando todo o percurso de sua elaboração até a sua publicação oficial. Também será mencionado como é a organização do Núcleo de Acessibilidade da universidade, bem como os setores que a compõem, seu objetivo e público-alvo.

2.1 Política de acessibilidade da Universidade de Brasília

Inaugurada em 1962 e notada por sua excelência no ensino e na pesquisa, a Universidade de Brasília (UnB) é considerada uma das mais importantes universidades do país. No que se refere à acessibilidade e inclusão, a UnB possui desde 1999 um núcleo de acessibilidade que atualmente é composto pelos diferentes setores estratégicos de acessibilidade e inclusão, presentes no **quadro 2**.

Quadro 2: Setores que compõem o núcleo de acessibilidade da UnB.

DACES	Diretoria de acessibilidade
DAC	Diretoria de assuntos Comunitários
FE	Faculdade de Educação
SAA	Secretaria de Administração acadêmica
BCE	Biblioteca Central
IL	Instituto de Letras
INFRA	Secretaria de infraestrutura
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DEG	Decanato de Ensino e Graduação
CPD	Centro de Informática
PRC	Prefeitura do Campus

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa documental.

A primeira menção de atendimento especial à comunidade acadêmica com deficiência da UnB, surgiu em 1988, por meio de uma comissão temporária iniciada pelo DEG. Essa comissão, tinha como finalidade promover ações de mobilização sobre as questões de deficiência na universidade. Contudo, as ações propostas pela comissão não apresentaram resultados satisfatórios e por este motivo, foi pausada.

Em 1990, uma nova comissão foi iniciada. A partir desta nova comissão, iniciou-se a elaboração de um projeto de pesquisa sobre o ensino especial na universidade, a fim de atender situações isoladas. Essa comissão, foi consolidada em 1994, por meio da resolução DEG/UnB 002/1994. A referida comissão, organizou diversas articulações com setores internos e externos da UnB, a fim de firmar novas estratégias de apoio para o acesso e permanência de pessoas com deficiência na universidade.

Assim, em 1998, a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB apresentou, à administração superior da universidade, um projeto que visava mudar o gerenciamento das ações voltadas à comunidade acadêmica com deficiência, a fim de estabelecer uma política permanente de atenção a estas pessoas, assegurando, conforme disposto na lei nº 10.172/01, a sua plena integração à vida acadêmica.

Assim, em 1999 surgiu o Programa de apoio às pessoas com Necessidades Especiais (PPNE) na UnB, com o objetivo de instituir uma política de apoio e atenção à comunidade acadêmica com deficiência, com a finalidade de garantir a igualdade de condições na vida acadêmica destas pessoas – este programa será explicado de forma detalhada na próxima seção.

A Política de Acessibilidade da UnB, teve sua elaboração iniciada em 2017, com o apoio dos diferentes setores estratégicos envolvidos no processo de inclusão de pessoas com deficiência da UnB – apresentados no **quadro 2** – e da comunidade acadêmica que pôde participar através de consultas públicas realizadas em maio de 2018.

Em 2019 a política de acessibilidade teve sua aprovação, por meio do ato da reitoria nº 50/2019. Dentre os objetivos propostos na resolução estão, garantir a aplicação dos dispositivos legais referentes aos direitos das pessoas com deficiência, assim como, realizar ações e projetos que promovam a acessibilidade na Universidade.

O artigo 2º da resolução, trata sobre a constituição do documento, que se baseia nos principais eixos de acessibilidades citados abaixo:

I Acessibilidade arquitetônica e urbanística: aquela existente nos edifícios, nas vias e espaços abertos ao público ou de uso coletivo;

II Acessibilidade nos transportes: aquela existente nos sistemas e meios de transportes;

III Acessibilidade na comunicação e na informação: aquela existente nos sistemas de comunicação e tecnologia da informação, e no acesso à informação e ao conhecimento;

IV Acessibilidade atitudinal: aquela existente nas atitudes e comportamentos, com vistas a garantir a participação social da pessoa com deficiência, em igualdade de condições e oportunidades, com as demais pessoas;

V Acessibilidade pedagógica: aquela compreendida nos processos de ensino e aprendizagem, bem como no acompanhamento acadêmico dos estudantes, com vistas a prevenir situações de retenção e evasão (UnB, 2019).

Sobre o público-alvo, a política busca dar suporte não apenas às pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, mas também às pessoas com transtornos globais de desenvolvimento, pessoas com altas habilidades e superdotação e pessoas com transtornos funcionais específicos.

Outra ação disposta no documento da política de acessibilidade da UnB, se refere a prioridade de matrícula e acesso a materiais didáticos adaptados, conforme dispostos nos artigos 17 e 18:

Art. 17. O público-alvo que necessite de atendimento específico poderá solicitar previamente:

I adaptação de provas em formato acessível;

II tempo adicional para realização das provas e demais atividades avaliativas;

III disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, equipamentos de tecnologia assistiva destinados à visualização de textos, adaptação em Braille e/ou tamanho ampliado, comunicação tátil e meios de voz digitalizada e/ou humana gravada, bem como de recursos de tecnologia da informação e comunicação acessíveis;

IV apoio especializado necessário, tradutor-intérprete de língua de sinais ou leitor/transcritor, conforme necessidade educacional específica;

V adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação, que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 18. Será dada prioridade de matrícula em disciplinas para os estudantes que forem o público-alvo desta política (UnB, 2019).

Sobre os recursos financeiros utilizados para a promoção da acessibilidade e inclusão, a UnB conta com o apoio do recurso próprio da ação orçamentária nº 4002, o auxílio da Assistência dos Estudante de Ensino Superior (PNAES) e o recurso do Programa Incluir. O capítulo V da Resolução que trata da política de acessibilidade estabelece, em seu artigo 47, que:

Art. 47. Deverá ser assegurada a participação dos estudantes com deficiência nas ações de assistência estudantil da Universidade de Brasília por meio de:

I garantia de acessibilidade em todo o processo de realização de análise socioeconômica e de atendimento prioritário;

II monitoramento das ações já existentes que tenham como público-alvo pessoas com deficiência; e

III criação de auxílios e ações específicas, caso necessário, destinados aos estudantes com deficiência que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que tenham perfil da assistência estudantil, de modo a garantir estratégias específicas para sua permanência na Universidade (UnB, 2019).

A respeito das ações de promoção de acessibilidade, o documento salienta que o Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB, deve contemplar todos os eixos da acessibilidade, a partir da avaliação periódica das questões de acessibilidade na universidade, a promoção de eventos, campanhas educativas, eventos científicos, eventos comemorativos, busca por recursos de acessibilidade dentro outras ações que visam tornar a universidade um local mais acessível.

Diante do exposto, é notório que a política de acessibilidade da UnB trouxe à universidade um conjunto de avanços relacionados ao acesso e permanência de estudantes com deficiência. Além disso, a implementação da política de acessibilidade na UnB prevê a articulação intersetorial para então atender a todas as dimensões da acessibilidade e garantir o direito dos estudantes com NEE.

2.2 Diretoria de acessibilidade da Universidade de Brasília

A ideia do núcleo de acessibilidade nas IES, está presente no “programa incluir”, programa idealizado pelo SECADI em 2005². Segundo documentos do referido programa, os núcleos de acessibilidade nas IES são entendidos como:

A constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área. Os Núcleos deverão atuar na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição (BRASIL, 2008).

Logo, entende-se que as ações desenvolvidas pelos núcleos de acessibilidade propõem a integralização e articulação dos estudantes com deficiência nas diversas atividades da instituição, como: estudo, extensão, intercâmbio, projetos de pesquisa e outras atividades.

² Este programa foi mais bem explicado na seção 1.2 do capítulo 1.

Visando atender os dispositivos legais referentes à acessibilidade, o PPNE, criado em 1999, tornou-se, em 2017, após diversas discussões, a “Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência”, sendo mantida a mesma sigla, mas agora vinculado ao DAC e não mais ao DEG.

Em 2019, a Política de Acessibilidade da UnB foi instituída pela resolução do conselho de administração nº 050/2019 e no ano seguinte, por meio do ato da reitoria nº 0845/2020, o PPNE foi atualizado para Diretoria de Acessibilidade (DACES) ligada ao DAC³.

Assim, o DACES/DAC, surgiu com o objetivo de estabelecer e atender a política de acessibilidade da UnB no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, bem como, assegurar a plena inclusão desses indivíduos na vida universitária, conforme previsto no decreto nº 7.611/2011 – apresentado no **quadro 1**. Além disso, as ações do DACES/DAC devem propiciar a garantia de condições para o pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência, compreendendo o seu ingresso e permanência na UnB.

Sobre o público atendido pela DACES/DAC, conforme descrito no art. 3º da resolução do Conselho de Administração nº 0050/2019, o público atendido pelo DACES/DAC compreende toda a comunidade acadêmica identificada conforme disposto no **quadro 3**.

Quadro 3 - Público atendido pela DACES/DAC

<p>Pessoas com deficiência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência visual - Cegueira • Deficiência visual - baixa visão • Surdez • Deficiência auditiva • Surdocegueira • Deficiência física • Deficiência intelectual • Deficiência múltipla
<p>Pessoas com transtorno de espectro autista (TEA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Autismo • Síndrome de Asperger • Síndrome de Rett • Transtorno Desintegrativo de infância

³Em outubro de 2019 o portal de notícias “UnB Notícias” divulgou a aprovação da Política de Acessibilidade pelo Conselho de Administração. A notícia está disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/3433-conselho-de-administracao-aprova-politica-de-acessibilidade>. Acesso em: 04 mar. 2022.

<p>Pessoas com Transtornos Funcionais Específicos (TFE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dislexia • Disortografia • Disgrafia • Discalculia • Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH) • Hiperatividade
<p>Pessoas com altas habilidades/superdotação</p>	

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa documental.

Nota-se que o público atendido pela DACES/DAC é bastante amplo e atende toda pessoa que possui algum tipo de necessidade educativa específica. A ampliação desse atendimento é muito importante, pois a presença de pessoas com deficiência na UnB compreende o compromisso da universidade com esta comunidade e se amplia no sentido de articular ações, projetos e programas que garantam o acesso e condições de participação, aprendizagem e permanência dos seus percursos formativos.

CAPÍTULO 3 – PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão descritos os métodos e procedimentos técnicos utilizados no desenvolvimento do presente estudo. A primeira seção apresenta o tipo de pesquisa onde será apresentado seus objetivos, abordagem, métodos e natureza. A segunda, apresenta o perfil dos participantes da pesquisa e em seguida, os procedimentos de análise e coletas de dados.

3.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo tem como objetivo central conhecer a percepção de estudantes com deficiência a respeito da acessibilidade durante o ensino remoto emergencial da Universidade de Brasília (UnB). Já os objetivos específicos buscaram investigar como a UnB se estruturou para atender as questões de acessibilidade durante este período.

O estudo, então, objetivou analisar as experiências desses estudantes sob os aspectos de adaptação ao ensino remoto, acesso aos recursos de acessibilidade e a percepção sobre as condições de acessibilidade oferecidas pela UnB neste período.

Para cumprir tais objetivos e investigar as questões deste estudo, utilizou-se a abordagem mista que combina abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa de pesquisa. Dal-Farra e Lopes (2013) destacam que:

Os métodos mistos combinam os métodos predeterminados das pesquisas quantitativas com métodos emergentes das qualitativas, assim como questões abertas e fechadas, com formas múltiplas de dados contemplando todas as possibilidades, incluindo análises estatísticas e análises textuais (Dal-Farra e Lopes, 2013, p.4).

Os estudos de Creswell (2007) apontam que a combinação dessas duas abordagens possibilita que uma ajude a desenvolver os resultados da outra, gerando assim uma percepção mais abrangente dos problemas levantados na pesquisa. Em vista disso, a escolha de uma abordagem mista neste estudo se deu a partir da necessidade de coletar diferentes tipos de dados a fim de compreender os fatos e as experiências de cada participante no contexto da acessibilidade e ensino remoto emergencial da UnB.

O autor destaca, ainda, o interesse pela aplicação de métodos mistos:

Com o desenvolvimento e a legitimidade percebida tanto da pesquisa qualitativa quanto da pesquisa quantitativa nas ciências sociais e humanas, a pesquisa de métodos mistos, empregando a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas, ganhou popularidade. Essa popularidade deve-se ao fato de que a metodologia da pesquisa continua a evoluir e a se desenvolver, e os métodos mistos são outro passo adiante, utilizando os pontos fortes das pesquisas qualitativa e quantitativa (CRESWELL, 2007, p.238).

Dal-Farra e Lopes (2013, p. 79) acreditam que:

os métodos mistos possam contribuir de forma significativa para futuras investigações que contemplem a complexidade das pesquisas na área da Educação, diante da profusão de informações de diferentes origens a que estão submetidos os nossos alunos e professores, e cujo tratamento de análise pressupõe, em sua subjacência, a conjugação de dados quantitativos e qualitativos.

A literatura ressalta que a utilização de tais métodos vêm despertando um interesse crescente dos pesquisadores nas ciências humanas e sociais pela possibilidade que apresentam de aprofundar o conhecimento sobre um objeto de estudo. Esse aprofundamento se processa por uma sequência de estratégias e técnicas de pesquisa.

Creswell (2007) aponta etapas essenciais no planejamento da utilização de métodos mistos: a sequência – distribuição do tempo – para coleta de dados quantitativos e qualitativos; o peso dado à coleta e à análise de dados quantitativos e qualitativos; o momento em que os resultados quantitativos e qualitativos serão combinados e integrados, e a perspectiva teórica a ser adotada em todo o projeto.

A partir dessas etapas, o autor estabelece sequências de procedimentos de pesquisa:

a) Projeto exploratório sequencial QUANTI - quali: iniciando com coleta de dados e análise quantitativa e, em seguida, a coleta e análise de dados qualitativos e a interpretação de toda a análise.

b) Projeto exploratório sequencial QUALI - quanti: iniciando com coleta de dados e análise qualitativa e, posteriormente, a coleta e análise de dados quantitativa e a interpretação de toda a análise.

c) Projeto transformativo concomitante QUALI e QUANTI: desenvolvido com uma mesma perspectiva teórica e pode iniciar por um tipo ou outro de método – quantitativo ou qualitativo. O objetivo do estudo orienta a escolha pelo percurso metodológico misto.

Flick (2007) apresenta quatro tipos de planos de pesquisa integrando as abordagens quantitativa e qualitativa: 1) a coleta contínua dos dados quantitativos e qualitativos; 2) coletas periódicas de dados quantitativos acompanhadas de pesquisas de campo guiadas

por métodos qualitativos; 3) sequência em três etapas iniciada com uma coleta qualitativa exploratória seguida por uma coleta quantitativa do tipo questionário e, por último, uma abordagem qualitativa de aprofundamento e avaliação de resultados, e 4) realização de um levantamento quantitativo, seguido de um estudo de campo qualitativo e, posteriormente, uma experimentação quantitativa.

Com tais entendimento o presente estudo foi desenvolvido por uma estratégia concomitante qualitativa e quantitativa, orientada pelo objetivo central do estudo e os objetivos específicos e por uma mesma perspectiva teórica global de compreensão da acessibilidade no ensino remoto emergencial como um direito humano à educação dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Sobre a natureza do presente estudo, seguiu-se a pesquisa exploratória descritiva, a partir da necessidade de descrever quais ações foram desenvolvidas pelos órgãos da UnB para atuarem no ensino remoto emergencial e conhecer a visão dos estudantes com deficiência sobre as condições e suas experiências durante este período na Universidade. Quanto aos métodos utilizados, este estudo caracterizou-se com a realização de entrevistas semiestruturadas, questionários e análise documental. A escolha destes distintos procedimentos metodológicos se deu para uma melhor compreensão das percepções dos entrevistados sobre a temática estudada.

Para a análise, foram comparados e associados os resultados obtidos com esses procedimentos metodológicos, observando a necessária integração e complementariedade apontados por Flick (2007, p. 274):

[...] as diferentes perspectivas metodológicas complementam-se no estudo do assunto, um processo que é entendido como a compensação complementar das deficiências e dos pontos obscuros de cada método isoladamente.

3.2 Participantes da pesquisa

Para a obtenção dos resultados, as entrevistas foram divididas em dois grupos de participantes. O primeiro grupo foi composto pela diretora do Centro de Educação a Distância (CEAD) e pela diretora da Diretoria de Acessibilidade (DACES), onde o objetivo era identificar quais ações os dois departamentos tiveram que implementar durante o período de ensino remoto emergencial. E o segundo grupo foi composto pelos estudantes cadastrados na DACES.

Para alcançar os participantes, primeiro foram enviados e-mails convite às diretoras do CEAD e da DACES. Já para alcançar os estudantes com deficiências da universidade, foi solicitado a DACES o auxílio no envio do convite de participação no questionário aos estudantes cadastrados em seu sistema⁴.

Ao final do questionário, foi perguntado aos estudantes, se eles aceitariam participar de uma entrevista individual para aprofundamento de seus pensamentos sobre o tema estudado. De acordo com Silva e Fossá (2015) “as entrevistas individuais possibilitaram alcançar uma variedade de impressões e percepções que os diversos grupos, possuem em relação as variáveis de estudo”. Diante disso, 30 dos aproximadamente 430 discentes cadastrados na DACES – no segundo semestre de 2021 – responderam ao questionário e, destes, 5 aceitaram participar da entrevista individual e deixaram seus dados (telefone e e-mail) para que a pesquisadora entrasse em contato.

Com o intuito de manter as identidades no sigilo, de acordo com os critérios éticos, os estudantes que participaram do questionário foram identificados pela letra Q e um número sequencial (Q1 – Q30), já os que participaram da entrevista individual, foram identificados por nomes fictícios – O perfil detalhado dos estudantes participantes será mais bem apresentado na seção 4.2 do próximo capítulo.

3.3 Procedimentos para coleta e análise dos dados

Em decorrência do atual cenário e afim de não atrapalhar a rotina dos participantes, foram oferecidas algumas opções para a realização das entrevistas individuais, que foram: entrevista via web conferência, entrevista escrita e enviada por e-mail, entrevista via formulário eletrônico e entrevista gravada por aplicativos de mensagens como o WhatsApp.

As entrevistas individuais via web conferência tiveram uma duração média de 12 minutos, foram gravadas e posteriormente transcritas para então serem analisadas. Já as entrevistas escritas via e-mail e aplicativos de mensagens, foram transferidas para um documento word a fim de ter uma organização mais clara das respostas obtidas.

Para a análise e compreensão dos dados obtidos na presente pesquisa, utilizou-se das informações do questionário, entrevista individual semiestruturada e a análise documental

⁴ A pesquisa teve caráter essencialmente exploratório e foi desenvolvida unicamente em âmbito institucional; não houve acesso direto aos dados dos estudantes; o contato ocorreu por meio da Diretoria de Acessibilidade e, por isso, não passou pelo CEP.

a partir de artigos, teses, dissertações e documentos públicos internos e externos que se relacionam com o tema de acessibilidade no ensino remoto.

Com vistas a compreender a percepção sobre acessibilidade que os estudantes com deficiência relataram durante as entrevistas, e para investigar as ações que a UnB estruturou para atender as demandas do ensino remoto, a análise foi estruturada a partir da análise de categorial, que de acordo com Bardin (2011) se respalda no desmembramento do texto em categorias agrupadas que visam uma melhor compreensão dos valores, opiniões e atitudes dos dados obtidos.

Nos próximos capítulos serão apresentados os resultados e discussões obtidos a partir do questionário e entrevistas individuais.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo refere-se à análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas individuais semiestruturadas, do questionário aplicado e da pesquisa documental. Em resposta aos objetivos propostos para o estudo. O capítulo se divide em duas seções: a primeira descreve as ações implementadas pela UnB para garantir a acessibilidade durante o ensino remoto emergencial e, a segunda, expõe a percepção dos estudantes a respeito de tais estratégias. As análises destacam os desafios encontrados para garantir o acesso dos estudantes com deficiência aos cursos ofertados unicamente pelo sistema virtual.

A seção 4.1 visa apresentar uma breve contextualização acerca da acessibilidade no ensino remoto emergencial nas instituições de educação superior e na UnB. Em seguida serão apresentados os recursos e projetos que vêm sendo desenvolvidos pela universidade de Brasília neste período de isolamento. Será exposto ainda, o papel da Diretoria de Acessibilidade (DACES) e do Centro de Educação a Distância (CEAD) bem como as orientações, organizadas por estes setores, para a promoção da acessibilidade na Universidade de Brasília.

Já a seção 4.2 destina-se a apresentar o perfil detalhado dos estudantes que participaram do estudo, suas respostas e relatos sobre suas experiências no ensino remoto emergencial da UnB. Com o objetivo de entender quais foram os principais desafios dos estudantes com deficiência durante o ensino remoto emergencial da UnB, foram abordadas, no questionário e entrevista individual, as seguintes questões: formas de ingresso à UnB, acolhimento na universidade e nos programas de apoio aos alunos com deficiência, a adaptação ao ensino remoto emergencial, recursos de acessibilidade utilizados, os principais desafios e a percepção sobre a política de acessibilidade na UnB. As questões mencionadas foram analisadas a partir das percepções dos estudantes participante e da bibliografia utilizada nessa pesquisa.

4.1 Acessibilidade no ensino remoto emergencial da Universidade de Brasília

As condições de isolamento social, causada por uma das maiores crises sanitárias da humanidade, impôs à sociedade diversas mudanças em seus cotidianos. No que se refere à educação, as instituições de ensino de todo o país adotaram o ensino remoto

emergencial como uma nova estratégia, em virtude do inesperado fechamento das instituições de ensino. Esta ação, trouxe uma nova realidade para as instituições, outra forma de se pensar a educação e revelou a grande desigualdade existente no sistema educacional brasileiro.

De acordo com CURY (2020), todos que possuem uma ligação com o setor educacional foram atingidos, mesmo que em intensidades diferentes. Inúmeras dificuldades são apresentadas pelos estudantes e docentes, em relação ao acesso à internet, acesso a equipamentos adequados para o ensino remoto e as dificuldades de adaptação às novas estratégias pedagógicas requeridas.

No contexto da educação superior, muitas foram as estratégias adotadas para atender ao ensino remoto emergencial. Os processos de formação das universidades passaram a ser mediados inteiramente por tecnologias digitais. E com isso, os espaços virtuais de aprendizagem se tornaram espaços significativos e de grande influência para a troca de saberes entre os docentes e discentes.

A Universidade de Brasília criou, no início da pandemia, um Comitê Gestor do Plano de Contingência em Saúde da Covid-19 (COES), que visava “realizar ações, orientações e prestar consultorias, de forma sistematizada, às ocorrências relacionadas à Covid-19 na Universidade de Brasília” (UnB, 2020). A partir das orientações do referido comitê e do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) foi determinada a suspensão das aulas presenciais da Universidade.

A partir dessa medida, a UnB iniciou um plano de retomada das atividades acadêmicas que buscou, inicialmente, fazer um levantamento das principais necessidades da comunidade acadêmica para enfrentarem a nova realidade acadêmica. Os levantamentos foram realizados a partir da Pesquisa Social – questionário específico para a comunidade acadêmica – coordenada pelo Comitê de Coordenação das Ações de Recuperação (CCAR).

Os resultados obtidos a partir da Pesquisa Social, indicaram um grande desafio socioeconômico, pois grande parte dos discentes indicaram não possuir condições favoráveis para acompanhar as aulas durante do ensino remoto por não possuírem acesso a equipamentos tecnológicos, rede de internet, espaço adequado para estudos, dentre outras questões.

O acesso a recursos de acessibilidade para os estudantes com deficiência e/ou NEE também foi uma preocupação da Universidade. O Parecer CNE/CP N°: 5/2020 do Conselho Nacional de Educação, publicado em abril de 2020, reorganizou o calendário

escolar estabelecendo novas formas de organização de trabalho para esta nova realidade e estabelece que:

As atividades pedagógicas não presenciais, mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, adotarão medidas de acessibilidade igualmente garantidas, enquanto perdurar a impossibilidade de atividades escolares presenciais na unidade educacional da educação básica e superior onde estejam matriculados. (CNE/CP, p. 15).

Nesta perspectiva, a UnB necessitou primar ações voltadas à acessibilidade, nesta nova realidade, para garantir que todos os estudantes com deficiência e/ou NEE, possuam condições de participar de forma plena, com autonomia e segurança em todas as atividades do ensino remoto da Universidade.

Os próximos tópicos desta seção destacarão como a UnB se estruturou para atender as demandas do ensino remoto emergencial e quais ações e estratégias foram desenvolvidas para atender e dar suporte a comunidade acadêmica e garantir a acessibilidade aos alunos com deficiência neste período de isolamento social a partir de concepções extraídas das entrevistas as diretoras do CEAD e do DACES.

4.1.1 Centro de Educação a Distância da UnB (CEAD/UnB): Ações e estratégias para o ensino remoto emergencial

De acordo com a LDB, a Educação a Distância (EaD) no Brasil é considerada uma modalidade de ensino-aprendizagem. O Decreto nº 9.057/2017 que regulamenta a educação a distância destaca em seu artigo 1º que:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

O referido Decreto destaca, ainda, que os cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu* poderão ser ofertados na modalidade EaD, desde que observem as normas específicas do MEC que destacam especialmente a necessidade da solicitação de credenciamento para a oferta desses cursos na modalidade EAD.

Em vista disso, o Centro de Educação a Distância (CEAD) da UnB foi criado, em 1979, com o objetivo de possibilitar ações educativas à distância e promover o acesso à educação, à cultura e aos saberes, em diversas áreas do conhecimento, entre as universidades públicas brasileiras (CEAD, 2020).

O CEAD atua em diversos programas que visam promover a oferta do ensino por meio de ações integradas a partir de metodologias ativas, tecnologias de informação e comunicação e pelas práticas pedagógicas inovadoras. O **quadro 4** destaca os principais programas desenvolvidos por este setor da UnB:

Quadro 4 - Programas desenvolvidos pelo CEAD

Programas	Objetivos
Universidade aberta do Brasil – UAB	“Sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior essencialmente àqueles que têm dificuldade de Acesso à formação universitária, por meio da Educação a Distância” (CEAD,2020).
Aprendizagem para o 3º milênio - A3M	Iniciativa institucional com o objetivo de atuar junto à comunidade UnB na identificação, valorização e promoção de ações educacionais inovadoras.
Rotas de Inovação Universitária – RIU	Faz parte do programa A3M e visa e atua especificamente no propósito de estimular a formação docente e demais membros da comunidade acadêmica para o desenvolvimento de diferentes desenhos pedagógicos, considerando o uso de tecnologias educacionais, mediação pedagógica e a integração de espaços presenciais e a distância.

Fonte: Elaboração própria a partir de análise documental.

Com a implementação do ensino remoto na UnB, o CEAD e outros órgão da Universidade desenvolveram um planejamento estratégico, coordenado pelo Comitê de Coordenação das Ações de Recuperação, que visava “mitigar os riscos direto e derivados da Covid-19 na execução da missão da Universidade de Brasília” (UnB, 2020).

Dentre as ações desenvolvidas pelo CEAD, voltadas para a oferta do ensino remoto, está a criação de um novo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – aprender

3 – que fosse capaz de atender a toda a comunidade acadêmica da UnB e a alta demanda de criação de salas de aulas virtuais, de armazenamento de arquivos e acessos simultâneos. O Aprender 3, conta com diversos recursos e funcionalidades que auxiliam a comunidade acadêmica da UnB nas altas demandas do ensino remoto emergencial. A plataforma possui mais de 61 mil estudantes, 4 mil docentes e 240 técnicos administrativos cadastrados e mais de 6 mil disciplinas de graduação e pós-graduação.

Outras ações desenvolvidas pelo CEAD e que merecem destaque são: a oferta de oficinas e cursos de formação de docentes para utilizarem os novos recursos educacionais tecnológicos e a criação de uma equipe de atendimento, via e-mail e chat on-line, composta atualmente por bolsistas, estudantes de graduação da UnB. Em entrevista com a diretora do CEAD ela destaca essas e outras ações que foram desenvolvidas pelo setor para se adaptar a essa nova realidade e as novas demandas que surgiram:

[...] o CEAD criou uma equipe de atendimento da comunidade acadêmica para apoiar o uso de tecnologias na educação, disponibilizou nova versão do AVA institucional e criou orientadores para seu uso, constituiu equipe de acessibilidade e, de forma geral, dedicou grande parte da sua equipe para auxiliar a comunidade acadêmica neste período de ensino remoto (Diretora do CEAD).

Dessa forma, observamos que o CEAD conta com um conjunto de equipes e núcleos que ajudam o órgão a manter uma rede de suporte a toda a comunidade acadêmica durante o período de ensino remoto. Dentre os núcleos criados para atender às novas demandas do ensino remoto, o CEAD conta com o apoio de um núcleo de acessibilidade, que tem como principal objetivo promover a acessibilidade nas atividades e plataformas de ensino a fim de atender as especificidades dos estudantes com deficiência da Universidade.

Sobre as estratégias adotados pelo CEAD para fornecer apoio aos docentes que possuem alunos com deficiência e/ou NEE em suas disciplinas, a diretora do referido setor destaca que:

[...] Inicialmente, buscamos oferecer atividades de formação sobre a temática (lives e cursos), constituímos equipe de acessibilidade composta por docentes e estudantes especializados na área, disponibilizamos recursos de acessibilidade no AVA institucional (aprender) e criamos em parceria com a DACES/DAC um guia para a promoção de acessibilidade no ensino remoto. (Diretora do CEAD).

Tais estratégias podem ser encontradas ao acessar as páginas oficiais do CEAD, como o site e o canal do Youtube, em que oferecem diversos conteúdos, orientações,

curso, lives e vídeos sobre a promoção de acessibilidade nos ambientes virtuais de aprendizagem⁵.

Diante das informações extraídas da entrevista com a diretora do CEAD e da pesquisa documental realizada nos sites do referido setor, é notório que este setor se comprometeu positivamente com as responsabilidades de garantia do ensino durante o período de ensino remoto emergencial da UnB, fornecendo meios que auxiliassem as diferentes demandas de toda a comunidade acadêmica da Universidade.

4.1.2 Diretoria de acessibilidade (DACES): Ações e estratégias para o ensino remoto emergencial da UnB.

Conforme abordado no capítulo 2 desta pesquisa, o DACES/DAC tem por objetivo trabalhar com a perspectiva de eliminar as barreiras que limitam os estudantes com deficiência de modo a garantir os seus direitos de acessibilidade e garantir maiores possibilidades e oportunidades de participação e aprendizagem para esses estudantes. Para garantir que seus objetivos sejam alcançados, o DACES trabalha articuladamente com todas as unidades acadêmicas da universidade de Brasília.

Em conversa com a diretora do DACES, ela relata que assumiu a diretoria da DACES já no período de pandemia e com todos os desafios emergentes que essa pandemia causou em relação a questão de acessibilidade nas plataformas virtuais e no ensino remoto. Em uma de suas falas ela relata:

[...] é uma pandemia que traz um desafio enorme em relação a continuidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Questões que se somam a falta de acessibilidade em uma plataforma, muitas vezes a ausência de formação de professores, ou de compreensão do direito daquele estudante estar matriculado na disciplina, ou ainda o desconhecimento sobre como promover condições de acesso, acessibilidade e participação destes estudantes (Diretora do DACES).

Diante disso, O DACES que já fornecia diversos projetos, programas e atividades que incentivam a inclusão e acessibilidade para toda a comunidade acadêmica, teve que reestruturar as estratégias para atender a todas as demandas emergentes que este novo

⁵ Estas iniciativas podem ser encontradas no site do Projeto Rotas de Inovação Universitária disponível em: <https://riu.cead.unb.br/>

período trouxe. Ao ser questionada sobre as estratégias desenvolvidas pela DACES para atender as demandas desse novo período, a diretora de acessibilidade explicou que:

[...] a estratégia que nós fizemos foi no primeiro momento rever todo o cadastro, identificar os estudantes, divulgar o trabalho da diretoria e pensamos na seguinte estratégia, olha, o professor precisa saber que tem um aluno matriculado em sua disciplina que possui uma deficiência e/ou uma necessidade educacional específica, então o que nós fizemos em articulação com o decanato de graduação e a SAA, nós estabelecemos um processo de automatização do processo de matrícula dos estudantes atendidos pela DACES. Todos os estudantes do nosso cadastro e os estudantes também que depois tomaram conhecimento da diretoria de acessibilidade, foram contactados e a gente inseriu no SIGAA um parecer técnico educacional com todas as demandas de acessibilidade deste estudantes, por tipo de deficiência, e este documento foi elaborado a partir do PDE que é o plano de desenvolvimento estudantil, então o nosso primeiro passo foi esse, a gente precisa identificar pro professor que ele tem um aluno com deficiência e que ele precisa saber que tipos de providências, ou que tipos de recursos e serviços de acessibilidade que ele precisa promover (Diretora do DACES).

A diretora explica que esse processo de identificação do aluno com NEE pelo professor, ocorre no SIGAA e é feita a partir de um ícone de acessibilidade⁶, ao lado do nome dos estudantes, na lista de participantes da disciplina, que significa que aquele estudante é atendido pela DACES e que, portanto, possui alguma deficiência e ou NEE. Para verificar quais necessidades o estudante precisa, basta clicar no parecer pedagógico e verificar as orientações nele contida.

A diretora de acessibilidade afirmou que a DACES possui 423 estudantes com deficiência cadastrados⁷. Destes, 156 são estudantes com transtornos funcionais específicos, que são estudantes que não são contemplados como público prioritário da política nacional do incluir, mas que estão contemplados na política de acessibilidade da UnB por também demandarem de recursos de acessibilidade.

Sobre os programas e projetos desse setor, a diretora explica que a DACES possui diversos programas que existiam antes mesmo da pandemia. Entretanto, alguns tiveram que ser totalmente reestruturados a fim de atender as novas demandas do ensino remoto emergencial. O **quadro 5** apresenta um recorte dos principais projetos e programas desenvolvidos pela DACES durante este período:

⁶ O ícone de acessibilidade para pessoas com deficiência é um símbolo universal determinado pela ONU. O símbolo é representado por uma figura humana com os braços abertos e simboliza a inclusão para as pessoas com deficiência e todos os níveis de acessibilidade.

⁷ A entrevista com a diretora do DACES foi realizada no primeiro semestre de 2021, portanto os dados apresentados se referem a este período.

Quadro 5 - Ações desenvolvidas pelo DACES/DAC para o ensino remoto emergencial da UnB.

	Ações	Objetivos
Atendimento ao aluno com deficiência	<p>A- Cadastro na DACES/DAC</p> <p>B- Plano de Desenvolvimento Estudantil (PDE)</p> <p>C- Prioridade de matrícula</p> <p>D- Programa de tutoria especial (PTE)</p> <p>E- Acompanhamento acadêmico</p>	<p>A- Por meio de formulário disponível no SIGAA</p> <p>B- Informa aos docentes e coordenadores de curso, as condições/NEE de cada estudante, bem como realiza orientações de recursos de acessibilidade a serem utilizados nas aulas.</p> <p>C- Prioridade de matrícula do aluno com deficiência em disciplinas, atendida pela resolução nº050/2019</p> <p>D- Fornece apoio acadêmico a estudantes com deficiência e/ou NEE</p> <p>E- Para alunos com deficiência e/ou NEE com o objetivo de prevenir a retenção e evasão.</p>
Apoio Social	<p>F- Auxílio financeiro para aquisição de recursos de tecnologia assistiva</p>	<p>F- Auxílio no valor de R\$465 pelo período de 6 meses.</p>
Formação continuada	<p>G- Formação de tutores e monitores</p> <p>H- Orientações para professores e coordenadores</p>	<p>G- Cursos mensais voltados para o atendimento acadêmico de alunos atendidos pelo DACES/DAC</p> <p>H- Cursos sobre a utilização de recursos de acessibilidade fornecidos pelo DACES/DAC e CEAD.</p>
Materiais	<p>I- Produção de materiais em formato acessível</p>	<p>I, J, K- Produção de materiais mediante solicitação por parte do docente ou coordenador do curso ao e-mail: unb.adaptacaodemateriais@gmail.com</p>

	<p>J- Musicografia braile</p> <p>K- Apoio pedagógico em Libras</p>	
--	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir de análise documental.

Dentre estes projetos, os que mais se destacam, neste período de isolamento social, é o programa de tutoria especial (PTE) que é descrito pela diretora do DACES como: “o programa carro chefe no apoio pedagógico”. O PTE surgiu com o objetivo de fornecer apoio acadêmico aos estudantes com NEE, regularmente matriculados na UnB e atendidos pelo DACES/DAC. Os tutores são estudantes da UnB, que atuam, como voluntários ou bolsistas, de forma conjunta com a equipe do DACES, acompanhando os docentes e estudantes com NEE em suas atividades.

Durante o período de pandemia e ensino remoto emergencial, o apoio da PTE vem sendo muito importante, uma vez que, com o auxílio dos tutores é possível atender algumas das principais dificuldades que os estudantes podem obter com algumas atividades ou disciplinas.

Outros programas que se destacam são os programas de apoio financeiro e apoio a saúde mental, onde a diretora do DACES explica:

[...] nós temos vários casos de estudantes atendidos pela DACES que tem questões de saúde mental e a gente precisa fazer uma articulação com a DASU, estudantes que tomam medicação, que apresentaram quadros depressivos ou de ansiedade nesse período remoto e a gente então ao identificar estas questões fazemos um trabalho integrado com a DASU. Nós temos também questões relacionadas as demandas socioeconômicas e aí a gente faz um trabalho articulado com a DDS quando é necessário e também buscamos estreitar as relações com o decanato de ensino de graduação (Diretora do DACES).

Além das ações destacadas no **quadro 5**, a diretora do DACES acrescenta ainda duas ações recentes desenvolvidas pelo DACES em parceria com outros setores, que é o caso do Guia de Acessibilidade que foi elaborado em parceria com o Centro de Educação a Distância (CEAD) a fim de levar orientações à comunidade acadêmica sobre como promover acessibilidade nas plataformas virtuais – este programa será melhor explicado na seção 4.1.3 deste capítulo – e também a publicação do edital nº 6 em conjunto com a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) que oferece apoio financeiro para a

aquisição de recursos de tecnologia assistiva e de acessibilidade a fim de atender as questões socioeconômicas identificadas a partir das demandas dos estudantes.

Sobre as principais demandas que surgiram, por parte dos estudantes, nesse período de ensino remoto emergencial, a diretora de acessibilidade e explica que:

[...] nós observamos no ensino remoto o aumento do número de matrícula dos estudantes em disciplinas, antes eles tinham uma média bem menor de disciplinas e no ensino remoto aumentou a demanda de produção de material acessível. Os estudantes reivindicam o respeito aos seus direitos positivados na resolução de acessibilidade, dentre eles o principal que a gente tem observado é a questão das adaptações nas aulas e em relação a questão da acessibilidade em alguns casos, mas a maioria dos casos a questão é da prova acessível, dos professores como os coordenadores de curso. As questões das avaliações são da ampliação do tempo de avaliação que esses estudantes têm direito, tem sido algo bem constante, na questão dos estudantes e em alguns casos também, professores que não disponibilizam com antecedência o material ou que não disponibilizam a aula gravada e esse também tem sido uma barreira. No caso de estudantes com deficiência auditiva, questões básicas como por exemplo do professor falar palavras pausadamente de forma articulada com a câmera aberta para que esses estudantes possam fazer a leitura labial, a utilização de legendas... Então assim, para cada deficiência tem as necessidades que os estudantes apresentam. Sobre a deficiência visual uma questão bem evidente foi a necessidade de disciplinas que utilizam muitos dados estatísticos e elementos visuais é a importância de fazer a descrição para esses estudantes. Então, essa são as demandas e são questões distintas que a gente tem (Diretora do DACES).

Nota-se, com essa resposta, que a busca pela obtenção de seus direitos expressos nos dispositivos legais e ressaltados na política de acessibilidade da UnB, pois alguns docentes ainda possuem dificuldade em tornar suas atividades acessíveis ou simplesmente respeitar o direito de tempo ampliado na realização de atividades nas plataformas virtuais.

Esses desafios nos fazem pensar sobre a promoção de acessibilidade da universidade de Brasília. Nesse sentido, foi questionado a diretora do DACES sobre a promoção de acessibilidade por parte da UnB a fim de identificar a sua opinião sobre como a UnB pode se tornar mais acessível, então ela explica que:

[...] então, a gente tem recentemente uma diretoria, mas a acessibilidade ela é um direito do estudante e ela não vai acontecer de forma plena porque as demandas vão se modificando então, como todo e qualquer direito a gente vai avançando na promoção de alguns recursos e serviços e outras demandas vão aparecendo. Acessibilidade não é só você ter um intérprete de libras ou você ter uma rampa, é uma mudança de atitude é uma mudança de cultura que se refere ao reconhecimento da diferença dessas pessoas e da promoção de oportunidades e participação social seja na universidade, seja fora dela (Diretora do DACES).

A diretora do DACES complementa ainda que a UnB avançou sim, mas que ainda possui muitos desafios e estes desafios continuarão crescendo conforme o contexto e condições de acessibilidade forem mudando, pois para ela:

A acessibilidade é uma mudança de cultura, isso eu gostaria de deixar muito claro porque as pessoas acham que é algo que é imediato, mas não é imediato, as ações arquitetônicas elas podem ser uma rampa, uma cadeira de rodas, uma bengala ou um piso tátil. A acessibilidade em uma perspectiva mais ampla é uma das dificuldades e temos que seguir e avançar no reconhecimento desses estudantes, a gente está trabalhando nisso, nas necessidades de termos acessibilidade em todas as dimensões a gente precisa pensar como é que a gente apoia esses estudantes na saída da universidade. E também o desafio com a perspectiva de pensar uma ação articulada para que a gente consiga favorecer ou auxiliar processo de inclusão dos estudantes com deficiência formados na UnB, no mundo do trabalho para eles seguirem os seus projetos de vida com autonomia etc. Então, essa é a questão que eu gostaria de deixar assim como todo e qualquer direito que tem relação com a dignidade dessas pessoas (Diretora do DACES).

Por fim, verificamos que a DACES tem um papel fundamental dentro da Universidade de Brasília e que durante o ensino remoto emergencial, foi um dos principais canais que os estudantes com deficiência e NEE possuíram para entender as suas demandas de acessibilidade e garantir os seus direitos de acesso e permanência descritos nos dispositivos legais e na política de acessibilidade da UnB.

4.1.3 Guia de acessibilidade: Orientações para a promoção de acessibilidade no Ensino Remoto

Conforme mencionado pelas diretoras do CEAD e DACES, os dois setores atuam como parceiros em ações de formação, de criação de documentos e, também, no apoio a promoção de acessibilidade da Universidade de Brasília. Dessa forma, esta seção se dedica a apresentar, de forma sintetizada, o guia de acessibilidade formulado pela equipe de acessibilidade dos referidos setores.

Conforme destaca Pereira e Silva (2019), as plataformas virtuais de aprendizagem devem estar disponíveis para todos, ou seja, deve ser inclusiva e acessível. Pensando nisso, a equipe de acessibilidade do CEAD, juntamente com o DACES/DAC, estabeleceu uma parceria a fim de tornar as plataformas virtuais de ensino utilizadas na universidade um espaço mais acessível para atender a todos nesta nova realidade.

Dessa parceria surgiu o documento “Orientações para a promoção da Acessibilidade no Ensino remoto” que foi criado e pensado para orientar os docentes

sobre a promoção de acessibilidade em suas disciplinas⁸. Neste documento, o CEAD e o DACES/DAC destacam a importância da utilização de recursos acessíveis em suas disciplinas nesta e destacam também a necessidade de os docentes sempre dialogarem com seus estudantes a fim de identificar quais são as melhores estratégias pedagógicas que eles podem utilizar para atender as demandas educativas de cada estudante com ou sem deficiência.

Dentre as recomendações, destacamos no **quadro 6** abaixo as orientações gerais para a promoção da acessibilidade nas disciplinas:

Quadro 6 – Orientações gerais para o ensino remoto emergencial da UnB.

Orientações gerais:
Verificação, por parte do docente, da lista da turma a fim de identificar se há alunos com deficiência, atendidos pelo DACES, matriculados em sua disciplina e quais são as suas deficiências.
Organização do conteúdo, na plataforma, em forma cronológica e por aula e, preferencialmente, de forma digital. A fim de que o estudante NEE possa acompanhar, por meio de software de leitura de telas, o percurso formativo proposto na disciplina.
Ao iniciar o semestre, realize a audiodescrição de suas características (cor, altura, tipo físico, cabelos, cor dos olhos...) e orientar que os demais estudantes da disciplina façam o mesmo.
Descrever fotos, imagens, vídeos, gráficos e tabelas, presentes em recursos digitais como slides e PDF.
Viabilizar o apoio de um tutor (do programa PTE).
Garantir tempo adicional ao realizar atividades avaliativas. conforme estabelecido no art. 17 da Política de Acessibilidade da UnB.
Se possível, realize contato com o estudante, antes do início do semestre letivo e do início das aulas, para compreender sua necessidade e realizar as adaptações possíveis, antecipadamente.
Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, considere o perfil de aprendizagem do estudante e sua especificidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de análise documental.

⁸ Este guia foi publicado no dia 07 de outubro de 2021 e pode ser acessado de forma digital ou PDF no endereço: <http://cead.unb.br/guiadeacessibilidade> ou por meio do PDF anexado nessa pesquisa.

Dentre as recomendações específicas para cada deficiência, destacamos no **quadro 7** um recorte dos principais recursos e recomendações. As recomendações foram divididas por tipos de deficiência e recursos.

Quadro 7 - Orientações específicas para o ensino remoto emergencial da UnB.

Tipos de deficiência	Recursos
Estudantes com deficiência visual (cegueira, baixa visão)	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de materiais da disciplina, preferencialmente no formato digital (escrita e/ou áudio). • Realizar a audiodescrição, ao utilizar recursos audiovisuais nas aulas como: Imagens, gráficos, tabelas dentre outros. • Observar a qualidade das imagens destes recursos disponibilizados na plataforma, de forma que elas não percam a qualidade, ao serem ampliadas pelo estudante no computador.
Estudantes surdos e/ou com deficiência auditiva	<ul style="list-style-type: none"> • Legendar e/ou traduzir para libras os recursos audiovisuais utilizados nas aulas como: filmes, vídeos, documentários, aulas gravadas dentre outros • Falar de forma clara e articulada durante as aulas síncronas ou assíncronas a fim de favorecer a leitura labial. • Considerar a singularidade linguística do estudante surdo ao elaborar questões de avaliações, a partir de enunciados claros, curtos e objetivos.
Estudantes surdos cedo	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar uma reunião junto ao DACES/DAC, o instituto do estudante e o aluno surdo-cego a fim de elaborarem juntos um modelo próprio de acessibilidade, com base na demanda do aluno.

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar qual equipe de Guia-intérprete de Língua Brasileira de Sinais (GI) acompanhará o estudante durante o semestre.
Estudantes com deficiência intelectual	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização dos materiais da disciplina de forma gravada para que o estudante possa ouvi-la quantas vezes for necessário a fim de melhor a compreensão do conteúdo. • Elaboração, junto ao tutor do estudante, sínteses do conteúdo, esquemas e/ou mapas mentais, a fim de disponibilizá-lo para o estudante com deficiência intelectual • Disponibilização de listas de exercícios e/ou vídeos complementares extras, para auxiliar na compreensão do conteúdo.
Estudante com deficiência múltipla	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação, junto ao estudante, de suas condições e os recursos de acessibilidade que melhor favorecem a acessibilidade às aulas remotas.
Estudantes com TEA	<ul style="list-style-type: none"> • Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, defina, junto ao estudante, o melhor formato. Considere a possibilidade de realização de atividades escritas e individuais, que considerem as especificidades do estudante com TEA.

Altas habilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar materiais complementares relacionados a disciplina e nas áreas de interesse do estudante como: Atividades mais complexas, vídeos e bibliografias e estímulo a pesquisa e produção científica. • Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, para o estudante com altas habilidades/superdotação, considere seu perfil de aprendizagem e área(s) de interesse.
Transtornos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as especificidades do estudante e considerá-la ao elaborar aulas e atividades avaliativas.

Fonte: Elaboração própria a partir de análise documental.

As ações presentes no guia de acessibilidade se desenvolveram a partir do reconhecimento das diferenças e dos direitos a acessibilidade da comunidade acadêmica com deficiência da UnB. A demanda do documento surgiu a partir do diálogo do DACES com docentes (por meio questionamentos sobre recursos e atividades para o ensino remoto) e com estudantes que demandaram a solicitação de orientações mais específicas sobre como promover a acessibilidade no ensino remoto (durante o acolhimento e acompanhamento realizado pelo DACES/DAC).

4.2 A percepção dos estudantes sobre as condições de acessibilidade durante o ensino remoto emergencial

Nesta seção, foram apresentadas as percepções dos estudantes com deficiência e/ou NEE que responderam ao questionário e participaram das entrevistas individuais dessa pesquisa. Os resultados iniciam-se com a apresentação do perfil dos estudantes, em seguida é exposto as condições de ingresso e acolhimento na UnB, as experiências no ensino remoto emergencial, destacando os recursos utilizados, os desafios e, por fim, a percepção sobre as condições de acessibilidade oferecidas pela universidade durante o ensino remoto emergencial.

4.2.1 Perfil dos participantes

Para melhor visualizar o perfil dos estudantes participantes no questionário, gerou-se o **quadro 8** que apresenta um resumo da diversidade de gênero, deficiência e curso dos participantes.

Quadro 8 - Perfil dos estudantes participantes do questionário:

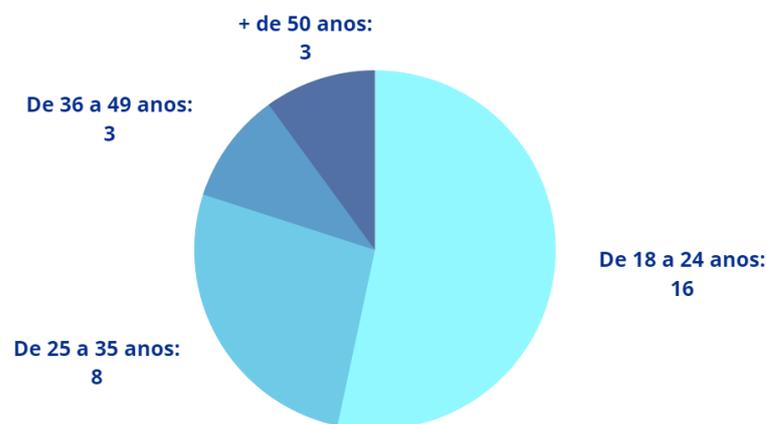
Dados	Descrição	Nº
Gênero	Feminino	14
	Masculino	16
Deficiência	Deficiência Auditiva	5
	Deficiência Intelectual	1
	Deficiência Física	6
	Deficiência Visual	4
	Transtorno de espectro autista (TEA)	6
	Transtornos Funcionais específicos (TFE) Altas habilidades/Superdotação	9 5
Curso	Artes	1
	Biotecnologia	2
	Ciências da computação	3
	Ciências econômicas	1
	Engenharias	3
	Fonoaudiologia	1
	Jornalismo	1
	Letras (Português, inglês, francês e libras)	8
	Medicina	1
	Música	1
	Pedagogia	4
	Psicologia	1
	Química	1
	Serviço Social	1
Terapia ocupacional	1	

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos dados contidos na tabela acima é possível verificar que houve maior participação dos estudantes do gênero masculino em comparação com as do gênero feminino, sendo 53,3% e 46,7% respectivamente. Sobre as deficiências dos estudantes, nota-se que há uma maior participação dos estudantes com TEF que representam 30% e dos estudantes com TEA e deficiências física que representam 20% cada uma. Também é possível notar que há uma grande diversidade de cursos de graduação, sendo Letras (inglês, francês, português como segunda língua...) e pedagogia os cursos com maior representatividade.

Em relação às faixas etárias dos participantes, é possível notar no **gráfico 1** que também há uma grande pluralidade:

Gráfico 1: Idade dos participantes



Fonte: Elaboração própria

Nota-se, com o gráfico acima, que a maioria dos estudantes participantes possuem idades entre 18 e 24 anos, correspondendo à 53,3%, em seguida vem os estudantes com idades entre 25 e 35 anos que correspondem a 26,7%. As faixas etárias com menor representatividade são as de 36 a 49 anos e em seguida as pessoas com mais de 50 anos. Um fato relevante a ser mencionado é que este grupo de menor representatividade em sua maioria estão cursando o seu segundo curso de graduação na UnB.

Sobre os participantes da entrevista individual, optou-se por identificá-los por um nome fictício a fim de manter suas identidades no sigilo. O **quadro 9**, apresenta o nome fictício, a deficiência e o curso dos entrevistados:

Quadro 9 - Estudantes que participaram da entrevista individual

Estudante	Deficiência	Curso
Ana	Deficiência física e superdotação	Engenharia
Gabriel	Baixa visão	Pedagogia
João	Baixa visão	Pedagogia
Maria	Surdez	Libras
Paula	Surdez	Letras tradução Inglês

Fonte: Elaboração própria.

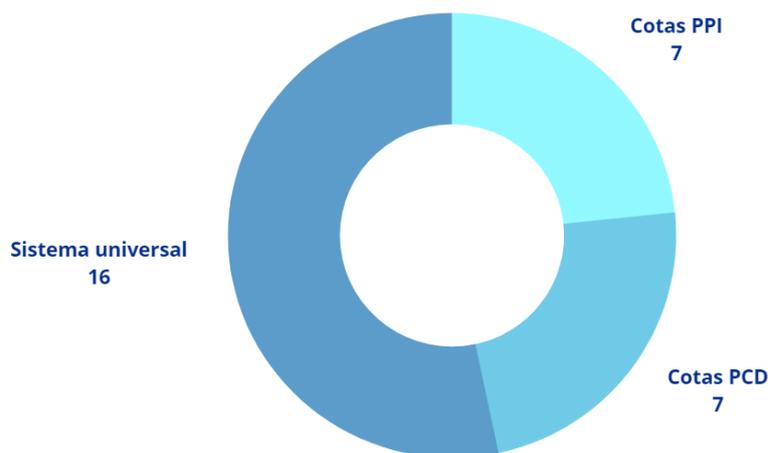
Ao contrário do questionário, nas entrevistas individuais houve uma maior participação de estudantes do gênero feminino. Observa-se que as deficiências apresentadas pelos participantes da entrevista são: Baixa visão, Surdez, deficiência física e superdotação, portanto, ao explorar os relatos sugere-se levar em conta as limitações de cada entrevistado para uma melhor compreensão de suas percepções.

4.2.2 Ingresso e acolhimento na UnB

De acordo com Fernandes (2019) o debate sobre a inclusão de minorias, sujeitos historicamente marginalizados no sistema educacional, tem sido um dos assuntos mais relevantes no cenário educacional brasileiro. A inclusão das pessoas com deficiência no contexto do ensino superior se deu a partir da criação de diversos dispositivos legais, em especial, a Lei nº 13.409/2016 que inclui as pessoas com deficiência na lei de cotas – Lei nº 12.711/2012.

Na UnB, o sistema de cotas garante no mínimo 50% das vagas dos cursos de graduação, por turno e curso, para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita, que estudaram integralmente em escolas públicas e que se autodeclaram Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI) ou pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, um dos pontos abordado no questionário foi a questão de ingresso na UnB e a utilização do programa de cotas garantido pela referida lei. O **Gráfico 2** apresenta a modalidade de ingresso optados pelos participantes para ingressarem na UnB e foi sintetizado em: Cotas PPI (para aqueles que ingressaram com as cotas destinadas a estudantes de escola pública que se autodeclaram PPI), Cotas para PCD (para aqueles ingressam na modalidade de cotas de escola pública destinada as pessoas com deficiência) e Sistema Universal.

Gráfico 2: Modalidades de Ingresso

Fonte: Elaboração própria

É possível observar que houve uma maior preferência pelo sistema universal, enquanto 7 estudantes ingressaram pelo sistema de cotas raciais e outros 7 pelas cotas reservadas para pessoas com deficiência. Um dos fatores que pode influenciar nesse resultado é o fato de que a Lei nº 13.409/2016 menciona apenas as pessoas com deficiência que são oriundas do ensino público, ou seja, as políticas de inclusão das pessoas com deficiência em ambientes universitários necessitam de um aperfeiçoamento quanto a inclusão de todas as pessoas envolvidas sem exceção.

De acordo com Silva e Araújo (2019), além de fornecer acesso, as universidades também devem garantir condições de permanência, inclusão e acompanhamento no âmbito acadêmico desses estudantes. Assim, foi questionado aos estudantes entrevistados sobre como foi a adaptação deles na UnB, ao ingressarem, e como se sentiram no novo ambiente.

Dentre as respostas obtidas, podemos destacar a fala da estudante Paula que relata: “No início, foi muito assustador. Porque não conhecemos o universo acadêmico. Me senti muito perdida, alguns momentos me senti acolhida e outros me sentia isolada.” (Paula). A estudante Ana relata também que sentiu muita dificuldade no início, pois por ser deficiente física, sua barreira é com a acessibilidade arquitetônica e, embora a universidade tenha boas estruturas, ainda encontra muita dificuldade com sua locomoção até a universidade especialmente nos transportes públicos.

Tais relatos nos leva a pensar sobre o acolhimento e o apoio dessas pessoas no ambiente universitário. Em vista disso, foi questionado aos estudantes sobre quais programas de apoio aos estudantes da UnB eles participam e como o conheceram. Dentre

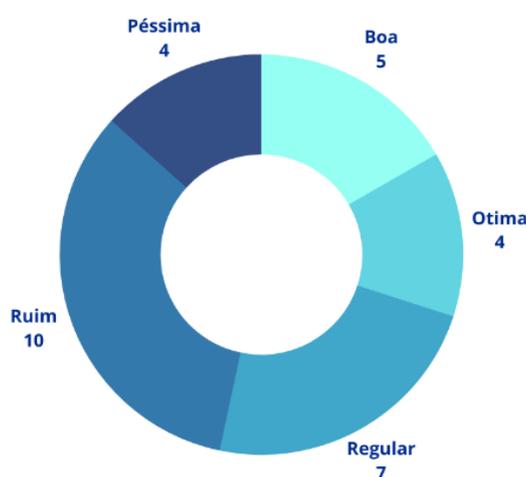
os programas citados pelos estudantes estão: o auxílio socioeconômico, auxílio moradia e auxílio alimentação da DDS, o programa de tutoria especial e o apoio da equipe do DACES e por fim o auxílio para aquisição de recursos de tecnologia assistiva da parceria entre DACES e DDS.

Quando questionados sobre como conheceram e buscaram o apoio do DACES, as respostas se dividiram entre o grupo de estudantes que conheceram no momento de realização da matrícula na universidade, por terem ingressado pelo sistema de cotas reservado para estudantes com deficiência, já o outro grupo relata que souberam a partir de buscas nos sites e plataformas da instituição.

4.2.3 Experiência no ensino remoto emergencial da UnB

Na perspectiva do ensino remoto emergencial, o acolhimento a esses estudantes tornou-se um desafio maior, pois as condições impostas pelo atual cenário afetam diretamente na permanência deles no ambiente universitário. Quando indagados sobre como avaliam a sua adaptação ao ensino remoto emergencial da UnB, os estudantes classificaram sua experiência conforme é apresentado no **gráfico 3**:

Gráfico 3: classificação da adaptação dos estudantes no ensino remoto emergencial da UnB.



Fonte: Elaboração própria a partir de respostas obtidas no questionário.

Nota-se que a maior parte dos estudantes classificam sua experiência como ruim e regular. Esse resultado, demonstra que a acessibilidade é um fator primordial nas

experiências universitárias, de desenvolvimento e permanência desses estudantes, especialmente, no contexto de ensino remoto emergencial.

Com a finalidade de destacar as principais dificuldades citadas pelos estudantes nas entrevistas e questionário, foi gerado uma nuvem de palavras na plataforma mentimeter⁹ a partir de palavras chaves retiradas dos relatos. A nuvem de palavras pode ser verificada na **Figura 1**.

Figura 1: Nuvem de Palavras dos principais desafios enfrentados pelos estudantes durante o ensino remoto emergencial.



Fonte: Elaboração própria a partir da plataforma mentimeter.

É possível observar na imagem 1 que as palavras que mais se destacam são: Falta de adaptação, recursos tecnológicos, difícil acompanhamento, desfoco e ampliação do tempo. Essas dificuldades são reafirmadas a partir das falas dos estudantes, na entrevista individual, que relataram as suas experiências no ensino remoto emergencial. A estudante Maria conta que:

O começo das aulas on-line pela pandemia foi extremamente difícil para mim, porque eu tive que me acostumar à voz digital dos professores e procurar aplicativos de legenda automática. Minha concentração também ficou prejudicada, e até hoje eu deixo de prestar atenção na aula, mesmo já tendo legendas. (Maria)

⁹ A mentimeter é uma plataforma online que possibilita a criação e compartilhamento de apresentações interativas como nuvem de palavras, criação de quis, suporte a perguntas e respostas, dentre outros recursos. Para acessar a plataforma basta acessar ao site [mentimeter.com](https://www.mentimeter.com)

Já Ana, diz que a sua experiência varia muito e depende das disciplinas e professores que ela possui no semestre:

[...] tem tido matérias que é bem tranquilo o professor é compreensível e tenta ajudar né, mas tem algumas matérias que a gente sente dificuldade. Mesmo as vezes pedindo aos professores coisas simples para nos auxiliar a gente sente aquela resistência do professor que é algo que as vezes nem faz muito sentido né, porque são coisas que os professores têm à disposição, as vezes gravação de aula, tempo adicional, mas que se vê a resistência do professor como se ele não quisesse aceitar essa necessidade. (Ana)

João destaca ainda que, por consequência de sua limitação (visão monocular) uma das barreiras que mais afetam a sua experiência no ensino remoto é justamente o tempo de tela prolongado, pois, além das aulas remotas ele também trabalha remotamente o que faz com que ele permaneça muitas horas do dia de frente a tela do computador. Ele relata que: “[...] isso tem me causado muita dor de cabeça principalmente como eu enxergo só de um olho acaba exigindo muito [...] então assim é uma infinidade de tela e isso é a parte que tem me prejudicado mais.” (João).

No questionário as respostas sobre as experiências no ensino remoto emergencial destacaram principalmente as dificuldades com recursos tecnológicos e a compreensão dos docentes sobre as limitações dos estudantes nesse período, conforme destacam os estudantes Q5 e Q18:

Foi muito difícil para que os professores entendessem que mesmo estando em casa, os desafios relacionados à deficiência permanecem e preciso de mais tempo para as atividades ou nem sempre posso participar de encontros síncronos. (Q5)

Difícil. Apesar de certa facilidade em estudar sozinha, a dificuldade de acesso à materiais de estudo e gravações de aulas dificultaram o processo. Q18

Em contrapartida, alguns estudantes relataram que estão tendo boas experiências com o ensino remoto e classificam suas experiências como boas e ótimas. O estudante Q15 afirma que está sendo uma boa oportunidade para adiantar os seus estudos, já a estudante Q16 relata que: “Ao contrário da maioria o ensino remoto facilitou a minha vida, o fato de poder estudar de casa para minha melhorar a qualidade do meu estudo” (Q16).

Percebe-se pelos relatos dos estudantes que embora a UnB tenha elaborado diversas estratégias para lidar com o ensino remoto emergencial, ainda são muitos os desafios

enfrentados pelos estudantes com deficiência e/ou NEE nessa nova realidade, especialmente em relação à adaptação às suas especificidades.

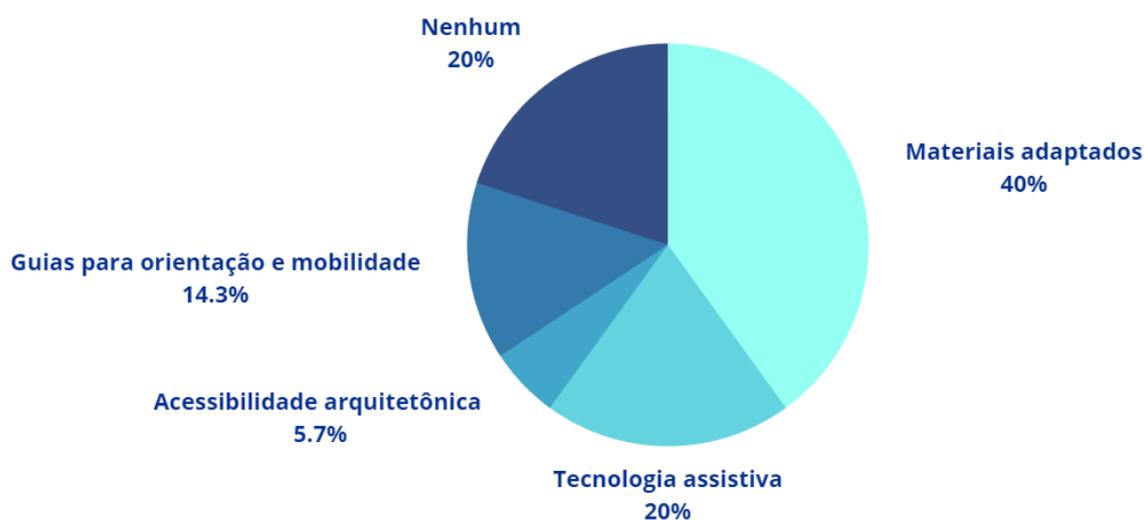
Para Oliveira, Pinto de Oliveira e Rodrigues (2021) “quando falamos de inclusão em tempos de pandemia ainda há muitos desafios a serem enfrentados para alcançar a demanda total dos alunos e as suas especificidades.” (2021, p. 6). Nessa perspectiva entende-se que é de fundamental importância a promoção de metodologias e ações, por parte das instituições de ensino e órgão governamentais, a fim de garantir os direitos à acessibilidade e inclusão desses discentes no atual cenário vivido.

4.2.4 Recursos e serviços de acessibilidade

Sobre os recursos de acessibilidade utilizados pelos estudantes, foi questionado aos estudantes sobre quais recursos e serviços de acessibilidade eles necessitam para atender as suas especificidades nesse período, mostrados no **Gráfico 4**.

Os recursos foram sistematizados em: Materiais adaptados (transcrição e legenda de áudios, gravação de aula, materiais em braile, ampliação de tempo para realização de atividades...), Tecnologia assistiva (equipamentos tecnológicos e recursos para mobilidade manual ou elétrica), Acessibilidade arquitetônica (necessidades físicas de mobilidade) e Guias para orientação e mobilidade (tradutores e intérpretes de libras, acompanhante ou auxiliar, ledor etc.).

Gráfico 4: Recursos e serviços utilizados pelos discentes com deficiência no ensino remoto emergencial.



Fonte: Elaboração própria.

Os dados apontados nos mostram que a maioria dos estudantes necessitam de materiais adaptados e tecnologia assistiva. De acordo com o artigo 28 da Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com deficiência – Lei nº 13.146/2015 – é dever do estado o:

II aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015)

Nesse sentido, entende-se que esses recursos foram de extrema importância para o processo de aprendizagem desses alunos nesse período e é fundamental que haja, uma adaptação nos materiais didáticos de forma que atenda a todos os estudantes com deficiência ou NEE na universidade. Entretanto, conforme observado nos relatos dos estudantes, a falta de adaptação desses recursos tecnológicos é um dos principais fatores que dificultam o processo de aprendizagem e inclusão deles no ensino remoto emergencial da UnB.

A estudante Ana relata que sua principal dificuldade com relação aos materiais adaptados, está na garantia do tempo adicional para realização de atividades e provas, ela diz “[...] as vezes os professores até aceitam o tempo adicional que eles deveriam fazer de qualquer maneira, mas tem dificuldade pra fazer” (Ana). Vale ressaltar que o tempo adicional para realização de atividades e provas, bem como a disponibilização de materiais em formato acessíveis, são um dos direitos apontados na Política de Acessibilidade da UnB e o não cumprimento desse direito compromete diretamente a inclusão e permanência dos estudantes.

O estudante João também diz ter enfrentado dificuldades quanto aos materiais disponibilizados, especialmente textos escaneados. Em seu relato ela destaca que:

“[...] as vezes eles utilizam livros e escaneiam os textos para disponibilizar para a gente e aí quando vem a visibilidade boa, igual, por exemplo, agora eu estou com um texto escaneado e a visibilidade está boa! Mas, tem uns que como o que os livro já um pouco velho, fica um pouco borrado e as letras menores aí dificulta muito. Mas são questões pontuais e eu falo com o professor diretamente quando isso acontece e aí a gente tenta buscar alguma solução.”
(João)

É importante considerar que, esse desafio na elaboração e disponibilização de recursos acessíveis também é uma dificuldade de muitos docentes, especialmente aqueles

que não possuem muito conhecimentos tecnológicos. Conforme afirma Machado (2018), muitos docentes se sentem despreparados por não conseguirem desenvolver materiais acessíveis e adequados para cada especificidade de seus alunos com NEE. Nesse caso, cabe aos setores específicos da universidade, fornecer apoio por meio de cursos e capacitações aos docentes para a criação de materiais acessíveis.

4.2.5 Percepção sobre as condições de acessibilidade da UnB

Considerando as experiências de vida dos discentes participantes da pesquisa em relação ao ambiente universitário, foi questionado a estes sujeitos como é ser um estudante com deficiência na UnB. Dentre as respostas destaco as falas dos discentes Maria, Paula e João:

[...] É bem difícil! Eu me sinto acolhida pelos colegas e professores, mas não pela universidade e pela comunidade de surdos que tem nela. [...] como sou surda oralizada e usuária de implante coclear bilateral, minhas necessidades são diferentes e mais tecnológicas, e aparentemente seria um investimento muito caro para a UnB instalar aros magnéticos nos anfiteatros ou contratar legendadores ao vivo para os grandes eventos on-line e presenciais. (Maria)

É gratificante e desafiador porque ainda falta acessibilidade em alguns lugares, por exemplo pegar disciplina de outro curso e não ter Intérprete de Libras que não tem disponibilidade, ir algum lugar na UnB e não ter acessibilidade. Claro que melhorou, mas precisa melhorar. (Paula)

[...] é uma experiência boa, dentro desse campo eu me sinto até como pode dizer, privilegiado porque a minha deficiência não é tão limitadora, tem esses pontos de situações muito pontuais, porque apesar de eu ter visão monocular eu tenho um olho muito bom. Então assim, não é uma deficiência, por exemplo, de alguém que é totalmente cego ou de alguém que precisa se deslocar e usa cadeiras de rodas, então eu me sinto privilegiado porque não é uma deficiência muito limitadora apesar de ser uma deficiência. [...] de modo geral a minha relação com a UnB tem sido muito boa porque depois que eu comecei a ter contato com a DACES todas essas informações de pedir adaptação de material, alguns editais que eu participei que eu fui contemplado para comprar material, então assim é muito boa na verdade. (João)

Já a estudante Ana, relata que de modo geral sente que a universidade está muito bem estruturada para atender aos estudantes com deficiência física, pois ela não sente dificuldades em acessar aos prédios da universidade, entretanto, sente muita falta de apoio e auxílio da universidade no sentido de quebrar os preconceitos da comunidade acadêmica com os estudantes com deficiência.

A partir desses relatos é possível observar que é essencial que as instituições de ensino conheçam e criem ações de apoio específicas para cada necessidade da

comunidade acadêmica com deficiência da universidade, pois esse apoio é fundamental para o acolhimento e vivências dessas pessoas no âmbito acadêmico.

Por fim, com o propósito de entender a percepção dos estudantes sobre como a UnB pode melhorar as suas condições de acessibilidade para os estudantes com deficiência neste período de ensino remoto emergencial, foi solicitado as suas opiniões sobre o referido assunto. Dentre as respostas obtidas, destaco a fala da estudante Ana que diz:

[...] Eu acho que principalmente a capacitação dos professores, pois tem muitos professores que ainda pensam que fornecer esse tipo adaptação para a acessibilidade seria estar auxiliando um aluno em detrimento do ano como se o aluno precisasse disso, como se fosse uma vantagem para ele né. Então principalmente essa mentalidade de alguns professores que precisa ser trabalhada talvez cursos e esse tipo de coisa, capacitações dos professores, porque eles estão representando a UnB, então não adianta a UnB com a diretoria ter um posicionamento e isso não acontecer na prática. (Ana)

João expõe que é muito importante buscar ações que contemplem todas as necessidades específicas dos estudantes com deficiência e/ou NEE. O discente cita um aspecto de acessibilidade de que deveria ser melhorado. Em seu relato ele diz:

[...] eu senti falta por exemplo de sinalizações visuais nos pontos de ônibus. Por exemplo, quando a gente chega na UnB que é na faculdade de educação, eu não vejo na parada de ônibus alguma coisa sinalizando que ali é a faculdade de educação, a parada específica de ônibus da faculdade de educação então os alunos ficam meio perdidos. [...] eu, por exemplo, preciso levantar e perguntar para o cobrador ou algum colega, mas imagina um cadeirante que de repente não tem essa mobilidade toda de ir lá e perguntar e acaba descendo na parada errada. (João)

Com o intuito de sintetizar e organizar os principais pontos de melhorias levantados pelos estudantes durante a entrevista e questionário, o **quadro 10** apresenta quais são as recomendações dos estudantes para que a UnB possa melhorar as suas condições de acessibilidade.

Quadro 10 – Sugestões dos estudantes com deficiência da UnB para a melhoria das condições de acessibilidade na Universidade.

Sugestões
Ampliar número de profissionais – legendadores e intérpretes – para grandes eventos on-line e presenciais.

Capacitar os professores para possam saber como adaptar as suas aulas para atender as especificidades dos estudantes com deficiência ou NEE.
Instalar aros magnéticos nos anfiteatros.
Melhorar as condições de sinalização nas paradas de ônibus
Produzir manuais de instrução ou cartilha para orientar os estudantes PCD recém ingressos com sugestões de projetos e programas.
Tornar os processos de aquisição de bolsas e projetos menos burocráticos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos na pesquisa.

A partir dos relatos apresentados nessa seção, é possível identificar que os principais resultados obtidos mostram que a UnB adotou inúmeras estratégias para enfrentar o ensino remoto emergencial e garantir o direito de acessibilidade aos estudantes com deficiência da universidade. Outro resultado obtido mostra que os estudantes demonstraram muitas dificuldades com os recursos tecnológicos e com a relação com os professores que se mostraram resistentes em muitos momentos sobre respeitar e atender as limitações dos estudantes em suas disciplinas e atividades.

Esses resultados nos mostram que cada um dos estudantes possui suas próprias particularidades e necessidades de aprendizagem e que embora haja inúmeros movimentos nacionais e internacionais que tratem sobre as questões de inclusão, permanência e acessibilidade, esses estudantes ainda enfrentam diversas barreiras, especialmente, no cenário de ensino remoto emergencial. Essas barreiras podem ser explicadas tanto pela carência no planejamento como também pela falta de recursos financeiros dos órgãos superiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal identificar as percepções dos estudantes com deficiência da UnB a respeito da acessibilidade durante o ensino remoto emergencial da UnB. Também buscou identificar como a universidade se estruturou, durante este período, para atender às demandas e questões de acessibilidade para a comunidade acadêmica com deficiência e/ou necessidades educativas especiais e quais foram os principais desafios que esses estudantes encontraram durante esse período.

A partir da pesquisa documental, presente no percurso teórico, foi possível notar que as principais políticas públicas que tratam sobre os direitos da pessoa com deficiência no Brasil, preveem o acesso e a permanência dessas pessoas em todas as etapas e modalidade de ensino. A política de acessibilidade da Universidade de Brasília demonstra que a universidade está em conformidade com esses normativos e possui um compromisso em garantir acessibilidade para a comunidade acadêmica com deficiência.

Entretanto, a partir dos resultados obtidos e apresentados, nota-se que, esse processo ainda carece de um aperfeiçoamento quanto à aproximação desses normativos com a realidade vividas pelos discentes na universidade. As barreiras referentes ao acesso e adaptação de recursos tecnológicos e tecnologia assistiva, no ensino remoto, juntamente com a barreira as barreiras atitudinais foram um dos pontos mais apontados pelos discentes entrevistados e, essas barreiras, dificultam o processo de ensino-aprendizagem desses discentes.

Os resultados também mostraram que embora a Universidade de Brasília venha buscando formas de evoluir suas ações referentes à permanência e acessibilidade de sua comunidade acadêmica com deficiência, essa ação depende do apoio de todos incluindo órgãos superiores, técnicos, professores e estudantes. O simples descumprimento de uma norma da política de acessibilidade da UnB, como oferecer o tempo adicional em atividades, interfere no comprometimento da legislação vigente e consequentemente na permanência desses discentes na universidade.

Os trabalhos do Centro de Educação à Distância e da Diretoria de Acessibilidade se mostram essenciais para à garantia do direito de acessibilidade, acesso e permanência desses estudantes na universidade. Especialmente na qualificação e formação dos professores para que estes saibam como adaptar as suas atividades, matérias e aulas adequadamente para esses estudantes.

Os resultados aqui apontados, basearam-se apenas no ponto de vista e experiências dos discentes, não contendo a opinião dos docentes e comunidade acadêmica em geral o que configura o presente estudo como uma investigação inicial e sugestão para pesquisas futuras que abarquem de maneira mais ampla as questões de acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência da UnB.

PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Diante de todas as minhas experiências e aprendizagem adquiridas durante a minha graduação, jamais imaginei que me despediria da universidade de forma remota. Apesar disso, tenho muito a agradecer a Universidade de Brasília e, especialmente, a Faculdade de Educação por todo o conhecimento construído e desenvolvido.

Sobre minhas expectativas de agora em diante, pretendo, em primeiro momento, assumir a minha vaga na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) como professora temporária e seguir com meus estudos para conquistar a aprovação no concurso do professor efetivo, onde desejo contribuir e colocar em prática todo o meu aprendizado.

Para o futuro, pretendo especializar-me na área de psicopedagogia e educação inclusiva para trabalhar com o atendimento desse público na escola, ou quem sabe, em espaços não escolares. Além disso, pretendo ingressar no programa de mestrado para continuar meus estudos nessa temática, afinal, este trabalho de conclusão de curso foi apenas o início da minha trajetória como pesquisadora.

Por fim, destaco que essa experiência me trouxe diversas reflexões sobre a educação, especialmente sobre as transformações que os profissionais de educação podem proporcionar e adquirir nesse percurso.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <<https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2022.

BORGES, José A. **As TICs e as tecnologias assistivas na educação de pessoas deficientes**. Apresentação no III Encontro dos Assessores de Tecnologia do Estado do Paraná. Curitiba/PR, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasil: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 15 de set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasil: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 15 de set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Brasil: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 15 de set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasil: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 15 de set. 2021

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Brasil: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 29 de abr. 2022.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasil: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 15 de set. 2021

BRASIL. **Lei no 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 16 de set. 2021

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm. Acesso em: 16 de set. 2021

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 de abr. 2022

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 16 de set. 2021

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 16 de set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/GM. (1996). **Aviso Circular nº 277, de 08 de maio de 1996.** Brasília - DF. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.Pdf> Acesso em: 15 de set. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP Nº 5/2020, de 28 de abril de 2020.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 15 de set. 2021

BRASIL **Plano Nacional de educação. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001.** Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Leis_2001/110172.htm. Acesso em: 15 de set. 2021

BRASIL. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2021

BRASIL. **Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999.** Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em: 16 de set. 2021

BRASIL. **Portaria normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017.** Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380053/do1-2018-09-03-portaria-normativa-n-20-de-21-de-dezembro-de-2017-39379833>. Acesso em: 16 de set. 2021

BRASIL. **Programa Incluir.** Documento Orientador Programa Incluir Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu (2013). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 16 de set. 2021

CAREGNATO, R. C. A. **Pesquisa qualitativa.** Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/05/833315/sobecc-v22n1_pt_1-2.pdf>. Acesso em: 10 de Mar. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 33. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf>. Acesso em: 14 de abr. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. **O aluno com deficiência e a Pandemia.** Instituto Fabris Ferreira, São Paulo, 2020.

DAL-FARRA, R. A. & LOPES, P. T. C. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Nuances: estudos sobre educação**. Presidente prudente – SP 2013. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/2698/2362>>. Acesso em: 17 de Mar. 2022

FERNANDES, L.I. **A inclusão educacional de pessoas com deficiências nas universidades federais sob a perspectiva da lei nº 13.409/2016**. Disponível: <<https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/103/68>>. Acesso 20 de Mar. 2022.

FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa e quantitativa. In: _____. **Uma Introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. **Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência**. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, ano 2018, p. 34 e 35.

LIMA, L. P. M. **Inclusão e permanência na Universidade de Brasília: desafio dos estudantes de graduação com deficiência**. 2021. 202 f., il. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MACHADO, C. C. de A. C. et al. **Organização, Criação, Adaptação de Materiais e Recursos Pedagógicos: Abordagem Curricular Inclusiva**. In Colóquio Luso-Brasileiro de Educação. 2018

MENEZES, S. A. B. DE. **As pessoas com deficiência chegam à Universidade: políticas públicas e as práticas para igualdade de oportunidades no ensino superior à distância no Brasil e na Espanha**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA, PUCRS. 2018.

MOREIRA, A. M. de A. ; NOGUEIRA, D. X. P. ; SANTOS, C. de A. & LEITE, L. L. (2021). **Direito à educação em tempos de pandemia: uma análise de estratégias institucionais da Universidade de Brasília**. *Revista Educação E Políticas Em Debate*, 10(3), 1054–1071. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n3a2021-62400>>. Acesso em: 13 de abri. 2022

OLIVEIRA, Pinto de Oliveira & BARBOSA (2021). **A percepção dos professores sobre a inclusão no ensino remoto dos alunos com deficiência durante a pandemia do novo coronavírus**. *Research, Society and Development*, 10(7), e4710716380-e4710716380

PEREIRA, A. S. & SILVA, R. S. (2019). **Acessibilidade em Ambientes Virtuais de Aprendizagem em apoio ao uso de tecnologia na educação de forma inclusiva**. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/erbase/article/download/9008/8909/>> Acesso em: 15 de Mar. 2022.

PORTAL DA UFC: **Conceito de acessibilidade**. Ceará, 2014. Disponível em: <<https://www.ufc.br/acessibilidade/conceito-de-acessibilidade>>. Acesso em: 02 de set. 2021.

RODRIGUES, Alessandra. **Ensino remoto na Educação Superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia.** SBC Horizontes, jun. 2020. ISSN 2175-9235. Disponível em: <<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/17/ensino-remoto-na-educacao-superior/>>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

SANTOS, Gislaine Rayana Freitas. **“Ensino de matemática: Concepções sobre o conhecimento matemático e a resignificação do método do ensino em tempos de Pandemia.”** Culturas & Fronteiras, v. 2, n, p, 52, 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi (2004). **Acessibilidade: Uma chave para a inclusão social.** Disponível em:<http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm> Acesso em: 01 de set. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: o paradigma do século 21.** Revista Inclusão. ano I, n. 1, p. 19-23, out., 2005.

SCOTT JR, Valmôr. **Acessibilidade às pessoas com deficiência na educação superior: Universidade Federal de Santa Maria – RS.** Disponível em:<https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5737_2649.pdf> Acesso em: 18 de setembro de 2021.

TAVARES FILHO, J. P. (2003). **A interação do idoso com os caixas de autoatendimento bancário.** Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Engenharia de Produção da universidade Federal de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/9458.pdf>> Acesso em: 10 de Mar. 2022

UNESCO (1994). **“Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.”** In: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas: Acesso e Qualidade. Salamanca: Unesco.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. **Orientações para a promoção da acessibilidade no ensino remoto.** Disponível em: <https://cead.unb.br/guiadeacessibilidade>> Acesso em: 28 de out. 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 0015/2020.** Disponível em: <http://www.dpg.unb.br/images/ResoluoCEPE_n_015-2020.pdf>. Acesso em: 15 de Out. 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 48/2003. 2003.** Disponível em: <http://acessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=36&Itemid=708>. Acesso em: 14 de Out. 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. **Resolução do Conselho de Administração Nº 0050/2019.** Disponível em: <http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/Resoluo_CAD_50_2019_Poltica_de_Acessibilidade.pdf>. Acesso em: 15 de Out. 2021

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade de Brasília
(UnB)

Faculdade de Educação
(FE)

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

Prezado(a), você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Acessibilidade no ensino remoto emergencial da Universidade de Brasília: Desafios e Possibilidades”. Esta investigação faz parte de uma pesquisa de conclusão de curso de graduação, realizada pela estudante Beatriz Oliveira dos Santos – 160113865 e orientada pela Profa. Dra. Ana Maria de Albuquerque Moreira. O objetivo deste estudo visa compreender quais estão sendo os desafios enfrentados pelos estudantes com necessidades educacionais especiais, no ensino remoto da UnB, e expor quais ações a universidade vem tomando para responder às questões de acessibilidade neste período. Sua participação nesta pesquisa consistirá em: responder ao questionário e posteriormente, caso seja da sua vontade, participar de uma entrevista individual. Esta pesquisa tem como previsão ser realizada por um período de duas semanas. Logo abaixo você deverá assinalar seu consentimento ou não para a participação. Em caso afirmativo, você estará cedendo os direitos à pesquisadora para o uso das informações que serão analisadas na pesquisa, bem como as publicações advindas desse processo. A qualquer momento você pode desistir de sua participação. Para isso basta apenas nos informar, pois assim os dados serão desconsiderados. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. As informações obtidas serão analisadas em conjunto pelos pesquisadores, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante da pesquisa. Para qualquer esclarecimento, seguem os contatos das pesquisadoras:

Ana Maria de Albuquerque Moreira: anaalbuquerque@unb.br

Beatriz Oliveira dos Santos: biaoliveira832@gmail.com

- Concordo em participar desta pesquisa.**
 Não concordo em participar desta pesquisa.

Assinatura do participante

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL COM ESTUDANTES

1. Quando você ingressou na UnB? Assim que ingressou, você buscou o programa de apoio aos estudantes com deficiências da universidade?
2. Como você ficou sabendo desse programa?
3. Conte um pouco como foi a sua adaptação na universidade, você se sentiu acolhido no ambiente universitário?
4. E sobre a sua adaptação ao ensino remoto emergencial da UnB? Conte um pouco da sua experiência.
5. Quantas disciplinas você vem realizando por semestre? Elas utilizam quais ambientes virtuais?
6. Como está sendo a sua relação com os docentes colegas de turma neste período de ensino remoto?
7. Quais os tipos de avaliação de aprendizagem você realiza no remoto sentiu dificuldades em algum deles?
8. Quais os principais desafios que você vem enfrentando nesse período em relação a sua vida universitária neste período?
9. De acordo com sua experiência, como é ser um estudante com deficiência na Universidade de Brasília?
10. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as condições de acessibilidade estudantes com deficiência na UnB neste período de ensino remoto emergencial?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL COM A DIRETORA DO CEAD

1. Qual o papel do CEAD dentro da Universidade de Brasília, especialmente, no atual cenário de ensino remoto emergencial?
2. Considerando a situação atual de ensino remoto emergencial, como o CEAD se organizou para responder as demandas para atender aos professores e estudantes neste período?
3. Com relação a acessibilidade, quais foram os principais recursos adotados pelo CEAD para atender alunos com NEE durante o período de isolamento?
4. O CEAD trabalha em articulação com a DACES/DAC? Se sim, como se dá essa articulação?
5. O CEAD promoveu/organizou alguma atividade para auxiliar os professores que possuem alunos com NEE a utilizarem esses recursos?
6. Houve adaptações nos recursos disponíveis no Aprender 3?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL COM A DIRETORA DO DACES

1. Quais são as ações que a diretoria de acessibilidade está realizando neste período de ensino remoto emergencial?
2. Como é feita a divulgação da DACES à comunidade universitária da UnB?
3. Como estão ocorrendo os atendimentos com os alunos neste período da pandemia da COVID -19?
4. Quais as demandas mais frequentes dos estudantes que procuram a DACES?
5. Quantos estudantes com necessidades educativas especiais a DACES atende, atualmente, na UnB?
6. Na sua opinião, a UnB pode ser considerada uma universidade que promove e tem acessibilidade? Se não, o que a senhora observa como prioridades para que a UnB se torne um lugar mais acessível?

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO ON-LINE APLICADO AOS ESTUDANTES

BLOCO 1: Identificação dos participantes

1. Qual sua idade?

- Até 17
- De 18 a 24 anos
- De 25 a 35 anos
- De 36 a 49 anos
- + de 50 anos

2. Com qual gênero você se identifica?

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer
- outros...

BLOCO 2: Ingresso na Universidade de Brasília

3. Qual seu semestre/ ano de ingresso?

4. Qual foi seu sistema de ingresso na Universidade de Brasília?

- Sistema universal
- Sistema de cotas Raciais da UnB
- Cotas para escola Públicas com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salários – mínimo per capita e autodeclarado preto, pardo ou indígena
- Cotas para escola Públicas com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salários – mínimo per capita reservadas para pessoas com deficiência
- Cotas para escola Públicas com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salários – mínimo per capita e não autodeclarado preto, pardo ou indígena
- Cotas para escola Públicas com renda familiar superior a 1,5 salários – mínimo per capita e autodeclarado preto, pardo ou indígena

- Cotas para escola Públicas com renda familiar superior a 1,5 salários – mínimo per capita reservadas para pessoas com deficiência
- Cotas para escola Públicas com renda familiar superior a 1,5 salários – mínimo per capita e não autodeclarado preto, pardo ou indígena
- Outros...

5. Qual foi sua modalidade de ingresso na Universidade de Brasília?

- Vestibular tradicional
- PAS
- ENEM
- Vagas remanescentes
- Admissão para portador de diploma de curso superior
- Transferência facultativa
- Transferência obrigatória
- outros

6. Qual seu curso de graduação?

7. Este é o seu primeiro curso de graduação?

- Sim
- Não

BLOCO 3 – Percepção sobre a acessibilidade durante o ensino remoto emergencial

8. Qual o tipo de deficiência e/ou necessidade educacional especial você possui?

- Cegueira
- Surdez
- Deficiência auditiva
- Surdocegueira
- Deficiência física
- Deficiência intelectual
- Deficiência múltipla

- Transtorno do espectro autista (TEA)
- Altas habilidades/superdotação
- Transtorno funcionais específicos (TFE).
- Outros...

8.1 Se na questão anterior você marcou Transtorno do espectro autista (TEA), qual tipo?

- Autismo
- Síndrome de Asperger
- Síndrome de Rett
- Transtorno Desintegrativo da Infância

8.2 Se na questão 8 você marcou Transtornos funcionais específicos (TFE), qual tipo?

- Dislexia
- Disgrafia
- Disortografia
- Transtorno de Déficit de Atenção
- Hiperatividade

9. Você participa de algum programa de apoio à permanência ou assistência estudantil? Em caso afirmativo, informe qual programa?

10. Que recursos de acessibilidade você necessita?

- Nenhum
- Material em áudio
- Material em braile
- Material com caracteres ampliados
- Material com contraste de cores
- Material em formato digital acessível

- Material em Libras
- Informática acessível
- Gravação das aulas mediante autorização
- Acessibilidade arquitetônica
- Recursos para mobilidade manual e elétrica
- Equipamentos de comunicação alternativa
- Outros...

11. Durante o período ensino remoto emergencial você encontrou dificuldades com esse(s) recurso(s)?

- Não
- Sim

12. Que serviços de acessibilidade você necessita?

- Nenhum
- Tradutor de Libras
- Intérprete de Libras Ledor
- Guia para orientação e mobilidade
- Guia-intérprete Acompanhante ou auxiliar
- Ampliação de tempo para realização de atividades acadêmicas e avaliações
- Outros

13. Durante o período ensino remoto emergencial você encontrou dificuldades com esse(s) serviço(s)?

- Não
- Sim

14. Como você avalia sua adaptação ao ensino remoto emergencial?

15. Além das disciplinas, você participou de outras(s) atividade(s) acadêmica(s) durante o ensino remoto emergencial?

- Iniciação científica
- Participação em eventos acadêmicos/científicos
- Não participei
- Outros...

16. A fim de entender melhor qual seu ponto de vista sobre a promoção de acessibilidade da UnB, esta pesquisa propõem uma entrevista via vídeo conferência com os estudantes. Você gostaria de participar dessa entrevista?

- Não
- Sim

17. Se você respondeu sim a última pergunta, informe abaixo o seu endereço de e-mail e/ou número de telefone para agendarmos a entrevista.

ANEXO A – GUIA DE ACESSIBILIDADE



ORIENTAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO ENSINO REMOTO

Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Acessibilidade

Centro de Educação a Distância



UnB



A UnB quem faz
é a gente

Reitoria

Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor

Enrique Huelva Unterbäumen

Decanato de Assuntos Comunitários (DAC)

Ileno Izídio da Costa

Diretoria de Acessibilidade (DACES/DAC)

Sinara Pollom Zardo

Decanato de Ensino de Graduação (DEG/UnB)

Diêgo Madureira de Oliveira

Centro de Educação a Distância (CEAD/DEG)

Letícia Lopes Leite

Equipe de elaboração**Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB**

Ana Emília Cullen Vaz

Aurora Melchiades Carvalho Lopes

Carolina Pinheiro

Cleide Cotrim

Daniel Sousa de Oliveira

Daniela Medeiros

Fabiane Elias Pagy

Géssica Albuquerque

Jeanne Ferreira

Luma Magnago

Maira Bonfim

Mirtes Tavares

Patricia Pissolato

Patricia Tuxi dos Santos

Raiany Alves de Souza

Rayane Souza de Oliveira

Regina Coeli

Rodrigo Machado

Sara de Jesus Cardoso Vogado

Sinara Pollom Zardo

Revisão

Ana Emília Cullen Vaz

Carolina Dias

Helena Sacerdote

Marcos Rogério Martins Costa

Patricia Tuxi dos Santos

Fabiane Elias Pagy.

Diagramação

Sanny Caroline Saraiva Sousa

FICHA CATALOGRÁFICA

Decanato de Assuntos Comunitários Diretoria de Acessibilidade; Centro de Educação a Distância

ORIENTAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO ENSINO REMOTO / Decanato de Assuntos Comunitários Diretoria de Acessibilidade; Centro de Educação a Distância; Revisão de Ana Emília Cullen Vaz, Carolina Dias, Helena Sacerdote e Marcos Rogério Martins Costa. Brasília: UnB, 2021. 54 p.

Guia (Graduação; Pós-Graduação) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Ensino remoto. 2. Educação a distância. 3. Acessibilidade. 4. Pessoa com deficiência. 5. Educação inclusiva.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5		
1 CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	5		
1.1.1 <i>O ensino remoto no universo da EaD</i>	<i>6</i>		
1.2 Plataformas virtuais para realização do ensino remoto	7		
1.3. Plataformas virtuais e Acessibilidade	7		
2 DIRETORIA DE ACESSIBILIDADE	9		
2.1 O que é acessibilidade	9		
2.2 Público atendido pela DACES/DAC	10		
2.3 Orientações para promoção de acessibilidade no ensino remoto e sugestões de recursos de acessibilidade	11		
2.3.1 <i>Estudantes com deficiência</i>	<i>11</i>		
2.3.1.1 <i>Estudantes com deficiência visual — cegueira</i>	<i>11</i>		
2.3.1.2 <i>Estudantes com deficiência visual — baixa visão</i>	<i>19</i>		
2.3.1.3 <i>Estudantes surdos</i>	<i>29</i>		
2.3.1.4 <i>Estudantes com deficiência auditiva</i>	<i>31</i>		
2.3.1.5 <i>Estudantes surdocegos</i>	<i>34</i>		
2.3.1.7 <i>Estudantes com deficiência intelectual</i>	<i>37</i>		
2.3.1.8 <i>Estudantes com deficiência múltipla</i>	<i>39</i>		
2.3.2 <i>Estudantes com transtorno do espectro autista (TEA)</i>	<i>39</i>		
2.3.3 <i>Estudantes com altas habilidades/superdotação</i>	<i>41</i>		
2.3.4 <i>Estudantes com transtornos funcionais específicos</i>	<i>43</i>		
2.4 Ações desenvolvidas pela DACES/DAC para apoio ao ensino remoto	45		
REFERÊNCIAS	47		

APRESENTAÇÃO

1. CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (CEAD/UnB) surgiu como órgão na estrutura da universidade, com a tarefa de desenvolver e viabilizar ações educativas a distância. Para tanto, desde o ano de 1979, promove acesso à educação, à cultura e aos saberes em diversas áreas do conhecimento.

Tem por objetivo maior ser referência em Educação a Distância, com reconhecimento nacional e internacional. Como missão, promove a oferta de ensino, com ações integradas por metodologias ativas, tecnologias digitais da informação e comunicação, além de medidas voltadas às práticas pedagógicas inovadoras.

Dentre os principais valores estão: velar pelo compromisso com qualidade, inovação, tecnologia e transparência. Sempre com foco na Comunidade Acadêmica.

O CEAD tem uma atuação extensa e vários programas de referência, dentre as quais, é possível destacar:

- ▶ Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB): é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior, essencialmente àqueles que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio da Educação a Distância;
- ▶ Programa Aprendizagem para o 3º Milênio (A3M): tem como objetivo atuar, junto à comunidade universitária, na identificação, valorização e promoção de ações educacionais inovadoras.

Neste último programa, também, é possível evidenciar o Projeto Rotas de Inovação Universitária (RIU) (<https://riu.cead.unb.br/>), que atua, especificamente, na formação docente e de demais membros da comunidade acadêmica, para o desenvolvimento de diferentes desenhos pedagógicos, que considera o uso de tecnologias educacionais, a mediação pedagógica e a integração de espaços presenciais e a distância.

Acrescenta-se, ainda, que é importante informar que o CEAD/UnB desenvolve tecnologias e metodologias inovadoras por meio de serviços com webconferências, coordenação junto à Universidade

de Brasília da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) — que é a primeira rede de acesso à internet no Brasil, constituída por mais de 800 instituições de ensino —, e gerenciamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem da UnB, que já está em seu terceiro programa.

Para melhor compreender as plataformas virtuais oferecidas pelo CEAD/UnB, apresenta-se, a seguir, a Educação a Distância e os diversos conceitos atrelados a ele, como o ensino remoto.

O contexto da Educação a Distância

A Educação a Distância da UnB apresenta a sua modalidade de ensino baseada em duas fortes estruturas: a política e a didático-pedagógica. A estrutura política se constitui com foco na diversidade, nos direitos humanos e em leis específicas que consideram, principalmente, as características distintas e complexas encontradas na amplitude de um país, com fatores socioemocionais tão diversos. A estrutura didático-pedagógica busca englobar, de maneira flexível, toda uma gama de competências e habilidades necessárias para se construir um espaço de ensino crítico e participativo. Mais que apresentar conteúdos e encaminhar atividades, a Educação a Distância (EaD) necessita desenvolver metodologias dinâmicas, que permitam a interação do discente com o docente, com o técnico e todo o contexto acadêmico, do qual faz parte.

A EaD é uma modalidade idealizada para oferecer ambiente virtual de aprendizagem flexível e com suporte tecnológico, que favoreça a Educação a Distância. Dessa forma, essa modalidade demanda uma plataforma digital complexa, que suporte acessos contínuos e simultâneos e ofereça um ambiente de interação intuitivo e acessível.

1.1.1 O Ensino Remoto no universo da EaD

O Ensino Remoto se tornou uma tendência mundial, como saída para situações emergenciais, como a pandemia decorrente do coronavírus. A ideia inicial é de permitir que o ensino ocorra de forma interativa, no mesmo molde do presencial, porém em plataformas virtuais.

Destaca-se que, por ser um modelo que surgiu em meio a uma necessidade latente, muitos docentes, discentes, técnicos de laboratórios não estavam preparados para lidar com o ensino, nas diversas plataformas digitais. Com efeito, a elaboração dos conteúdos, das aulas, avaliações e atividades nesse modelo precisam ser repensadas para atender a esse universo acadêmico e distinto.

Ao pensar nessa realidade do ensino remoto, considerando como eixo final a EaD, este Guia de Orientações, pretende auxiliar, em especial, docentes, técnicos, tutores e monitores que atuam nas aulas remotas neste período.

Apresentaremos a seguir, as plataformas virtuais existentes na Universidade de Brasília (UnB), as quais têm o CEAD como espaço organizacional.

1.2 Plataformas virtuais para realização do ensino remoto

A UnB oferece, à sua comunidade acadêmica, dois ambientes virtuais de aprendizagem: Aprender 3 (<https://aprender3.unb.br/login/index.php>) e Microsoft Teams (<https://teams.microsoft.com/>).

O Aprender 3 é uma plataforma baseada no sistema de gerenciamento de aprendizagem Moodle, customizado pelo CEAD, exclusivamente para a UnB. O ambiente está disponível para alunos, professores e corpo técnico-administrativo, nos níveis de graduação e de pós-graduação.

As credenciais para o acesso ao Aprender 3 são disponibilizadas no e-mail institucional. Os dados são importados do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), e os usuários recebem os dados de *login* no e-mail cadastrado no SIGAA. Portanto, é importante o acesso do e-mail institucional.

A suíte de aplicativos Microsoft Office 365 Educacional (Office 365, versão A1) está disponível para todos os alunos regulares da UnB, bem como para o seu corpo técnico-administrativo e professores, mediante um acordo de cooperação firmado entre a Universidade e a Microsoft. Dentre os benefícios desse acordo, há o incremento do espaço de armazenamento das contas de e-mail para 50 GB; e de 1 TB disponível para armazenamento de arquivos na nuvem (OneDrive), além de acesso aos demais aplicativos da suíte Office (Word, Excel, PowerPoint, Teams, OneNote, dentre outros).

Os usuários podem acessar a suíte Office 365, por meio de qualquer navegador de internet. A plataforma do Office 365 está disponível no site www.office.com.

1.3. Plataformas virtuais e Acessibilidade

As plataformas virtuais possuem um papel de destaque, ou mais que isso, é de vital importância para o ensino remoto e para a EaD. Esse espaço precisa estar disponível para todos, ou seja, faz-se

necessário que ele seja, de fato, inclusivo e acessível. Com esse objetivo, o CEAD/UnB estabeleceu uma parceria com a Diretoria de Acessibilidade (DACES), da UnB.

Outro passo importante foi a constituição do Núcleo de Acessibilidade dentro do CEAD. A equipe tem como papel principal promover a acessibilidade nas atividades de educação a distância e de ensino remoto desenvolvidas pelo CEAD/UnB. Assim, oferece Apoio Operacional à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para os programas: i) Terceiro Milênio (A3M); ii) Universidade Aberta do Brasil (UAB) e iii) Projeto Rotas de Inovação Universitária do CEAD/UNB, além de outras demandas estipuladas pela direção do CEAD/ UnB.

O trabalho tem como principal eixo as Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web por meio da *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)*, que são as recomendações de acessibilidade para conteúdo da web, ou seja, são diretrizes que explicam como tornar o conteúdo web acessível, e fazem parte de uma série de recomendações para acessibilidade publicadas pela Web Accessibility Initiative do W3C, instituição mundialmente conhecida por pesquisar tecnologias que promovem padrões de uso e forma para a criação e a interpretação de conteúdos para a Web.

2. DIRETORIA DE ACESSIBILIDADE

O Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE) foi criado em 1999, vinculado à Vice-Reitoria, após diversas discussões acerca do ingresso e das condições de permanência e diplomação dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas na UnB. Em 2017, o PPNE se tornou a Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência, vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários.

No ano de 2019, foi aprovada a Política de Acessibilidade da UnB, instituída pela Resolução do Conselho de Administração nº 50/2019. Essa normativa institucional tem como objetivo zelar pela aplicação da legislação referente aos direitos das pessoas com deficiência, Transtornos do Espectro Autista (TEA), altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, bem como definir normas técnicas e recomendações acerca de acessibilidade nas ações, atividades e projetos promovidos e implementados pela UnB.

Em 2020, por meio do Ato da Reitoria nº 0845/2020, foi atualizada a estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB, com a criação da DACES/DAC. Essa ação está alinhada às orientações do Decreto nº 7.611/2011, que prevê a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Portanto, a Diretoria assume a função estratégica de garantir e promover a inclusão e a acessibilidade como uma política transversal na UnB, de forma a ampliar condições de acesso, participação e aprendizagem aos estudantes que apresentam deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

2.1 O que é acessibilidade

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) — Lei nº 13.146/2015, em seu Art. 3º, define a acessibilidade como a:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados

de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Política de Acessibilidade da UnB — Resolução CAD n° 50/2019 ratifica a definição contida na LBI e, em seu Art. 2°, reafirma a acessibilidade como direito para a comunidade universitária. Na política institucional da UnB, a acessibilidade é considerada em perspectiva multidimensional:

Parágrafo único. Para fins desta política, considera-se:

I Acessibilidade arquitetônica e urbanística: aquela existente nos edifícios, nas vias e espaços abertos ao público ou de uso coletivo;

II Acessibilidade nos transportes: aquela existente nos sistemas e meios de transportes;

III Acessibilidade na comunicação e na informação: aquela existente nos sistemas de comunicação e tecnologia da informação, e no acesso à informação e ao conhecimento;

IV Acessibilidade atitudinal: aquela existente nas atitudes e comportamentos, com vistas a garantir a participação social da pessoa com deficiência, em igualdade de condições e oportunidades, com as demais pessoas; e

V Acessibilidade pedagógica: aquela compreendida nos processos de ensino e aprendizagem, bem como no acompanhamento acadêmico dos estudantes, com vistas a prevenir situações de retenção e evasão.

Nesse sentido, a promoção da acessibilidade no ensino remoto se refere à eliminação de barreiras que impedem o acesso, a participação e a aprendizagem aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, em seus processos formativos, nos cursos de graduação e de pós-graduação.

2.2 Público atendido pela DACES/DAC

A Resolução CAD n° 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB, em seu Art. 3°, define como público atendido o corpo discente, os servidores técnico-administrativos, os docentes e a comunidade, em geral, da Universidade, identificados como:

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência visual — cegueira
Deficiência visual — baixa visão
Surdez
Deficiência auditiva
Surdocegueira
Deficiência física
Deficiência intelectual
Deficiência múltipla

PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Autismo
Síndrome de Asperger
Síndrome de Rett
Transtorno Desintegrativo da Infância

PESSOAS COM TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS (TFE)

Dislexia
Disortografia
Disgrafia
Discalculia
Transtorno de Déficit de Atenção
Hiperatividade

PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

2.3 Orientações para promoção de acessibilidade no ensino remoto e sugestões de recursos de acessibilidade

Apresentamos, a seguir, a definição das deficiências e de necessidades educacionais específicas dos estudantes atendidos pela DACES/DAC, bem como sugestões de recursos de acessibilidade para utilização no ensino remoto. Destacamos a necessidade de os docentes sempre dialogarem com os estudantes, no sentido de verificar quais os recursos de acessibilidade que melhor atendem às suas demandas. Lembramos que uma aula acessível amplia as oportunidades de aprendizagem e a participação para todos os estudantes, com ou sem deficiência.

2.3.1 Estudantes com deficiência

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Art. 2º, Lei Brasileira de Inclusão, 2015).

2.3.1.1 Estudantes com deficiência visual — cegueira

O Censo MEC/INEP (2020, p.7) define a cegueira como: “perda total da função visual ou pouquíssima capacidade de enxergar”.

Diante de tal especificidade, sugerimos ao docente que, ao receber a lista da sua turma, confira a indicação de quem são os alunos com deficiência atendidos pela DACES/UnB. No Portal do Docente do SIGAA, é possível verificar se na sua turma está matriculado algum estudante com deficiência e/ou necessidade educacional específica, atendido pela DACES/DAC.

Para acessar o parecer do estudante no SIGAA, acesse o Portal do docente e clique no componente curricular (disciplina); para entrar na turma virtual, acesse o Menu Turma Virtual > Turma > Participantes >; no lado direito do nome do/da aluno/aluna com NEE constará no ícone do NEE. Clique no ícone  para visualizar o parecer acerca das Necessidades Educacionais Específicas do(a) aluno(a). Isso facilitará o contato inicial com o aluno.

Antes de o semestre começar, oriente o estudante acerca da plataforma virtual que será utilizada na disciplina e o *link* ou a chave de acesso.

► Organize o conteúdo, na plataforma, em ordem cronológica e por aulas, assim, o estudante cego, com auxílio do **software leitor de telas**, terá condições de acompanhar o percurso formativo proposto na disciplina.

► Para organizar e identificar as unidades, módulos ou disciplinas, utilize um sistema de caixas e/ou rótulos que possibilitem uma descrição clara e objetiva. Veja o exemplo, a seguir.

Exemplo

Unidade I - Tecnologias no Mundo Virtual → Rótulo de identificação

- Contribuições da Tecnologia na Educação
- Tipos de Tecnologias
- Evolução da tecnologia nas línguas de sinais, no mundo e no Brasil

Modelo de rótulo de identificação

SAIBA MAIS

SOFTWARES LEITORES DE TELA

Você conhece os *Softwares* Leitores de Tela? Quer conhecer um pouco mais? Leitores de tela são aplicativos utilizados por pessoas com Deficiência visual para que tenham, em telas de dispositivos diversos (computadores, tablets, smartphones, etc.), acesso às informações presentes em forma de texto, convertendo-as em informações sonoras, em áudio. O NVDA – Software Ledor de tela é gratuito e faz leitura de toda tela do computador/ *notebook*. Conheça como o leitor de tela funciona a seguir. Veja abaixo dicas e sugestões sobre os recursos de acessibilidade deste manual!

Principais leitores de tela utilizados pelos estudantes com deficiência visual:

NVDA: www.nvaccess.org/download/

JAWS: www.osbsoftware.com.br/produto/jaws

Virtual Vision: www.virtualvision.com.br/

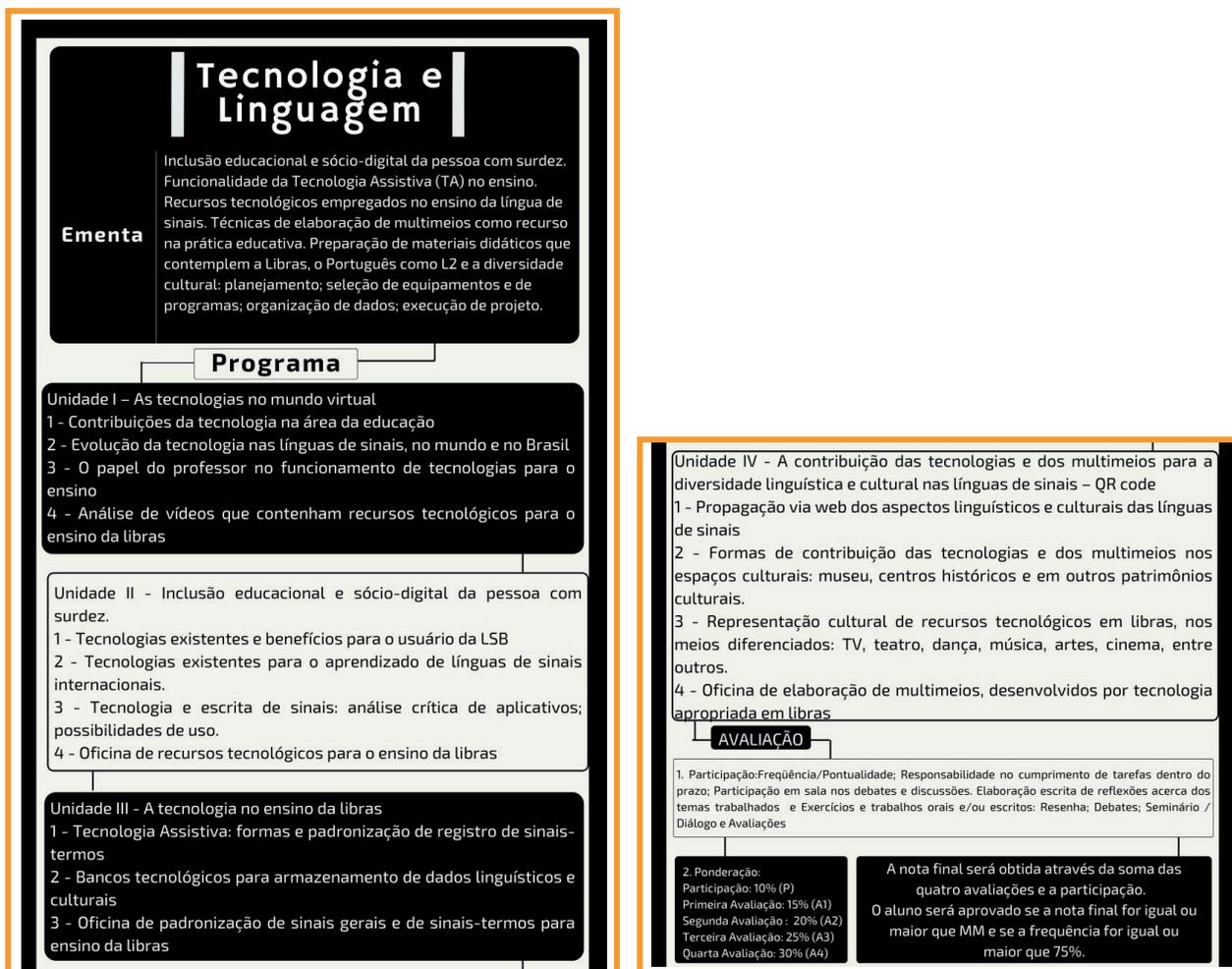
DosVox: intervox.nce.ufrj.br/dosvox/

Orca: help.gnome.org/users/orca/stable/index.html.pt_BR

VoiceOver: www.apple.com/br/accessibility/vision/

- Disponibilize, na plataforma, a organização da disciplina em formato digital (escrita) e, preferencialmente, em formato de áudio, também.

Infográfico do modelo de um plano de ensino: plano de ensino da disciplina Tecnologia e Linguagem do Curso de Língua de Sinais Brasileira - Português como segunda língua.



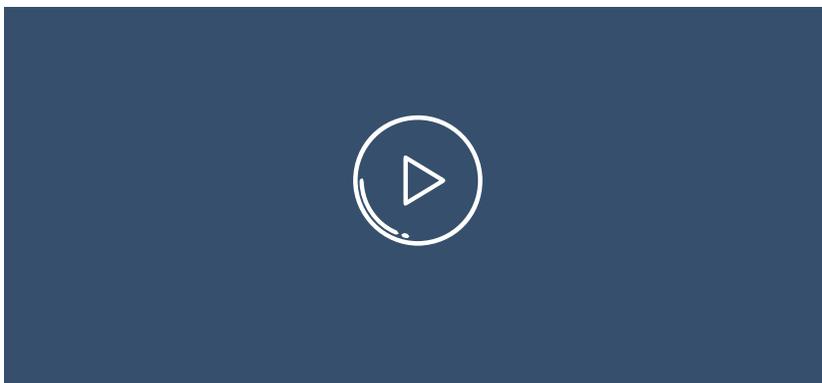
Fonte: Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB”

► Ao iniciar o semestre letivo, faça sua própria **audiodescrição**, ou seja, descreva para o estudante, brevemente, suas características físicas (cor, altura, tipo físico, cabelos, cor dos olhos, estilo e cores das roupas). Também, é importante descrever um pouco do local em que está sendo ministrado a aula (se é uma sala, como é a parede ao fundo, se há quadros, livros, estantes ou qualquer outro objeto que esteja visível). Se possível, sugira aos colegas de classe que, também, façam sua audiodescrição.

Como forma de Audiodescrição de uma aula veja o exemplo abaixo:



VÍDEO 1 - AUDIODESCRÇÃO



Fonte: Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB

► Disponibilize, com antecedência, o material da disciplina (plano de ensino, material didático, vídeos, etc.) para o estudante. Os arquivos devem ser disponibilizados em formatos selecionáveis, como Word ou PDF, por exemplo, e devem possuir uma boa qualidade de texto e imagem.

SAIBA MAIS

AUDIODESCRÇÃO

Ao iniciar o semestre letivo, faça sua própria Audiodescrição, ou seja, descreva brevemente para o estudante suas características físicas (cor, altura, tipo físico, cabelos, cor dos olhos, estilo e cores das roupas).

Também é importante descrever um pouco do local de onde está ministrando a aula (se é uma sala, como é a parede ao fundo, se há quadros, livros, estantes ou qualquer outro objeto que esteja visível).

Se possível sugira aos colegas de classe que também façam sua Audiodescrição.

► Caso o professor deseje disponibilizar um arquivo em PDF, é preciso atentar para que ele não seja um PDF de imagem. Os PDFs em formato de imagem não são acessíveis para as pessoas cegas, uma vez que os leitores de tela não conseguem processar imagens, apenas textos. Se forem utilizados documentos e atividades escritas diversas, de forma escaneada, o estudante ou o professor deverá enviar os materiais para a equipe da DACES/DAC e do Laboratório de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual (e-mail unb.adaptacaodemateriais@gmail.com), para que seja realizada, dentro do **prazo determinado** pela equipe, a produção do material em formato acessível.

► Tais textos passarão pelos programas de reconhecimento ótico, os OCRs, que converterão os PDFs de imagem, para PDFs em formato texto. A seguir, disponibilizamos exemplos de PDFs de imagem adequados, e de PDFs de imagem não adequados para o envio à equipe da DACES/DAC e ao Laboratório de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual.



Texto escaneado de modo inadequado

A imagem, a seguir, apresenta um exemplo de texto escaneado de modo inadequado. O texto possui rasuras, como rabiscos e escritas. Há, também, desenho de linhas que sublinham o texto. Dessa forma, ao converter a imagem scaneada para texto, o programa OCR não conseguirá lê-lo corretamente. Recomendamos que se apaguem as rasuras e linhas sublinhadas do texto para uma leitura adequada do programa.



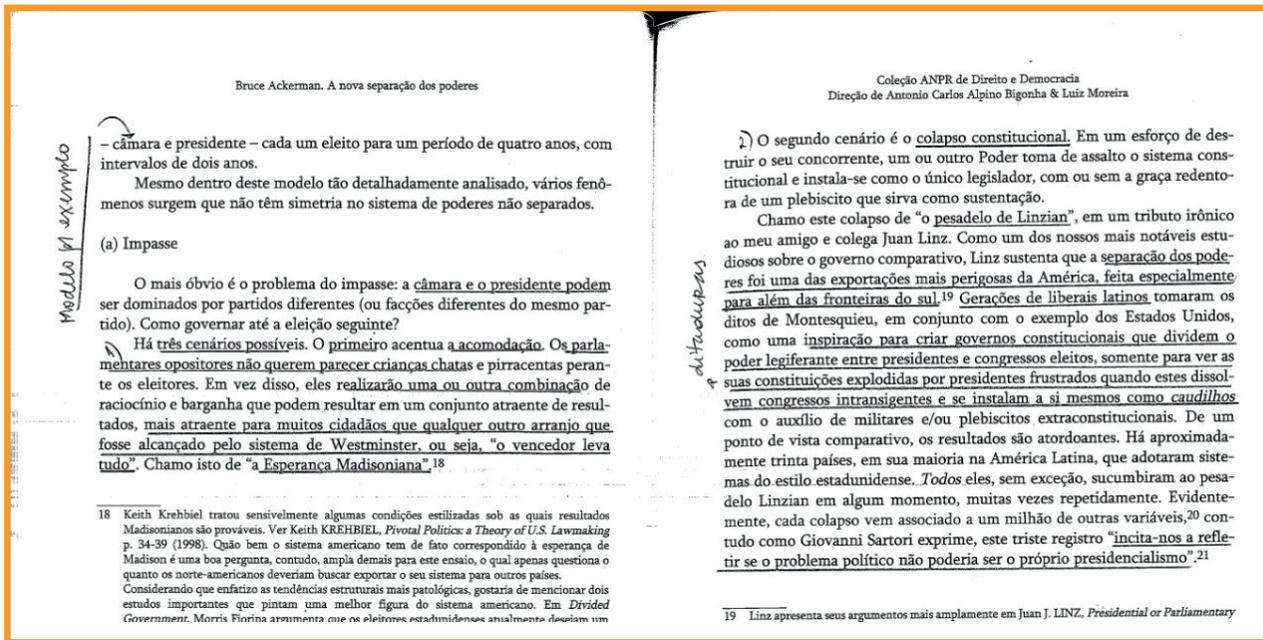
SAIBA MAIS

PRAZOS

É importante que o docente observe os prazos estipulados, a fim de que os materiais retornem ao estudante em tempo para a leitura, possibilitando a participação nas aulas e nas atividades avaliativas. Para ter informações sobre os prazos, consulte a tabela abaixo ou clique no link: acessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=729

Formato do material	Quantidade	Prazo
Braille	Até 100 páginas	7 dias úteis
Braille	Mais de 100 páginas	15 dias úteis
Digital acessível	Até 100 páginas sem figuras, notas de rodapé ou citações	7 dias úteis
Digital acessível	Até 100 páginas com figuras, notas de rodapé ou citações	15 dias úteis
Digital acessível	Mais de 100 páginas sem figuras, notas de rodapé ou citações	10 dias úteis
Digital acessível	Mais de 100 páginas com figuras, notas de rodapé ou citações	20 dias úteis
Tamanho ampliado	Até 100 páginas	7 dias úteis
Tamanho ampliado	Mais de 100 páginas	15 dias úteis
Áudio por meio de sintetizador de voz	Até 100 páginas	7 dias úteis
Áudio por meio de sintetizador de voz	Mais de 100 páginas	15 dias úteis

TEXTO ESCANEADO DE MODO INADEQUADO.



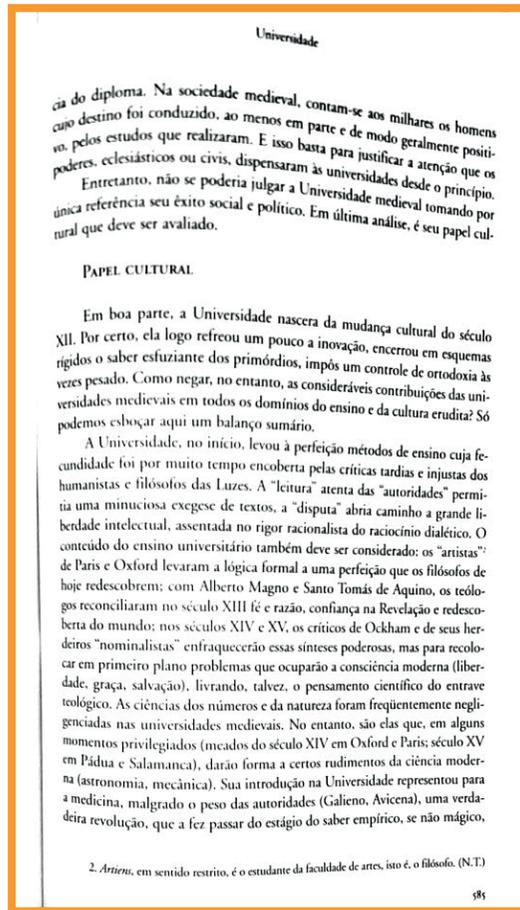
Fonte: ACKERMAN, Bruce. A Nova Separação dos Poderes. Trad. Isabelle Maria C. Vasconcelos e Eliana Valadares Santos Editora Lumen. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. Adaptada pela Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB em 2021



A imagem, a seguir, apresenta outro exemplo de texto escaneado de modo inadequado.

O texto está na diagonal e possui muitas partes com desfoque, o que deixa parte das letras apagada. Texto em diagonal não é reconhecido pelos programas de OCR. Recomendamos utilizar um *scanner* ou que se atente para não deixar o texto torto, desfocado ou apagado.

Texto escaneado de modo inadequado



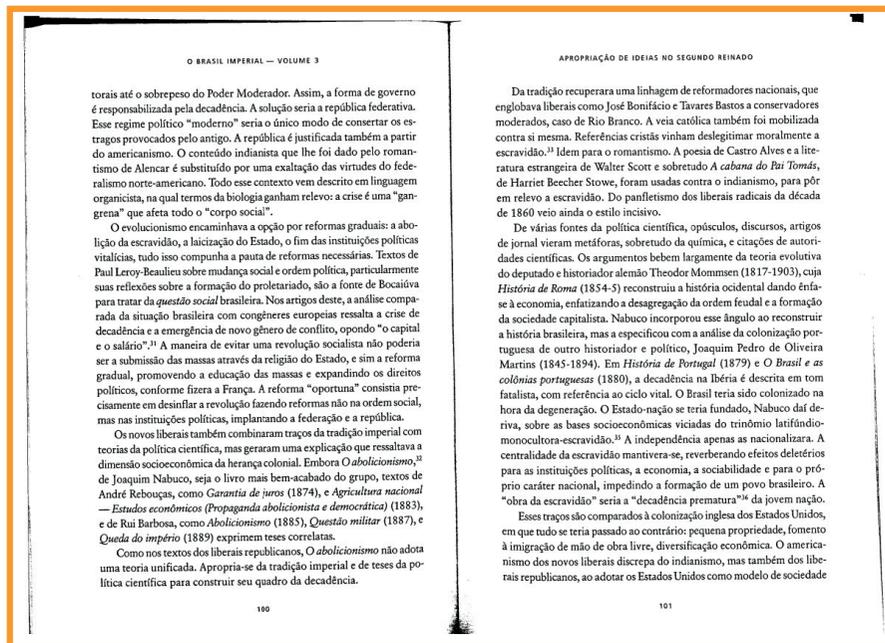
Fonte: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário temático do ocidente medieval. 2002.



Texto escaneado de modo adequado

A imagem, a seguir, apresenta um exemplo de texto escaneado de modo adequado. O texto não possui rasuras, rabiscos, linhas sublinhadas, manchas, partes desfocadas ou qualquer outro empecilho. O texto possui um escaneamento adequado, está alinhado e reto. Dessa forma, o programa OCR poderá fazer uma leitura correta. Recomendamos que sigam este exemplo, a fim de gerar textos para a produção do material em formato acessível, dentro do **prazo determinado** pela equipe.

Texto escaneado de modo adequado



Fonte: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). O Brasil imperial. 3 Vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 1.381p



SAIBA MAIS

PRAZOS

É importante que o docente observe os prazos estipulados, a fim de que os materiais retornem ao estudante em tempo para a leitura, possibilitando a participação nas aulas e nas atividades avaliativas. Para ter informações sobre os prazos, consulte a tabela abaixo ou clique no link: acessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=729

Formato do material	Quantidade	Prazo
Braille	Até 100 páginas	7 dias úteis
Braille	Mais de 100 páginas	15 dias úteis
Digital acessível	Até 100 páginas sem figuras, notas de rodapé ou citações	7 dias úteis
Digital acessível	Até 100 páginas com figuras, notas de rodapé ou citações	15 dias úteis
Digital acessível	Mais de 100 páginas sem figuras, notas de rodapé ou citações	10 dias úteis
Digital acessível	Mais de 100 páginas com figuras, notas de rodapé ou citações	20 dias úteis
Tamanho ampliado	Até 100 páginas	7 dias úteis
Tamanho ampliado	Mais de 100 páginas	15 dias úteis
Áudio por meio de sintetizador de voz	Até 100 páginas	7 dias úteis
Áudio por meio de sintetizador de voz	Mais de 100 páginas	15 dias úteis

► O estudante cego deverá indicar, à DACES/DAC, o formato acessível de sua preferência: digital acessível, áudio ou braile. Os textos deverão ser encaminhados com antecedência, conforme prazo já citado, para a produção do formato acessível, a fim de que retornem, ao estudante, em tempo hábil para a leitura. Isso possibilita a participação do discente nas aulas e nas atividades avaliativas. Informações complementares a respeito do Programa de Produção de Materiais Acessíveis podem ser obtidas no site <http://acessibilidade.unb.br/>.

Texto acessível em Braile



Fonte: <https://www.freeimages.com/pt/photo/braille-1420102>

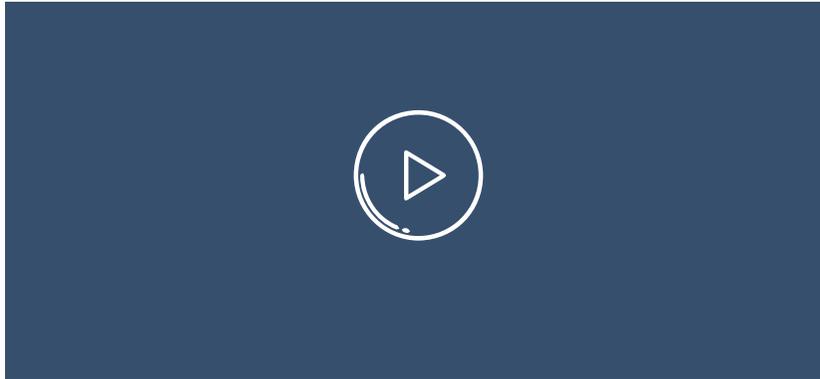
► Viabilize o apoio de um tutor (um estudante que está cursando ou que já cursou a disciplina), conforme demanda do estudante.

► Ao utilizar recursos audiovisuais nas aulas (filmes, vídeos, documentários, dentre outros), verifique se eles possuem audiodescrição. Caso não possuam, o professor, ou o tutor, poderá descrever as cenas e as imagens para os estudantes cegos.

► Ao utilizar *slides* nas aulas, devem-se descrever imagens, fotos, gráficos e tabelas.



VÍDEO 2 - AUDIODESCRIÇÃO DE TABELA



Fonte: Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB. Link: <https://youtu.be/qQCLCRFTfPU>

► Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, é preciso conversar com o estudante cego acerca do formato acessível de sua preferência. Caso seja necessário, a equipe da DACES/DAC poderá apoiar na produção e na impressão da avaliação em braile, conforme os prazos descritos.

► Ao realizar as atividades avaliativas, é necessário garantir, ao estudante, o tempo adicional, conforme estabelece a Resolução CAD n° 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB (Art. 17).

2.3.1.2 Estudantes com deficiência visual — baixa visão

O Censo MEC/INEP (2020, p. 7) define a baixa visão como:

Perda parcial da função visual. Nesse caso, o aluno possui resíduo visual, e seu potencial de utilização da visão para atividades escolares e de locomoção é prejudicado, mesmo após o melhor tratamento ou a máxima correção óptica específica.

Diante de tal especificidade, sugerimos ao docente que, ao receber a lista da sua turma, confira a indicação dos alunos com deficiência, que são atendidos pela DACES/UnB. No Portal do Docente do SIGAA, é possível verificar se na turma está matriculado algum estudante com deficiência e/ou necessidade educacional específica, atendido pela DACES/DAC.

Para acessar o parecer do estudante no SIGAA, acesse o Portal do docente; clique no componente curricular (disciplina); para entrar na turma virtual, acesse o Menu Turma Virtual > Turma > Participantes. No lado direito do nome do(a) aluno(a) com NEE constará um ícone do NEE. Clique no ícone para visualizar o parecer acerca das Necessidades Educacionais Específicas do(a) aluno(a).  Isso facilitará o contato inicial com o aluno.

Antes de o semestre começar, informe, ao estudante, acerca da plataforma virtual que será utilizada na disciplina e o *link* ou a chave de acesso.

► Organize o conteúdo na plataforma,  em ordem cronológica e por aulas; assim, o estudante com baixa visão, com auxílio do **software leitor de telas** ou de **recurso de ampliação de tela**, terá condições de acompanhar o percurso formativo proposto na disciplina.

► Disponibilize, na plataforma, a organização da disciplina em formato digital (escrita) e, preferencialmente, em formato áudio, também.

SAIBA MAIS

SOFTWARES LEITORES DE TELA

Você conhece os *Softwares* Leitores de Tela? Quer conhecer um pouco mais? Leitores de tela são *softwares* utilizados por pessoas com Deficiência visual para que tenham, em telas de dispositivos diversos (computadores, tablets, smartphones, etc.), acesso às informações presentes em forma de texto, convertendo-as em informações sonoras, em áudio. O NVDA – Software Ledor de tela, é gratuito e faz leitura de toda tela do computador/notebook. Conheça como o leitor de tela funciona a seguir. Veja abaixo dicas e sugestões sobre os recursos de acessibilidade deste manual!

Principais leitores de tela utilizados pelos estudantes com deficiência visual:

NVDA: www.nvaccess.org/download/

JAWS: www.osbsoftware.com.br/produto/jaws

Virtual Vision: www.virtualvision.com.br/

DosVox: intervox.nce.ufrj.br/dosvox/

Orca: help.gnome.org/users/orca/stable/index.html.pt_BR

VoiceOver: www.apple.com/br/accessibility/vision/

SAIBA MAIS

RECURSO DE AMPLIAÇÃO DE TELA

Os *softwares* ampliadores de tela ou de caracteres ampliam todos os elementos da tela, determinadas áreas da tela e a região onde se encontra a seta do mouse. Normalmente, permitem que o tamanho da ampliação seja configurável, para responder às necessidades específicas de cada usuário baixa-visão.

Você sabe como é feito o Recurso de Ampliação de Tela? [Clique aqui](#) e veja como funciona!

► As orientações da disciplina devem ser redigidas com **fonte sem serifa e também sugere-se que as fontes adotadas não sejam condensadas**. As fontes mais indicadas são **Arial** e **Verdana**. O professor pode optar pela letra bastão maiúscula, que é mais acessível para a leitura da pessoa com baixa visão, no **tamanho 24**. Sugere-se utilizar o espaçamento 1,5 e atentar para o contraste de cor entre a letra e o fundo (geralmente, utiliza-se a fonte na cor preta e com o fundo branco).

Exemplo

Fontes com e sem serifa:

Sem serifa
(exemplos: Arial, Verdana, Tahoma, Helvetica)

Com serifa
(exemplos: Times New Roman, Cambria, Georgia, Book Antiqua)

Fonte: “Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB”

Fonte condensada:

ABCDEFGHIJKLM
NOPQRSTUVWXYZ
ABCDEFGHIJKLM
NOPQRSTUVWXYZ
1234567890

Fonte: “Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB”

SAIBA MAIS

FONTE ADEQUADAS

Vamos compreender um pouco mais sobre as fontes adequadas? Ao final desse documento, há um *link* com informações sobre os tipos de fonte, o que é uma fonte sem serifa e não condensada, para que você consiga elaborar seu material com as fontes mais adequadas e acessíveis.

Fonte serifada são aquelas que possuem barras e traços alongados no fim da haste das letras. Ou seja, de uma forma mais simples para entendermos, letras desenhadas e com detalhes. Segue um exemplo:

Fonte Serifada

Exemplos de Fontes com serifa

- Times New Roman- Fonte serifada
- Century- Fonte serifada
- FrankRuehl- Fonte serifada

Exemplos de fontes condensadas:

- Gloucester MT Extra Condensed – Fonte condensada
- Playbill- Fonte condensada

Agora que já sabe o que é fonte com serifa e condensadas, vamos demonstrar alguns exemplos de fontes adequadas. Vale ressaltar, que ao escolher é indicado comparar com as fontes Arial e Verdana que são as mais indicadas para o público de baixa visão.

- Calibri - Fonte recomendada
- Candara- Fonte recomendada
- Franklin Gothic Book- Fonte recomendada
- Gadugi- Fonte recomendada
- Leelawadee- Fonte recomendada
- Arial- Fonte recomendada
- Verdana – Fonte recomendada

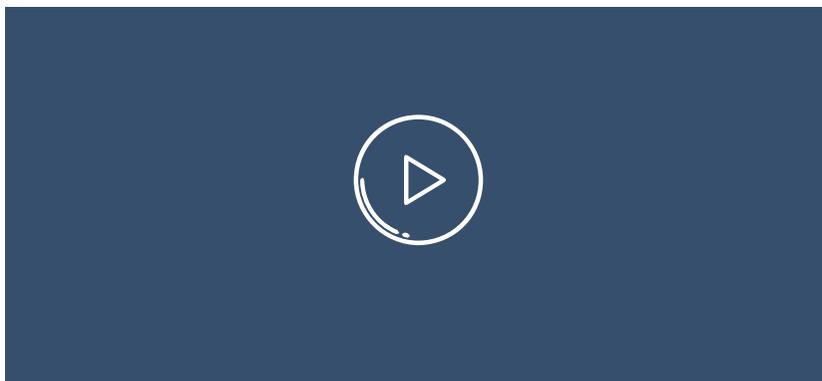
► Observar a qualidade das imagens disponibilizadas na plataforma, de forma que elas não percam a qualidade, ao serem ampliadas pelo estudante no computador.

► Ao iniciar o semestre letivo, faça sua própria **audiodescrição**, ou seja, descreva, brevemente, para o estudante, suas características físicas (cor, altura, tipo físico, cabelos, cor dos olhos, estilo e cores das roupas). Também, é importante descrever um pouco do local de onde se está ministrando a aula (se é uma sala, como é a parede ao fundo, se há quadros, livros, estantes ou qualquer outro objeto que esteja visível). Se possível, sugira aos colegas de classe que, também, façam sua audiodescrição.

COMO FORMA DE AUDIODESCRIÇÃO DE UMA AULA VEJA O EXEMPLO ABAIXO



VÍDEO 1 - AUDIODESCRIÇÃO



Fonte: Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB

► Disponibilize, com antecedência, o material da disciplina (plano de ensino, material didático, vídeos etc.), para o estudante. Os arquivos devem estar em formatos selecionáveis, como Word ou PDF, por exemplo, e devem possuir uma boa qualidade de texto e imagem.

SAIBA MAIS

AUDIODESCRIÇÃO

Ao iniciar o semestre letivo, faça sua própria Audiodescrição, ou seja, descreva brevemente para o estudante suas características físicas (cor, altura, tipo físico, cabelos, cor dos olhos, estilo e cores das roupas).

Também é importante descrever um pouco do local de onde está ministrando a aula (se é uma sala, como é a parede ao fundo, se há quadros, livros, estantes ou qualquer outro objeto que esteja visível).

Se possível sugira aos colegas de classe que também façam sua Audiodescrição.

► Caso o professor deseje disponibilizar um arquivo em PDF, é preciso atentar para que ele não seja um PDF de imagem. Os PDFs em formato de imagem não são acessíveis para as pessoas com baixa visão, uma vez que os leitores de tela não conseguem processar imagens, apenas textos. Se forem utilizados documentos e atividades escritas diversos escaneados, o estudante, ou o professor, deverá enviar os materiais para a equipe da DACES/DAC e do Laboratório de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual (e-mail unb.adaptacaodemateriais@gmail.com), para que seja realizada, dentro do prazo determinado pela equipe, a produção do material em formato acessível

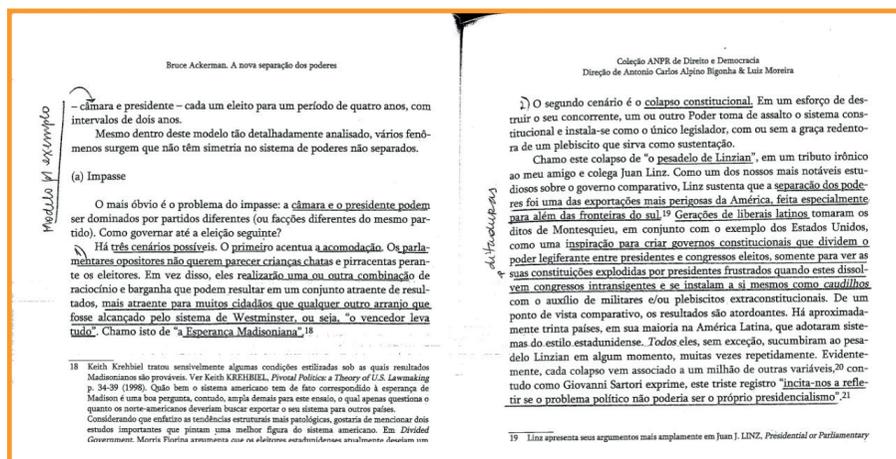
Esses textos passarão pelos programas de reconhecimento óptico, os OCRs, que converterão os PDFs em imagem para PDFs de texto. A seguir, disponibilizamos exemplos de PDF de imagem adequados, e PDF de imagem inadequados para envio à equipe da DACES/DAC e ao Laboratório de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual.



Exemplos de texto escaneado de modo inadequado

A imagem, a seguir, apresenta um exemplo de texto escaneado de modo inadequado. O texto possui rasuras como rabisco e escritas. Há, também, desenho de linhas que sublinham o texto. Dessa forma, ao converter a imagem scaneada para texto, o programa OCR não conseguirá lê-la corretamente. Recomendamos que se apaguem as rasuras e linhas sublinhadas do texto para uma leitura correta do programa.

Texto escaneado de modo inadequado



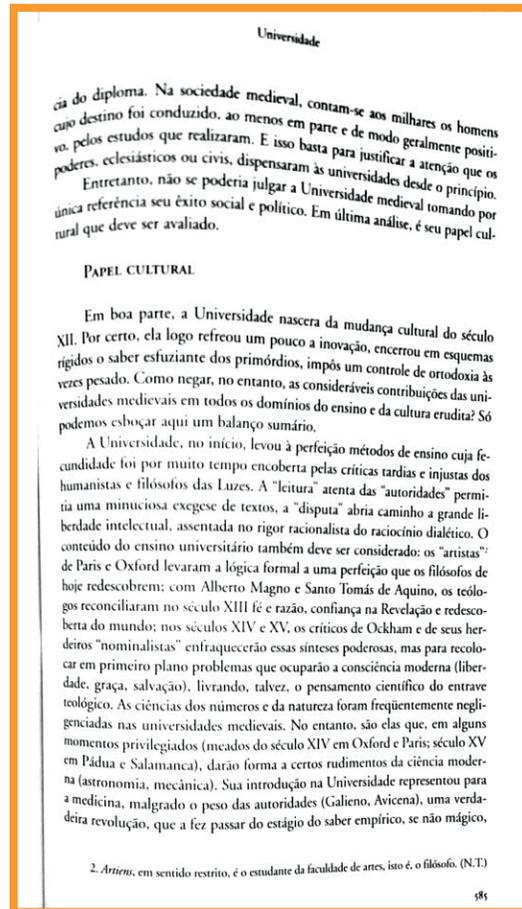
Fonte: “Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB”



A imagem, a seguir, apresenta um exemplo de texto escaneado de modo inadequado.

O texto está na diagonal e possui muitas partes com desfoque, o que deixa parte das letras apagada. Texto em diagonal não é reconhecido pelos programas de OCR. Recomendamos utilizar um *scanner* ou que se tenha a atenção em não deixar o texto torto, desfocado ou apagado.

Texto escaneado de modo inadequado



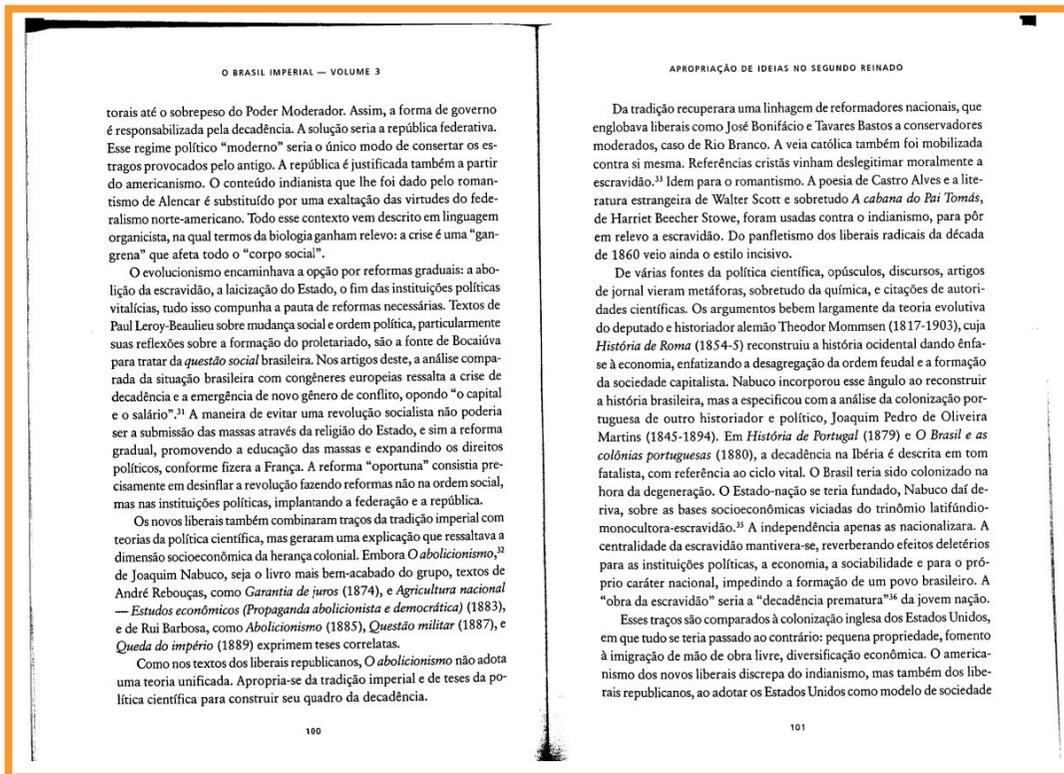
Fonte: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário temático do ocidente medieval. 2002.



Texto escaneado de modo adequado

A imagem, a seguir, apresenta um exemplo de texto escaneado de modo adequado. O texto não possui rasuras, rabiscos, linhas sublinhadas, manchas, partes desfocadas ou qualquer outro empecilho. O texto possui um escaneamento correto e está alinhado e reto. Dessa forma, o programa OCR poderá fazer a leitura de modo adequado. Recomendamos que sigam este exemplo, a fim de gerar os textos, para a produção do material em formato acessível, dentro do prazo determinado pela equipe.

Texto escaneado de modo adequado



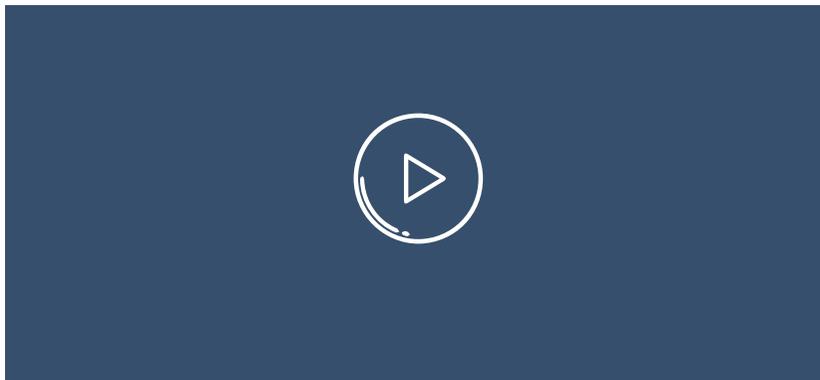
Fonte: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. 3 Vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 1.381p

► O estudante com baixa visão deverá indicar, à DACES/DAC, o formato acessível de sua preferência: digital acessível, áudio, ou texto impresso em formato ampliado (identificar a fonte e o tamanho de preferência). Os textos deverão ser encaminhados com antecedência para a produção do formato acessível, a fim de que retornem, ao estudante, em tempo hábil para a leitura. Isso possibilita a participação mais ativa dos estudantes com baixa visão nas aulas e nas atividades avaliativas. O formato acessível é de escolha do estudante. Informações complementares acerca do Programa de Produção de Materiais Acessíveis podem ser obtidas no site <http://acessibilidade.unb.br/>.

Para guiar os *slides*, sugere-se que o professor utilize um apontador ou *laser point*, para que o estudante possa acompanhar a exposição do conteúdo. No caso do ensino remoto, há orientadores de texto disponíveis, ferramentas dos *softwares* utilizados para “apontar” o que se deseja.



VÍDEO 5 - LASER POINT



Fonte: Elaboração Própria: Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB. Link: <https://youtu.be/9qkQ6LrDNQ>

► Viabilize o apoio de um tutor (estudante que está cursando ou que já cursou a disciplina), conforme demanda do estudante.

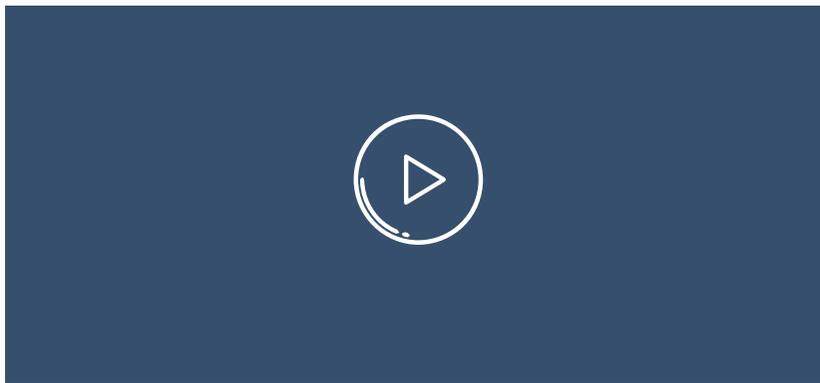
▶ Ao utilizar recursos audiovisuais nas aulas (filmes, vídeos, documentários, dentre outros), verifique se eles possuem audiodescrição. Caso não tenha, o professor, ou o tutor, poderá descrever as cenas e as imagens para os estudantes com baixa visão.

▶ Ao utilizar *slides* nas aulas, é preciso descrever imagens, fotos, gráficos e tabelas.

COMO FORMA DE AUDIODESCRIÇÃO DE UMA AULA VEJA O EXEMPLO ABAIXO



VÍDEO 6 - AUDIODESCRIÇÃO DE SLIDES (Advérbios)



Fonte: Elaboração Própria: Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB. Link: <https://youtu.be/v-kjGXDkqfs>

▶ Viabilize o apoio de um tutor (estudante que está cursando ou que já cursou a disciplina), conforme demanda do estudante.

▶ Ao utilizar recursos audiovisuais nas aulas (filmes, vídeos, documentários, dentre outros), verifique se eles possuem audiodescrição. Caso não tenha, o professor, ou o tutor, poderá descrever as cenas e as imagens para os estudantes com baixa visão.

▶ Ao utilizar slides nas aulas, é preciso descrever **imagens, fotos, gráficos e tabelas**.

▶ Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, converse com o estudante de baixa visão acerca do formato acessível de sua preferência, ou seja, o tipo de fonte, tamanho e cor de contraste. Caso necessário, a equipe da DACES/DAC poderá ajudar com informações e orientações a respeito de organização, produção e impressão da avaliação, conforme os prazos já apresentados.

▶ Ao realizar as atividades avaliativas, é preciso garantir, ao estudante, o tempo adicional, conforme estabelece a Resolução CAD nº 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB (Art. 17).

SAIBA MAIS

AUDIODESCRIÇÃO

Ao iniciar o semestre letivo, faça sua própria Audiodescrição, ou seja, descreva brevemente para o estudante suas características físicas (cor, altura, tipo físico, cabelos, cor dos olhos, estilo e cores das roupas).

Também é importante descrever um pouco do local de onde está ministrando a aula (se é uma sala, como é a parede ao fundo, se há quadros, livros, estantes ou qualquer outro objeto que esteja visível).

Se possível sugira aos colegas de classe que também façam sua Audiodescrição.

2.3.1.3 Estudantes surdos

O Censo MEC/INEP (2020, p. 7) define a surdez como:

Consiste em impedimentos permanentes de natureza auditiva, ou seja, na perda total (surdez) da audição que, em interação com barreiras comunicacionais e atitudinais, podem impedir a plena participação e aprendizagem do aluno.

Diante de tal especificidade, sugerimos ao docente que, ao receber a lista da sua turma, confira a indicação de alunos com deficiência que são atendidos pela DACES/UnB. No Portal do Docente do SIGAA, é possível verificar se na sua turma está matriculado algum estudante com deficiência e/ou necessidade educacional específica, atendido pela DACES/DAC.

Para acessar o parecer do estudante no SIGAA, acesse o Portal do docente; clique no componente curricular (disciplina); para entrar na turma virtual, acesse o Menu Turma Virtual > Turma > Participantes >; no lado direito do nome do(a) aluno(a) com NEE, constará um ícone do NEE. Clique no 

ícone para visualizar o parecer acerca das Necessidades Educacionais Específicas do(a) aluno(a). Isso facilitará o contato inicial com o aluno.

Antes de o semestre começar, informe ao estudante acerca da plataforma virtual que será utilizada na disciplina e o *link* ou a chave de acesso; e verifique,

► Disponibilize o material da disciplina (plano de ensino, material didático, vídeos, *slides*, etc.), com antecedência, para o estudante. Destacamos que, se possível, inclua imagens explicativas nos materiais didáticos e organize as atividades de forma intuitiva e que sejam compreensíveis, visualmente.

► Organize o conteúdo na plataforma, em ordem cronológica e por aulas; e disponibilize as orientações da disciplina em **língua portuguesa escrita** e em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

► Ao utilizar recursos audiovisuais nas aulas (filmes, vídeos, documentários, dentre outros), verificar se eles possuem **legenda** ou tradução para Libras. Caso não tenha, apresentar com antecedência a demanda para a DACES/DAC, ou para a equipe de acessibilidade do CEAD/DEG, que fará o encaminhamento à Secretaria de Acessibilidade¹, onde estão os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS).

► Disponibilizar videoaulas gravadas previamente em Libras para auxiliar os estudantes surdos na compreensão do conteúdo.

1 O conteúdo em Libras deve ser solicitado para a Secretaria de Acessibilidade (ACES) pelo e-mail: tils.unb@gmail.com e por processo SEI para ACES pelo documento de SOLICITAÇÃO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS-PORTUGUÊS.

SAIBA MAIS

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

De acordo com o Decreto 5.626/2005 e com a Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira da Inclusão), o direito à educação é garantia básica de todo cidadão e dever do Estado.

No caso das pessoas Surdas, essa legislação garante o direito à Educação Bilíngue, na qual a Língua Brasileira de Sinais é tratada como Primeira Língua e a Língua Portuguesa é tratada, em sua modalidade escrita, como Segunda Língua. Para essas pessoas, o uso do Português na modalidade oral é uma opção, não uma obrigatoriedade.

Mas por que você precisa saber disso?

Porque seu estudante pode apresentar algumas dificuldades com a Língua Portuguesa. O fato de ele estar rodeado de pessoas que utilizam o português constante e diariamente não significa que ele esteja exposto a essa língua. Assim, ele não adquire o português de forma natural, como os ouvintes, e isso interfere na compreensão e produção escritas também.

O decreto e a Lei acima citados também determinam que os estudantes têm direito a avaliações que levem em conta sua singularidade linguística. Dessa forma, nas avaliações e nas atividades, é importante que o professor leve em consideração o conteúdo, acima da forma e da escrita do português. Caso seja necessário, um intérprete pode auxiliar com a tradução e a interpretação de situações que envolvem o par linguístico Libras/Português.

LEGENDAGEM

Legenda para surdos e ensurdecidos possui uma estrutura peculiar. Não são todos os programas que se adaptam a essa forma. Contudo você professor, pode legendar seus filmes a partir de alguns programas, vamos conhecer um deles?

Veja o vídeo! <https://youtu.be/7lKSXndouF8>

▶ Durante a aula síncrona, e em aulas pré-gravadas, deixe sua tela em destaque, no momento da exposição; fale de forma clara e bem articulada, a fim de favorecer a **leitura labial**, por parte dos estudantes surdos que se utilizam dessa técnica.

▶ Assim que identificar um estudante surdo em sua turma, ao iniciar o semestre letivo, verifique qual a equipe TILS acompanhará o aluno. Este contato pode ser feito junto ao Instituto de Letras (IL/UnB), pelo e-mail tils.unb@gmail.com, para promover a acessibilidade comunicacional aos estudantes.

▶ É importante promover um encontro com a equipe de TILS para que se organize a estrutura das aulas, de acordo com a necessidade linguística do aluno e a forma da língua. Apresente à equipe os exemplos que são exclusivamente orais, para que juntos possam encontrar opções visuais para o aluno.

▶ Viabilize o apoio de um tutor (estudante que está cursando ou que já cursou a disciplina), que tenha, no mínimo, cursado Libras Básico e Intermediário, conforme demanda do estudante.

▶ Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, considere a adoção de critérios de avaliação que reconheçam a singularidade linguística do estudante surdo — Libras como primeira língua; e língua portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua. Os enunciados deverão ser claros, curtos e objetivos. As provas poderão, também, ser realizadas em Libras.

O conteúdo em Libras deve ser solicitado para a Secretaria de Acessibilidade (ACES) pelo e-mail: tils.unb@gmail.com e por processo SEI para a ACES pelo documento de SOLICITAÇÃO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS-PORTUGUÊS

SAIBA MAIS

LEITURA LABIAL

Você conhece a Leitura Labial? Sabe quem precisa ou utiliza esta técnica?

A Leitura Labial é uma ferramenta utilizada principalmente por pessoas com Deficiência Auditiva e que são oralizadas, pessoas que utilizam a Língua Portuguesa como principal forma de comunicação. É uma técnica na qual a pessoa realiza a percepção e o reconhecimento do que está sendo dito ou falado através dos movimentos orofaciais realizados pelo falante.

Para que a leitura labial se torne eficaz é importante seguir algumas dicas:

- Fale sempre em ritmo normal, um pouco mais lento, mas sem perder a naturalidade. Nem muito rápido, nem muito devagar! Você pode também interagir com o estudante deficiente auditivo e verificar se o ritmo está bom;
- Articule as palavras naturalmente, sem exageros ou extrapolações. Respire, faça pausas, é importante para a compreensão.
- Fale de forma clara e sem nenhum tipo de adereço ou adorno que possa obstruir a visão, como máscaras, bigodes muito grandes, batons com cores muito vibrantes e chamativas, etc. Esse tipo de adorno é como uma poluição visual, que interfere na compreensão e na leitura;
- Não precisa aumentar o volume da fala. Não grite! Fale em tom normal;
- Outro aspecto importantíssimo é que se deve falar sempre de frente para o interlocutor ou a câmera, para que o campo de visão seja completo, sem cortes. Nunca vire de lado, dê as costas ou fale cobrindo a boca com a mão ou com algum objeto;
- A iluminação do ambiente deve ser levada em consideração! Certifique-se de que o ambiente está claro o suficiente;
- Por fim, a comunicação é importante. Nunca deixe de se comunicar com o estudante e realize adaptações durante o semestre, caso seja necessário.

► Ao realizar as atividades avaliativas, é preciso garantir, ao estudante, o tempo adicional, conforme estabelece a Resolução CAD nº 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB (Art. 17).

2.3.1.4 Estudantes com deficiência auditiva

O Censo MEC/INEP (2020, p. 7) define a deficiência auditiva como:

Consiste em impedimentos permanentes de natureza auditiva, ou seja, na perda parcial (deficiência auditiva) da audição que, em interação com barreiras comunicacionais e atitudinais, podem impedir a plena participação e aprendizagem do aluno.

Diante de tal especificidade, sugerimos ao docente que, ao receber a lista da sua turma, confira a indicação de alunos com deficiência que são atendidos pela DACES/UnB. No Portal do Docente do SIGAA, é possível verificar se na sua turma está matriculado algum estudante com deficiência e/ou necessidade educacional específica, atendido pela DACES/DAC.

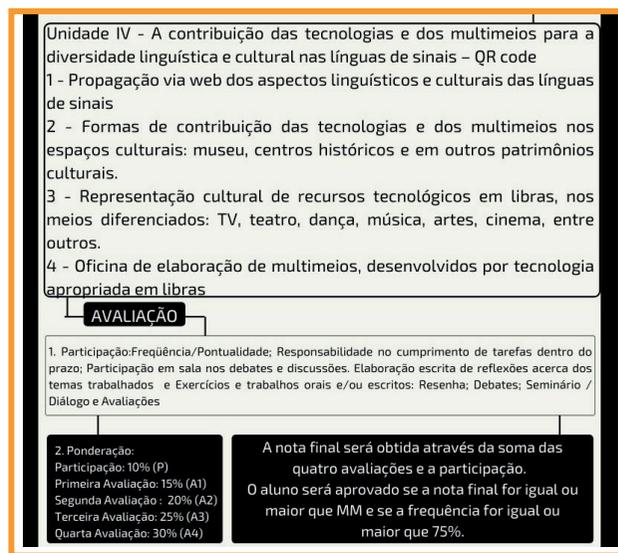
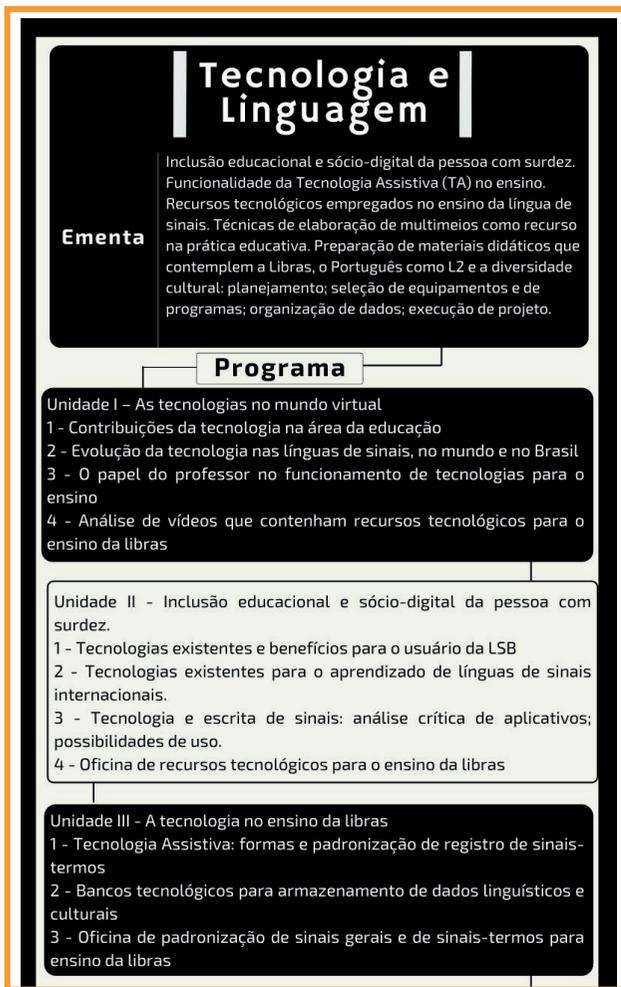
Para acessar o parecer do estudante no SIGAA, acesse o Portal do docente; clique no componente curricular (disciplina); para entrar na turma, acesse virtual o Menu Turma Virtual > Turma > Participantes >; no lado direito do nome do(a) aluno(a) com NEE constará um ícone do NEE. Clique no ícone para visualizar o parecer a respeito das Necessidades Educacionais Específicas do(a) aluno(a).

 Isso facilitará seu contato inicial com o aluno.

Antes de o semestre começar informe ao estudante acerca da plataforma virtual que será utilizada na disciplina e o *link* ou a chave de acesso.

► Disponibilize o material da disciplina (plano de ensino, material didático, vídeos, *slides*, etc.) com antecedência para o estudante. Se possível, inclua imagens explicativas nos materiais didáticos e organize as atividades de forma intuitiva e que sejam compreensíveis, visualmente.

Infográfico do modelo de um plano de ensino: plano de ensino da disciplina Tecnologia e Linguagem do Curso de Língua de Sinais Brasileira - Português como segunda língua.



Fonte: Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB”

► Organize o conteúdo na plataforma em ordem cronológica e por aulas; e disponibilize as orientações da disciplina em enunciados claros e objetivos.

► Ao utilizar recursos audiovisuais nas aulas (filmes, vídeos, documentários, dentre outros), verifique se eles possuem **legenda**.

► Para aulas remotas síncronas, sugere-se utilizar o recurso de legendas Web Captioner (<https://webcaptioner.com/>). Para aulas pré-gravadas, a inserção de legenda pode ser feita pelo recurso de legendagem do Office 365. Também, recomenda-se o *upload* da aula gravada na plataforma Stream (parte da suíte do Office 365), que permite a inserção de legendas no vídeo.

SAIBA MAIS

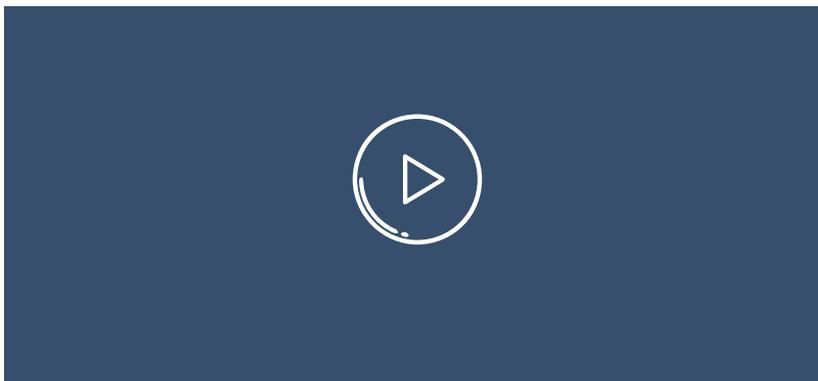
LEGENDAGEM

Legenda para surdos e ensurdecidos possui uma estrutura peculiar. Não são todos os programas que se adaptam a essa forma. Contudo você professor, pode legendar seus filmes a partir de alguns programas, vamos conhecer um deles?

Veja o vídeo! <https://youtu.be/7lkSXndouF8>



VÍDEO 7 - LEGENDAGEM



Fonte: Elaboração Própria: Equipe de Acessibilidade CEAD/UnB. Link: <https://youtu.be/7lkSXndouF8>

▶ Durante a aula síncrona, e em aulas pré-gravadas, deixe sua tela em destaque no momento da exposição; fale de forma clara e bem articulada, a fim de favorecer a **leitura labial**, por parte dos estudantes com deficiência auditiva que utilizam desta técnica.

▶ Atente para a qualidade do som na gravação das aulas (utilize recursos para a eliminação de ruídos, como microfones ou fones de ouvido, e solicite que os participantes fechem seus microfones durante a aula).

▶ O conteúdo em áudio da aula poderá ser convertido em formato digital no Office 365 — a ferramenta “Transcrever” do Word permite a conversão do som da fala em anotações escritas no Word. Sugira ao estudante essa alternativa, para que ele possa ter acesso ao conteúdo da aula na íntegra.

▶ Viabilize o apoio de um tutor (estudante que está cursando ou que já cursou a disciplina), conforme demanda do estudante.

▶ Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, utilize enunciados claros, curtos e objetivos. Defina, junto ao estudante, o melhor formato para realização da atividade avaliativa.

▶ Ao realizar as atividades avaliativas, deve-se garantir, ao estudante, o tempo adicional, conforme estabelece a Resolução CAD nº 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB (Art. 17).

2.3.1.5 Estudantes surdocegos

O Censo MEC/INEP (2020, p. 8) define a surdocegueira como:

Trata-se de deficiência única, caracterizada pela associação da deficiência auditiva (com ou sem resíduo auditivo) e visual (com ou sem resíduo visual) concomitante. A surdocegueira pode ser classificada de duas formas: pré-linguística e pós-linguística. Na pré-linguística, a pessoa nasce surdocega ou adquire a surdocegueira muito precocemente, antes da aquisição de uma língua. Na forma pós-linguística, uma

SAIBA MAIS

LEITURA LABIAL

Você conhece a Leitura Labial? Sabe quem precisa ou utiliza esta técnica?

A Leitura Labial é uma ferramenta utilizada principalmente por pessoas com Deficiência Auditiva e que são oralizadas, pessoas que utilizam a Língua Portuguesa como principal forma de comunicação. É uma técnica na qual a pessoa realiza a percepção e o reconhecimento do que está sendo dito ou falado através dos movimentos orofaciais realizados pelo falante.

Para que a leitura labial se torne eficaz é importante seguir algumas dicas:

- Fale sempre em ritmo normal, um pouco mais lento, mas sem perder a naturalidade. Nem muito rápido, nem muito devagar! Você pode também interagir com o estudante deficiente auditivo e verificar se o ritmo está bom;
- Articule as palavras naturalmente, sem exageros ou extrapolações. Respire, faça pausas, é importante para a compreensão.
- Fale de forma clara e sem nenhum tipo de adereço ou adorno que possa obstruir a visão, como máscaras, bigodes muito grandes, batons com cores muito vibrantes e chamativas, etc. Esse tipo de adorno é como uma poluição visual, que interfere na compreensão e na leitura;
- Não precisa aumentar o volume da fala. Não grite! Fale em tom normal;
- Outro aspecto importantíssimo é que se deve falar sempre de frente para o interlocutor ou a câmera, para que o campo de visão seja completo, sem cortes. Nunca vire de lado, dê as costas ou fale cobrindo a boca com a mão ou com algum objeto;
- A iluminação do ambiente deve ser levada em consideração! Certifique-se de que o ambiente está claro o suficiente;
- Por fim, a comunicação é importante. Nunca deixe de se comunicar com o estudante e realize adaptações durante o semestre, caso seja necessário.

das deficiências (auditiva ou visual) ou ambas são adquiridas após a aquisição de uma língua (a Língua Portuguesa ou a Língua Brasileira de Sinais). Cabe destacar que essa condição apresenta outras particularidades, além daquelas causadas pela deficiência auditiva, surdez, baixa visão e cegueira.

Sugerimos ao docente que verifique, junto ao estudante, a sua condição e os recursos que melhor favorecem a acessibilidade às aulas remotas. A seguir, algumas orientações.

► Solicite uma reunião junto ao Instituto que o aluno faz parte com a presença do aluno Surdocego. Indique a necessidade da presença da DACES; da Secretaria de Acessibilidade (ACES/IL) e da Equipe de Acessibilidade do CEAD, para que juntos possam desenhar um modelo próprio de acessibilidade, com base na demanda do aluno.

► Ao receber a lista da sua turma, confira a indicação dos alunos com deficiência, que são atendidos pela DACES/UnB.

► Verifique, no Portal do Docente do SIGAA, é possível verificar se na turma está matriculado algum estudante com deficiência e/ou necessidade educacional específica, atendido pela DACES/DAC.

► Para acessar o parecer do estudante no SIGAA, acesse o Portal do docente; clique no componente curricular (disciplina); para entrar na turma virtual, acesse o Menu Turma Virtual > Turma > Participantes >; no lado direito do nome do(a) aluno(a) com NEE, constará um ícone do NEE. Clique no ícone para visualizar o parecer a respeito das Necessidades Educacionais Específicas do(a) aluno(a).  Isso facilitará seu contato inicial com o aluno.

Antes de o semestre começar, informe ao estudante acerca da plataforma virtual que será utilizada na disciplina e o *link* ou a chave de acesso.

► Disponibilize o material da disciplina (plano de ensino, material didático, vídeos, *slides*, etc.), com antecedência, para o estudante. O estudante deverá informar o formato acessível de preferência: braille, **texto ampliado** ou Libras. Caso o estudante necessite de apoio pedagógico para a produção

SAIBA MAIS

TEXTO AMPLIADO

Você sabia que um texto ampliado ajuda os alunos com baixa visão e, dependendo alunos surdocegos também. Como?

Quando o texto for escaneado corretamente, ou tiver algum material com texto para ser entregue, alguns alunos necessitam que o texto seja ampliado. Algumas dicas como fonte, o tamanho da fonte, se necessita ou não de espaçamento são importantes a serem seguidas. É necessário, então, perguntar ao aluno qual é o melhor para que ele consiga visualizar.

Fonte: geralmente sendo uma fonte que seja de claro entendimento para uma forma ampliada. Arial, Calibri, Verdana, Tahoma e Helvetica, que são sem serifas. Por exemplo:

- **Tamanho da Fonte:** geralmente o tamanho da fonte é 20 – 24.

- **Espaçamento:** o espaçamento pode ser de 1,5.

- **Cores e contrastes:** cores fortes, por exemplo a cor cinza não pode funcionar muito bem. Utilize uma cor que consiga contrastar com a fonte das letras e o fundo de modo que fique confortável para o aluno. Indique o clássico: Cor preta em fundo branco.

- **Página:** utilize uma folha que for possível para imprimir e que consiga passar todo o conteúdo necessário para o aluno. Preferencialmente com palavras completas em cada página, sem palavras cortadas de uma página para outra.

de materiais explicativos em Libras², deverá solicitar apoio da DACES/DAC, com antecedência, para solicitação junto à ACES/IL.

► Organize o conteúdo na plataforma, em ordem cronológica e por aulas, e disponibilize as orientações da disciplina em enunciados claros e objetivos. A depender da forma de comunicação do estudante, disponibilize as orientações da disciplina em língua portuguesa escrita e em Língua Brasileira de Sinais, conforme já foi orientado.

► Durante a aula síncrona, e em aulas pré-gravadas, deixe sua tela em destaque, no momento da exposição; e atente-se ao contraste necessário. Evite paredes com quadros, estantes, livros ou informações que possam interferir na visualidade. O ideal é que se utilize um fundo e roupa, de acordo com a necessidade do aluno, sem desenhos ou estampas. Isso melhora a visualização do estudante surdocego e/ou com baixa-visão.

► Ao utilizar recursos audiovisuais nas aulas (filmes, vídeos, documentários, dentre outros), verificar se eles possuem **legenda** ou interpretação em Libras.

► Se solicitado pelo aluno, disponibilizar videoaulas gravadas previamente em Libras e com legendas para auxiliar os estudantes surdocegos na compreensão do conteúdo.

► Ao iniciar o semestre letivo, verifique a equipe de Guia-intérprete de Língua Brasileira de Sinais (GI) que acompanhará o aluno. Esse contato pode ser feito junto ao IL/UnB, pelo e-mail tils.unb@gmail.com, para promover a acessibilidade comunicacional aos estudantes.

² O conteúdo em Libras deve ser solicitado para a Secretaria de Acessibilidade (ACES) pelo e-mail: tils.unb@gmail.com e por processo SEI para a ACES pelo documento de SOLICITAÇÃO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS-PORTUGUÊS.

SAIBA MAIS

LEGENDAGEM

Legenda para surdos e ensurdecidos possui uma estrutura peculiar. Não são todos os programas que se adaptam a essa forma. Contudo você professor, pode legendar seus filmes a partir de alguns programas, vamos conhecer um deles?

Veja o vídeo! <https://youtu.be/7lkSXndouF8>

▶ É importante promover um encontro com a equipe de GI, para a organização da estrutura das aulas, de acordo com a necessidade linguística do aluno e a forma de uso da língua. Apresente os exemplos que são exclusivamente orais e com muitas imagens, para que, juntos, possam encontrar opções acessíveis para o aluno.

▶ Viabilize o apoio de um tutor (estudante que está cursando ou que já cursou a disciplina), que possua curso de tutoria para alunos surdocegos, conforme demanda do estudante.

▶ Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, considere a adoção de critérios de avaliação que reconheçam a singularidade linguística do estudante surdocego. Defina, junto ao estudante, o melhor formato para realização da atividade avaliativa: braile, formato com fonte ampliada, Libras ou outro de preferência do estudante.

▶ Para avaliação das atividades, considere a adoção de critérios que reconheçam a singularidade linguística do estudante surdocego: Libras, ou língua portuguesa como segunda língua.

▶ Ao realizar as atividades avaliativas, deve-se garantir, ao estudante, o tempo adicional, conforme estabelece a Resolução CAD nº 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB (Art. 17).

2.3.1.7 Estudantes com deficiência intelectual

O Censo MEC/INEP (2020, p. 7) define a deficiência intelectual como “ Caracteriza-se por alterações significativas, relacionadas a déficit tanto no desenvolvimento intelectual quanto na conduta adaptativa e na forma de expressar habilidades práticas, sociais e conceituais”.

Sugerimos, ao docente, que verifique junto ao estudante, os recursos de acessibilidade que melhor favorecem o ensino remoto.

Ao receber a lista da sua turma, confira a indicação dos alunos com deficiência que são atendidos pela DACES/UnB. No Portal do Docente do SIGAA, é possível verificar se na sua turma está matricula-

do algum estudante com deficiência e/ou necessidade educacional específica atendido pela DACES/DAC.

Para acessar o parecer do estudante no SIGAA, acesse o Portal do docente, clique no componente curricular (disciplina); para entrar na turma virtual, acesse o Menu Turma Virtual > Turma > Participantes >; no lado direito do nome do(a) aluno(a) com NEE, constará um ícone do NEE. Clique no ícone para visualizar o parecer a respeito das Necessidades Educacionais Específicas do(a) aluno(a).



Isso facilitará o contato inicial com o aluno.

Antes de o semestre começar informe, ao estudante, acerca da plataforma virtual que será utilizada na disciplina e o *link* ou a chave de acesso.

► Disponibilize o material da disciplina (plano de ensino, material didático, vídeos, *slides*, etc.), com antecedência, para o estudante.

► Organize o conteúdo na plataforma, em ordem cronológica e por aulas, e disponibilize as orientações da disciplina em enunciados claros e objetivos.

► Viabilize o apoio de um tutor (estudante que está cursando ou que já cursou a disciplina), conforme demanda do estudante.

► Durante a aula síncrona, e em aulas pré-gravadas, deixe sua tela em destaque; no momento da exposição; fale de forma clara e bem articulada.

► Atente para a qualidade do som na gravação das aulas (utilize recursos para a eliminação de ruídos, como microfones ou fones de ouvido, e solicite que os participantes fechem seus microfones durante a aula).

► Disponibilize a aula gravada para que o estudante possa ouvi-la mais de uma vez, se necessário. A ferramenta do Word, “Transcrição”, no Office 365, pode auxiliar no registro e na conversão do con-

teúdo em áudio da aula gravada para o formato escrito. Também, é recomendado o *upload* da aula gravada na Stream (parte da suíte Office 365), o que permitirá que o aluno ative legendas no vídeo, a fim de melhorar a compreensão do conteúdo;

► Solicite apoio do seu monitor, ou do tutor do estudante, para elaboração de sínteses do conteúdo, esquemas ou mapas mentais, a fim de disponibilizá-lo para o estudante com deficiência intelectual.

► Disponibilize listas de exercícios extras, ou vídeos complementares, para auxiliar na compreensão do conteúdo.

► Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, defina, junto ao estudante, o melhor formato: escrita em formato digital ou oral. Considere o tipo de questão, também: questões objetivas, de múltipla escolha ou verdadeiro e falso, com enunciados claros e objetivos, se podem promover a acessibilidade para o estudante com deficiência intelectual.

► Ao realizar as atividades avaliativas, deve-se garantir, ao estudante, o tempo adicional, conforme estabelece a Resolução CAD nº 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB (Art. 17).

2.3.1.8 Estudantes com deficiência múltipla

O Censo MEC/INEP (2020, p. 8) define que a deficiência múltipla “[...] consiste na associação de duas ou mais deficiências”.

Sugerimos, ao docente, que verifique, junto ao estudante, a sua condição e os recursos de acessibilidade que melhor favorecem a acessibilidade às aulas remotas. Para estes casos, é necessário utilizar a combinação das recomendações de promoção de acessibilidade relativas a cada especificidade, por exemplo, para estudantes que associam a deficiência física com a baixa visão, ou a deficiência intelectual com a surdez, dentre outros casos.

2.3.2 Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Censo MEC/INEP (2020, p. 6) define os Transtornos do Espectro Autista (TEA) como:

Quadro clínico caracterizado por deficiência persistente e clinicamente significativa que causa alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social e dificuldade em desenvolver e manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento da pessoa. Além disso, a pessoa apresenta um repertório de interesses e atividades restrito e repetitivo, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados. Assim sendo, são comuns a excessiva adoção de rotinas e padrões de comportamento ritualizados, bem como interesses restritos e fixos.

Sugerimos, ao docente, que verifique, junto ao estudante, a sua condição e os recursos de acessibilidade que melhor favorecem a sua participação e aprendizagem nas aulas remotas.

Ao receber a lista da sua turma, confira a indicação dos alunos com deficiência que são atendidos pela DACES/UnB.

No Portal do Docente do SIGAA, é possível verificar se na sua turma está matriculado algum estudante com deficiência e/ou necessidade educacional específica, atendido pela DACES/DAC.

Para acessar o parecer do estudante no SIGAA, acesse o Portal do docente; clique no componente curricular (disciplina); para entrar na turma virtual, acesse o Menu Turma Virtual > Turma > Participantes >; no lado direito do nome do(a) aluno(a) com NEE, constará um ícone do NEE. Clique no ícone para visualizar o parecer a respeito das Necessidades Educacionais Específicas do(a) aluno(a).

 Isso facilitará o contato inicial com o aluno.

Antes de o semestre começar, informe, ao estudante, acerca da plataforma virtual que será utilizada na disciplina e o *link* ou a chave de acesso.

► Se possível, realize contato com o estudante, antes do início do semestre letivo e do início das aulas, para compreender sua necessidade e realizar as adaptações possíveis, antecipadamente.

► Disponibilize o material da disciplina (plano de ensino, material didático, vídeos, *slides*, etc.), com antecedência, para o estudante.

- ▶ Organize o conteúdo, na plataforma, em ordem cronológica e por aulas, e disponibilize as orientações da disciplina em enunciados claros e objetivos.

- ▶ Viabilize o apoio de um tutor (estudante que está cursando ou que já cursou a disciplina), conforme demanda do estudante.

- ▶ Durante a aula síncrona, e em aulas pré-gravadas, deixe sua tela em destaque, no momento da exposição; fale de forma clara e bem articulada. Há, também, a legenda automática, que pode ser um mecanismo de apoio para o aluno.

- ▶ Atente para a qualidade do som na gravação das aulas (utilize recursos para a eliminação de ruídos, como microfones ou fones de ouvido, e solicite que os participantes fechem seus microfones durante a aula).

- ▶ Disponibilize a aula gravada, para que o estudante possa ouvi-la mais de uma vez, se necessário;

- ▶ Disponibilize listas de exercícios extras, ou vídeos complementares, para auxiliar na compreensão do conteúdo. Converse com a DACES, acerca da necessidade que o aluno possui, para significar melhor os conteúdos.

- ▶ Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, defina, junto ao estudante, o melhor formato. Considere a possibilidade de realização de atividades escritas e individuais, que considerem as especificidades do estudante com TEA.

- ▶ Ao realizar as atividades avaliativas, deve-se garantir, ao estudante, o tempo adicional, conforme estabelece a Resolução CAD nº 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB (Art. 17).

2.3.3 Estudantes com altas habilidades/superdotação

O Censo MEC/INEP (2020, p. 6) define as pessoas com altas habilidades/superdotação como:

Pessoas com altas habilidades/superdotação demonstram elevado potencial intelectual, acadêmico, de liderança, psicomotor e artístico, de forma isolada ou combinada, além de apresentarem grande criatividade e envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Sugerimos, ao docente, que verifique junto ao estudante com altas habilidades/superdotação, a(s) área(s) de seu interesse e, de forma conjunta, defina as melhores formas de apoio especializado.

► Ao receber a lista da sua turma, confira a indicação dos alunos com deficiência, que são atendidos pela DACES/UnB.

No Portal do Docente do SIGAA, é possível verificar se na sua turma está matriculado algum estudante com deficiência e/ou necessidade educacional específica, atendido pela DACES/DAC.

Para acessar o parecer do estudante no SIGAA, acesse o Portal do docente; clique no componente curricular (disciplina); para entrar na turma virtual, acesse o Menu Turma Virtual > Turma > Participantes >; no lado direito do nome do(a) aluno(a) com NEE, constará um ícone do NEE. Clique no ícone  para visualizar o parecer a respeito das Necessidades Educacionais Específicas do(a) aluno(a). Isso facilitará o contato inicial com o aluno.

Antes de o semestre começar, informe, ao estudante, acerca da plataforma virtual que será utilizada na disciplina e o *link* ou a chave de acesso.

► Disponibilize o material da disciplina (plano de ensino, material didático, vídeos, *slides*, etc.), com antecedência, para o estudante.

► Organize o conteúdo na plataforma, em ordem cronológica e por aulas.

▶ Viabilize o apoio de um tutor (estudante que está cursando ou que já cursou a disciplina), conforme demanda do estudante.

▶ Disponibilize as aulas gravadas, para que o estudante possa ouvi-la mais de uma vez, se necessário.

▶ Considere a necessidade de complementação de conteúdo, ou o fornecimento de listas de exercícios extras ou vídeos complementares nas disciplinas nas quais o estudante apresente desafios na aprendizagem.

▶ Considere a necessidade de suplementação de conteúdos nas disciplinas relacionadas à(s) área(s) de interesse do estudante, por meio da disponibilização de atividades mais complexas, listas de vídeos e de bibliografias complementares nacionais e internacionais, bem como incentive a pesquisa e a produção criativa.

▶ Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, para o estudante com altas habilidades/superdotação, considere seu perfil de aprendizagem e área(s) de interesse.

▶ Ao realizar as atividades avaliativas, deve-se garantir, ao estudante, o tempo adicional, conforme estabelece a Resolução CAD n° 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB (Art. 17).

2.3.4 Estudantes com transtornos funcionais específicos

A Resolução CAD n° 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB, define, em seu Art. 3°, pessoas com transtornos funcionais específicos como “[...] as que apresentam dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia e transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros”.

Sugerimos, ao docente, que verifique, junto ao estudante, a sua especificidade e defina as melhores formas de apoio especializado.

► Ao receber a lista da sua turma, confira a indicação dos alunos com deficiência, que são atendidos pela DACES/UnB.

No Portal do Docente do SIGAA, é possível verificar se na sua turma está matriculado algum estudante com deficiência e/ou necessidade educacional específica, atendido pela DACES/DAC.

Para acessar o parecer do estudante no SIGAA, acesse o Portal do docente; clique no componente curricular (disciplina); para entrar na turma virtual, acesse o Menu Turma Virtual > Turma > Participantes >; no lado direito do nome do(a) aluno(a) com NEE, constará um ícone do NEE. Clique no ícone  para visualizar o parecer a respeito das Necessidades Educacionais Específicas do(a) aluno(a). Isso facilitará o contato inicial com o aluno.

Antes de o semestre começar, informe, ao estudante, acerca da plataforma virtual que será utilizada na disciplina e o *link* ou a chave de acesso.

► Disponibilize o material da disciplina (plano de ensino, material didático, vídeos, *slides*, etc.), com antecedência, para o estudante.

► Organize o conteúdo na plataforma, em ordem cronológica e por aulas, com enunciados claros e objetivos.

► Viabilize o apoio de um tutor (estudante que está cursando ou que já cursou a disciplina), conforme demanda do estudante.

► Durante a aula síncrona, e em aulas pré-gravadas, deixe sua tela em destaque, no momento da exposição; fale de forma clara e bem articulada.

- ▶ Atente para a qualidade do som na gravação das aulas (utilize recursos para a eliminação de ruídos, como microfones ou fones de ouvido; e solicite que os participantes fechem seus microfones durante a aula).

- ▶ Disponibilize a aula gravada, para que o estudante possa ouvi-la, mais de uma vez, se necessário.

- ▶ Disponibilize listas de exercícios extras ou vídeos complementares, para auxiliar na compreensão do conteúdo.

- ▶ Ao elaborar a atividade avaliativa da disciplina, considere o perfil de aprendizagem do estudante e sua especificidade.

- ▶ Ao realizar as atividades avaliativas, deve-se garantir, ao estudante, o tempo adicional, conforme estabelece a Resolução CAD n° 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB (Art. 17).

2.4 Ações desenvolvidas pela DACES/DAC para apoio ao ensino remoto

A seguir, apresentamos as ações desenvolvidas pela Diretoria de Acessibilidade do Decanato de Assuntos Comunitários da UnB para apoio ao ensino remoto:

a) Cadastro na DACES/DAC: a solicitação de cadastro na DACES/DAC deve ser realizada pelo estudante, pelo SIGAA, no Módulo NEE. O Tutorial para solicitação de atendimento está disponível no site: http://accessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=71:prioridade-de-matricula&catid=175&Itemid=780;

b) Acolhimento e Plano de Desenvolvimento Estudantil (PDE): trata-se de ação dialogada entre o estudante e a equipe da DACES/DAC, para apresentação das normativas institucionais acerca de acessibilidade e identificação das demandas de apoio especializado. Tal ação tem como resultado a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Estudantil (parecer técnico-educacional), que informa, aos docentes e coordenadores de curso, a condição de deficiência e/ou necessidade educacional específica do estudante, bem como orienta a respeito de recursos e de serviços de acessibilidade a serem promovidos nas aulas. Os pareceres são inseridos no SIGAA para o acesso do docente;

c) Prioridade de matrícula: a prioridade de matrícula é um direito assegurado aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas pela Resolução do Conselho de Administração n° 050/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB. A partir de 1/2021, a prioridade de matrícula será automatizada, de forma que o estudante atendido pela DACES/DAC fará a requisição por meio do SIGAA, conforme período estabelecido no calendário acadêmico, elaborado pela SAA e pelo DEG;

d) Programa de Tutoria Especial: regulamentado pela Resolução CEPE n° 10/2007, o Programa de Tutoria Especial (PTE) tem o objetivo de fornecer apoio acadêmico a estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, regularmente matriculados na UnB e atendidos pela DACES/DAC (tutorados), por meio de outros estudantes (tutores, voluntários ou remunerados), com o acompanhamento do professor da disciplina e dessa Diretoria. Informações a respeito do PTE podem ser obtidos em: http://accessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=31&Itemid=378;

e) Formação de tutores e monitores, por meio de cursos mensais, voltados para o atendimento acadêmico de alunos atendidos pela DACES/DAC;

f) Acompanhamento acadêmico para estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, atendidos pela DACES/DAC, com vistas a prevenir situações de retenção e de evasão;

g) Orientação aos coordenadores de curso e docentes, por meio de cursos oferecidos pelo CEAD e pela DACES, acerca de recursos de acessibilidade para o ensino dos estudantes público da Política de Acessibilidade;

h) Produção de materiais em formato acessível: consiste em ação voltada para a produção de materiais didáticos e informacionais em formato acessível (formato digital acessível, áudio, braille e impressão ampliada) para estudantes com deficiência visual — cegos e com baixa visão, matriculados em cursos de graduação e pós-graduação da UnB (e-mail para contato: unb.adaptacaodemateriais@gmail.com);

i) Musicografia braile: trata-se de ação voltada para a produção de partituras musicais em braile para estudantes cegos matriculados no curso de Música da UnB (e-mail para contato: unb.adaptacaodemateriais@gmail.com);

j) Projeto de apoio pedagógico para estudantes surdos e surdocegos: trata-se de ação, em fase de implementação, para promover apoio pedagógico, por meio da produção de materiais didáticos em Libras/Português como segunda língua, bem como para apoio dos estudantes na elaboração de textos e de atividades avaliativas em Língua Portuguesa escrita.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: mar/2021.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: mar/2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Resolução CEPE nº 10/2007. Cria o Programa de Tutoria Especial (PTE), normaliza o apoio acadêmico a estudantes com necessidades especiais e dá outras providências. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=37&Itemid=704. Acesso em: mar/2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Resolução do Conselho de Administração nº 50/2019. Institui a Política de Acessibilidade da Universidade de Brasília. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/Resolucao_CAD_50_2019_Politica_de_Acessibilidade.pdf. Acesso em: mar/2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Ato da Reitoria nº 0845/2020. Atualiza a estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). Disponível em: <http://repositoriocovid19.unb.br/repositorio-produtos/ato-da-reitoria-no-0845-2020/>. Acesso em: mar/2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022. UnB: Brasília, 2019. Disponível em: http://planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=791. Acesso em: mar/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Glossário da educação especial: Censo Escolar 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. 21 p. : il. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6945769. Acesso em: abr/2021

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16.452: acessibilidade na comunicação – Audiodescrição. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

JANNUZZI, Adriana Padula et. alli. Rede de Acessibilidade: como construir um ambiente acessível nas organizações públicas. 1ª edição. Senado Federal. Brasília, 2019.

Recursos de acessibilidade citados no Guia de Orientações

Para saber mais sobre recursos de acessibilidade citados no documento acima, sugerimos os seguintes links:

Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis (2018).

Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Guia-para-Producoes-Audiovisuais-Acessiveis-com-audiodescricao-das-imagens-1.pdf>

Como inserir conteúdo em áudio no Aprender 3. Tutorial do Moodle disponível em: <https://moodle.ead.unb.br/mod/book/view.php?id=49885>

Como verificar a acessibilidade em documentos Word e Power Point (Office 365): <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/melhore-a-acessibilidade-com-o-verificador-de-acessibilidade-a16f6de0-2f39-4a2b-8bd8-5ad801426c7f>

Como utilizar o recurso de leitura com sintetizador de voz no Office 365: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/ouvir-seus-documentos-do-word-5a2de7f3-1ef4-4795-b24e-64fc2731b001>

Como converter textos em áudio com o DSpeech: <https://oampliadordeideias.com.br/como-converter-texto-em-audio-mp3-usando-o-dspeech/>

Principais leitores de tela utilizados pelos estudantes com deficiência visual:

NVDA: <https://www.nvaccess.org/download/>

JAWS: <https://www.osbsoftware.com.br/produto/jaws>

Virtual Vision: <https://www.virtualvision.com.br/>

DosVox: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>

Orca: https://help.gnome.org/users/orca/stable/index.html.pt_BR

VoiceOver: <https://www.apple.com/br/accessibility/vision/>

Como inserir legendas em vídeos:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/adicionar-legendas-ou-legendas-fechadas-%C3%A0-m%C3%ADdia-no-powerpoint-df091537-fb22-4507-898f-2358ddc0df18>

Como inserir vídeos explicativos em Libras no Aprender 3:

<https://moodle.ead.unb.br/mod/book/view.php?id=49885>

Como posicionar a janela do intérprete de Libras na aula online no Office 365:

<https://support.microsoft.com/pt-br/topic/cinco-dicas-para-usar-o-microsoft-teams-quando-voc%C3%AA-for-surdo-ou-dif%C3%ADcil-de-ouvir-21132160-bc6a-4838-9eff-583e2df2becb>

Como utilizar o recurso de legendas Web Captioner:

Tutorial disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xop7DQpcHe4;>

Como utilizar o recurso de legendas em aulas e vídeos pré-gravados no Office 365: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/apresentar-com-legendas-ou-legendas-autom%C3%A1ticas-em-tempo-real-no-powerpoint-68d20e49-aec3-456a-939d-34a79e8ddd5f>

Conheça os principais aplicativos ou ferramentas que auxiliam na compreensão de vocabulários do texto original em Português para Libras:

Hand Talk (<https://handtalk.me/>),

Suite VLibras (<http://www.vlibras.gov.br/>).

Como utilizar a ferramenta “Transcrição” no Word do Office 365:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/transcrever-suas-grava%C3%A7%C3%B5es-7fc2efec-245e-45f0-b053-2a97531ecf57>

Como utilizar a ferramenta “Ditar” no Word do Office 365:

<https://support.microsoft.com/pt-br/windows/ditar-texto-usando-o-reconhecimento-de-fala-854ef1de-7041-9482-d755-8fdf2126ef27>

Informações sobre o Programa de Tutoria:

http://acessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=31&Itemid=378;

Para obter informações sobre o Programa de Produção de Material Acessível para Estudantes com Deficiência Visual, acesse o site:

<http://acessibilidade.unb.br/>. As demandas de produção de material acessível (formato digital acessível, áudio, braille e formato ampliado) devem ser enviadas para o e-mail *unb.adaptacaodemateriais@gmail.com*”*unb.adaptacaodemateriais@gmail.com*;

Para mais informações sobre a Deficiência Visual e seus recursos de acessibilidade, acesse o site <https://fundacaodorina.org.br/> ;

Quer saber como funcionam os softwares ampliadores de tela? Acesse o site https://grupoevolucao.com.br/livro/Tecnologia_Assistiva/ampliadores_de_tela.html e conheça!

Você sabia que há padrões mais acessíveis de fonte, quando pensamos em pessoas com Deficiência Visual? Acesse o site <https://cta.ifrs.edu.br/tipos-de-fonte-e-acessibilidade-digital/> e saiba como tornar seu material mais legível e acessível.



UnB



A UnB quem faz
é a gente